

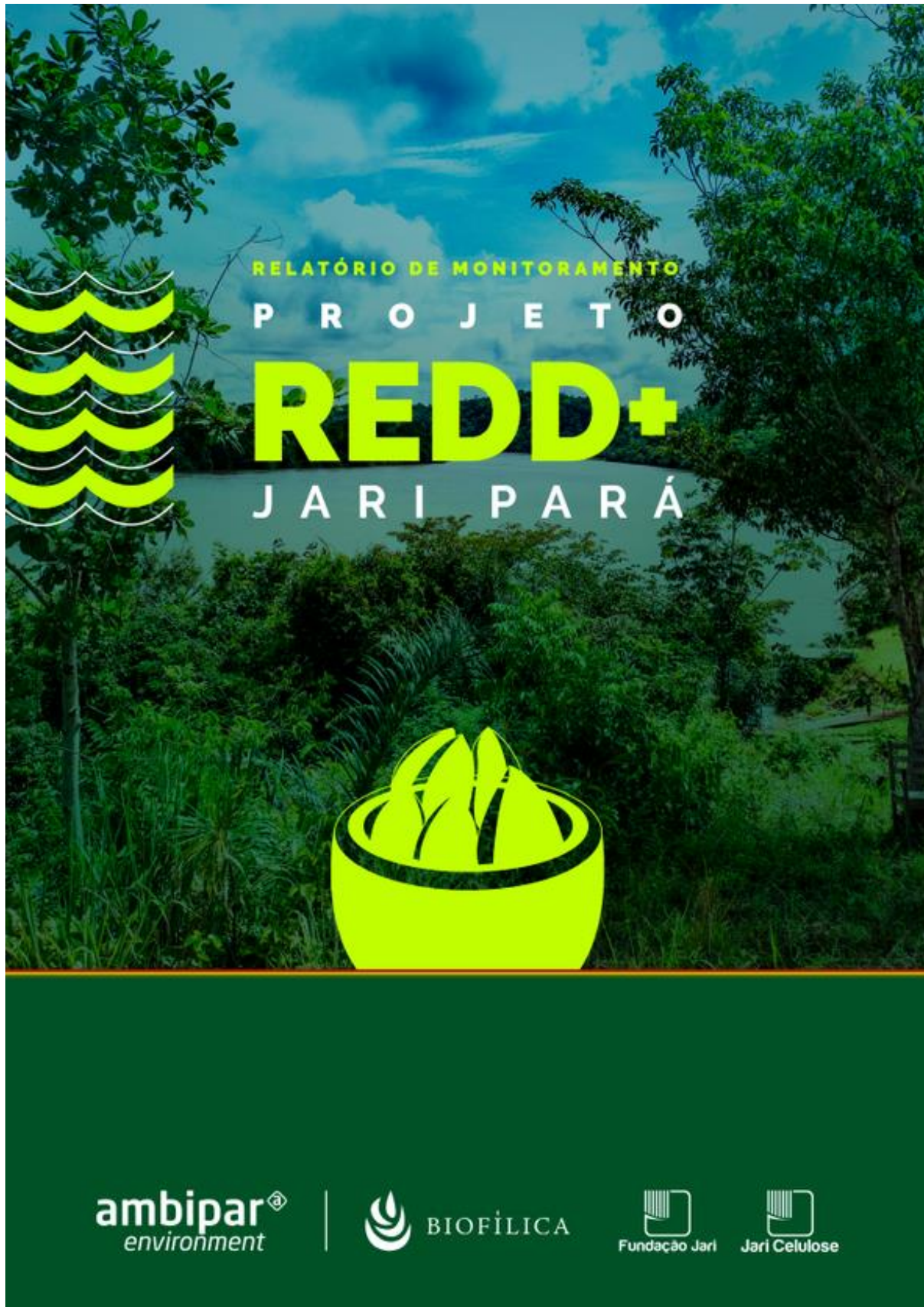
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO PROJETO REDD+ JARI/PARÁ

Documento preparado por Biofílica Ambipar Environmental Investments

Título do Projeto	Projeto REDD+ Jari/Pará
Versão	Versão 2.0 – Rascunho (<i>Draft</i>)
Data de Emissão	08-fevereiro-2023
Localização do Projeto	Brasil, Estado do Pará, Município de Almeirim
Proponentes do Projeto	<p>Biofílica Ambipar Environmental Investments: Plínio Ribeiro, plinio@biofilica.com.br.</p> <p>Jari Celulose: Vinicius Montagnana Garcia, vinicius.garcia@grupojari.com.br.</p> <p>Fundação Jari: Jorge Rafael Almeida, jralmeida@fundacaojari.com.br.</p>
Preparado por	Biofílica Ambipar Environmental Investments
Órgão de Verificação	Earthood Services Private Limited
Vida Útil do Projeto	08-julho-2014 a 07-julho-2044 - 30 anos
Período de Contabilização de GEE	08-julho-2014 a 07-julho-2044 - 30 anos
Período de Monitoramento desse Relatório	23-outubro-2017 a 28-fevereiro-2023
Status histórico do CCB	Validação CCB – 02 de julho de 2019
Criteria's de Nível Ouro	Nível Ouro GL1. – Benefícios da Adaptação às mudanças Climáticas, devido ao proporcionar apoio significativo para ajudar as comunidades e/ou a biodiversidade a adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas. As atividades do projeto relacionadas ao clima foram focadas em ações para promover segurança alimentar e fontes alternativas de renda por meio de um manejo sustentável dos recursos naturais, proteção da biodiversidade e melhoria de infraestrutura das comunidades. As atividades do projeto para ajudar a alcançar esses benefícios incluem: educação ambiental, controle de queimadas e fiscalização de desmatamento, cursos e capacitações, implantação de sistemas

agroflorestais, criação de novas cadeias produtivas, doação de placas solares e melhorias na infraestrutura das comunidades.

Nível Ouro GL3. – Benefícios Excepcionais a Biodiversidade, segundo o critério de vulnerabilidade descrito pelo CCBS por apresentar espécies criticamente ameaçadas ou em perigo (de acordo com a Lista Vermelha da IUCN). A zona do Projeto REDD+ Jari Pará tem um importante papel na conservação da biodiversidade do local e atividades propostas no Projeto como monitoramento da biodiversidade e incentivos à realização de pesquisas científicas têm o propósito de auxiliar na manutenção dessa conservação.



Sumário

1	RESUMO DOS BENEFÍCIOS DO PROJETO	5
1.1	Benefícios exclusivos do projeto	5
1.2	Métricas de Benefícios Padronizados	7
2	Geral.....	10
2.1	Objetivos do projeto, desenvolvimento e viabilidade de longo prazo	10
2.2	Engajamento das Partes Interessadas.....	36
2.3	Capacidade de Gestão	54
2.4	Situação Jurídica e Direitos de Propriedade	66
3	Clima	79
3.1	Impactos Positivos Líquidos para o Clima.....	79
3.2	Impactos Climáticos Externos (Vazamento).....	79
3.3	Critério Opcional: Benefícios da Adaptação às Mudanças Climáticas	80
4	Comunidade	84
4.1	Impactos Positivos Líquidos para a Comunidade	84
4.2	Impactos Sobre Outros Atores.....	110
4.3	Monitoramento dos Impactos sobre as Comunidades	111
4.4	Opcional: Benefícios excepcionais para a comunidade	122
5	Biodiversidade.....	122
5.1	Impactos líquidos positivos sobre a biodiversidade	122
5.2	Impactos Externos sobre a Biodiversidade	130
5.3	Monitoramento dos Impactos sobre a Biodiversidade	131
5.4	Critério Opcional: Benefícios excepcionais para a biodiversidade	135
6	Informações Adicionais da Implementação do Projeto	136
7	Informações Adicionais sobre o Impacto do Projeto	136
	Apêndices	137
	Apêndice 1: Tabela de Riscos do Projeto	137

1 RESUMO DOS BENEFÍCIOS DO PROJETO

1.1 Benefícios exclusivos do projeto

Resultado ou Impacto	Realizações durante o período de monitoramento	Seção de referência	Realizações durante a vida útil do projeto
Mitigação das mudanças climáticas	<p>Total de emissões evitadas no período de monitoramento: 1.753.725 tCO₂e</p> <p>Total de desmatamento evitado dentro da zona do projeto: 14.868 hectares</p> <p>Total de atividades de fiscalização promovidas: 2.075</p> <p>Total de denúncias realizadas: 31</p>	3	<p>Total de emissões evitadas no período de monitoramento: 2.765.806 tCO₂e</p> <p>Total de desmatamento evitado dentro da zona do projeto: hectares: 24.169</p> <p>Total de atividades de fiscalização promovidas: 2.833</p> <p>Total de denúncias realizadas: 41</p>
Aumento do nível das condições socioeconômicas e a qualidade de vida das famílias auxiliando na obtenção de bens e serviços que promovam o bem-estar econômico e social, diminuindo a vulnerabilidade social e o exôdo rural por meio do fortalecimento associativista, melhoria da agricultura familiar, fornecimento de assistência técnica e melhoria nos sistemas de energia e comunicação	<p>Número de pessoas atingidas pelo projeto: 897</p> <p>Comunidades atingidas pelo projeto: 58</p> <p>Melhorias e construções de infraestruturas para as comunidades: 18</p> <p>Associações apoiadas pelo projeto: 10</p>	4	<p>Número de pessoas atingidas pelo projeto: 897</p> <p>Comunidades atingidas pelo projeto: 58</p> <p>Melhorias e construções de infraestruturas para as comunidades: 18</p> <p>Associações apoiadas pelo projeto: 10</p>
Oferecimento de cursos e treinamentos voltados às práticas de manejo sustentável dos recursos florestais, ao viés de	<p>Número de capacitações oferecidas voltadas a agricultura familiar e extrativismo sustentável: 41</p>	4	<p>Número de capacitações oferecidas voltadas a agricultura familiar e extrativismo sustentável: 41</p>

<p>produção, organização social, cooperativismo, liderança e gestão financeira, desenvolvendo habilidades técnicas e profissionais</p>	<p>Número de capacitações oferecidas voltadas ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades: 42</p> <p>Número de capacitações oferecidas voltadas a educação ambiental: 38</p>		<p>Número de capacitações oferecidas voltadas ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades: 42</p> <p>Número de capacitações oferecidas voltadas a educação ambiental: 38</p>
<p>Manutenção e monitoramento da cobertura florestal da área do Projeto, garantindo a proteção e conservação de habitats e da biodiversidade local, incluindo espécies com algum grau de ameaça e papel de "corredor ecológico" da área do Projeto, conectando Unidades de Conservação</p>	<p>Em fase final de análise e consolidação</p>	<p>5</p>	<p>Em fase final de análise e consolidação</p>

1.2 Métricas de Benefícios Padronizados

Categorias	Métricas	Realizações durante o período de monitoramento	Seção de Referência	Realizações durante a vida útil do projeto
Reduções ou remoções de emissões de GEE	Remoções líquidas estimadas de emissões na área do Projeto, medidas em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	-	Não aplicado
	Reduções líquidas estimadas de emissões na área do Projeto, medidas em comparação com o cenário sem Projeto	1.753.725	3	2.765.806
Cobertura Florestal	Para projetos de REDD: Número estimado de hectares de perda florestal reduzidos na área do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	5.023	3	8.091
	Para projetos de ARR: Número estimado de hectares de cobertura florestal acrescidos na área do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	-	Não aplicado
Melhoria no Gerenciamento de Terras	Número de hectares de terras florestais com produção, nas quais espera-se que as práticas de melhoria do manejo florestal (IFM – <i>Improved Forest Management</i>) ocorram como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	-	Não aplicado
	Número de hectares de terras não-florestais, onde espera-se que ocorram melhorias nas práticas de gerenciamento de terras como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	-	Não aplicado
Treinamento	Número total de membros da comunidade aprimoraram habilidades e/ou conhecimentos resultantes dos treinamentos fornecidos como parte das atividades do Projeto	Mais de 2.000 participações em capacitações oferecidas pelo Projeto	4.3.1	Mais de 2.000 participações em capacitações oferecidas pelo Projeto
	Número de membros da comunidade feminina aprimoraram habilidades e/ou conhecimentos resultantes dos treinamentos fornecidos como parte das atividades do Projeto	Não aplicado	-	Não aplicado

Categorias	Métricas	Realizações durante o período de monitoramento	Seção de Referência	Realizações durante a vida útil do projeto
Emprego	Número total de pessoas empregadas nas atividades do Projeto, expresso como número de funcionários em tempo integral	Não aplicado		Não aplicado
	Número de mulheres empregadas como resultado das atividades do Projeto, expresso como número de funcionários em tempo integral	Não aplicado		Não aplicado
Meios de Subsistência	Número total de pessoas com meios de subsistência melhorados ou renda gerada como resultado das atividades do Projeto	897	4	897
	Número mulheres com meios de subsistência melhorados ou renda gerada como resultado das atividades do Projeto	270	4	270
Saúde	Número total de pessoas para quem os serviços de saúde foram melhorados como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	-	Não aplicado
	Número de mulheres para as quais espera-se que os serviços de saúde melhorem como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	-	Não aplicado
Educação	Número total de pessoas para as quais o acesso ou a qualidade da educação foram melhorados como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	4	Não aplicado
	Número de mulheres e meninas para as quais o acesso ou a qualidade da educação foram melhorados como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	4	Não aplicado
Água	Número total de pessoas experimentaram aumento da qualidade da água e/ou melhoria no acesso à água potável como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	--	Não aplicado

Categorias	Métricas	Realizações durante o período de monitoramento	Seção de Referência	Realizações durante a vida útil do projeto
	Número de mulheres que experimentaram aumento da qualidade da água e/ou melhoria no acesso à água potável como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto	Não aplicado	--	Não aplicado
Bem-estar	Número total de membros da comunidade cujo bem-estar deve melhorar como resultado das atividades do Projeto	655 famílias	4.3	655 famílias
	Número de mulheres cujo bem-estar foi melhorado como resultado das atividades do Projeto	Não aplicado	--	Não aplicado
Conservação da Biodiversidade	Mudança no número de hectares manejados de maneira significativamente melhor pelo Projeto de conservação da biodiversidade, medido em comparação com o cenário sem Projeto		5	
	Número de espécies criticamente ameaçadas ou em perigo (Segundo lista da IUCN de espécies ameaçadas) as quais se beneficiaram da redução de ameaças como resultado das atividades do Projeto, medido em comparação com o cenário sem Projeto		5	

2 GERAL

As atividades do Projeto REDD+ Jari Pará estão sob responsabilidade da Biofílica Ambipar Environment e da Fundação Jari e foram iniciadas em 2014. A Biofílica trabalha em todas as etapas do projeto, desde a elaboração, implantação, monitoramento e gestão, sendo responsável pelo desenvolvimento de todos os documentos técnicos, pelo relacionamento com o parceiro, e a condução e realização das auditorias de verificação. A Jari Celulose é proprietária das terras onde o Projeto vem sendo desenvolvido e é responsável pela cogestão do projeto e pela segurança fundiária e vigilância patrimonial. A Fundação Jari é responsável pela cogestão do projeto, gerindo as atividades socioambientais dos projetos, ofertando através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os produtores atividades focadas em reduzir impactos negativos e gerar os positivos.

O Projeto REDD+ Jari Pará está localizado na região norte do Estado do Pará, e ao norte da Unidade de Conservação “Estação Ecológica do Jari” e está na margem direita da parte inferior do Rio Jari, com fronteira com o Estado do Amapá, no Município de Almeirim. A Área do Projeto (496.988 hectares) está localizada dentro da propriedade Gleba Jari I (Zona do Projeto), que totaliza uma área de 909.461 hectares (Recibo de inscrição do imóvel no CAR, 2016).

2.1 Objetivos do projeto, desenvolvimento e viabilidade de longo prazo

2.1.1 Cronograma de Implementação (G1.9)

Data	Marco(s) no desenvolvimento e implementação do projeto
Gestão e atividades de concepção	
Julho/2014	Assinatura do aditivo contratual entre os proponentes
Concluído entre março/2015 e junho/2015	Identificação de atores e parcerias e escolha de Instituições de Pesquisa
Concluído entre maio/2014 e agosto/2016 e revisado entre janeiro/2017 a outubro/2018	Determinação da Linha de Base
Concluído entre maio/2015 e abril/2016	Elaboração de estudos técnicos: Estimativa do estoque de carbono florestal, Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental
Iniciado em 2015 e contínuo por toda a duração do Projeto	Criação do Acordo de Gestão Financeira Socioambiental REDD+ Jari
Gestão e monitoramento	
Iniciado em 2015 e contínuo por toda a duração do Projeto	Intensificação e melhoria da eficiência da Vigilância Patrimonial
Iniciado em 2015 e contínuo por toda a duração do Projeto	Expansão do diálogo com comunidades na Zona do Projeto: Acompanhamento dos canais de feedback

Iniciado em 2018 e contínuo por toda a duração do Projeto	Fortalecimento do Time de ATER: treinamentos voltados à qualificação da equipe para atender as demandas das comunidades
Iniciado em 2019 e concluído em 2022	Realização novo Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental para atualizar a caracterização e registro das comunidades, juntamente com uma reavaliação dos impactos sociais e ambientais no Vale do Jari
Iniciado em 2020	Contratação de imagens de alta resolução para monitoramento de áreas de risco na propriedade
Iniciado em 2022	Criação do aplicativo de monitoramento das atividades da Fundação Jari
Iniciado em 2022	Consolidação de parceria com o IFAP para realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na região do Vale do Jari, focadas nas atividades de monitoramento da biodiversidade dos projetos, bem nas associadas às xiloteca e museu
Setembro de 2021	Treinamento em Projetos REDD+ para membros da Fundação Jari e Grupo Jari
Iniciado em 2022 e contínuo por toda duração do Projeto	Consolidação e Implantação do Guia de Monitoramento
1º Treinamento realizado em novembro/2022	Treinamento do Guia de monitoramento
Dezembro de 2022	Revisão na distribuição de benefício às comunidades
Dezembro de 2022	Definição da estratégia de consulta pública com as comunidades da Zona do Projeto
Gestão Financeira do Projeto	
Iniciado em 2019	Primeira venda de créditos de carbono
Setembro de 2022	Aprovação do novo sistema de controle financeiro da Fundação Jari
Setembro de 2022	Início da apresentação de prestação de contas anuais da Fundação Jari baseado nos dados da controladoria do Grupo Jari

2.1.2 Pequenas Alterações na Descrição do Projeto (*Rules 3.5.6*)

Site Grupo e Fundação Jari

Foi previsto inicialmente no PDD, na seção 2.3.2 “Disseminação de Documentos Resumidos do Projeto”, que informações do Projeto seriam disseminadas nos sites do Grupo e Fundação Jari. Estes sites estavam inativos no período monitorado, mas as informações estavam disponíveis em outros meios virtuais tais como: Instagram, Facebook. Bem como, pelas mídias da Biófilica (Instagram, LinkedIn, e site da Verra).

O Site da Fundação Jari foi inicialmente desenvolvido, mas devido a priorização de outras atividades e questões estruturais e financeiras do Grupo Jari, sua revisão não foi concluída, essas atividades estão sendo retomadas para conclusão e aprovação do site.

Ainda que a não disseminação de informações pelos sites previstos resultem na ocorrência de um desvio em relação ao que foi previsto inicialmente no PDD, as lacunas foram preenchidas por outros meios de divulgação e não ocorreram impactos aos critérios de aplicação e adequação da metodologia, e à adicionalidade do Projeto.

Validação dos dados dos relatórios da Fundação Jari pela Câmara Técnica

Conforme já relatado, as Câmaras Técnicas não ocorreram conforme planejado, sendo assim, os relatórios da Fundação Jari não foram validados por meio delas.

Destaca-se que a ausência das Câmaras não influencia diretamente a validação dos relatórios, uma vez que eles são produzidos e utilizados como evidência nas auditorias CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), com dados submetidos a auditoria.

Como os dados continuam sendo validados pela equipe da Fundação Jari, não são esperados impactos negativos atrelados a esta atividade, nem impactos a adicionalidade do projeto, não havendo maiores medidas a serem tomadas.

Indicadores de monitoramento

Ao longo do período monitorado alguns indicadores inicialmente estabelecidos possuíam dificuldades em serem levantados e/ou sofreram alterações em suas métricas, os quais estão descritos a seguir.

Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável: Receita bruta advinda de novas atividades implementadas após o início das capacitações e assistência técnica

O indicador não foi contabilizado no período monitorado, embora previsto no plano de trabalho validado no PDD. No entanto, destaca-se que o Projeto tem buscado algumas iniciativas relacionadas a melhoria da renda dos comunitários por meio das assessorias técnicas, oferecimento de capacitações e apoio a produção agrícola, bem como a entrada em importantes programas de fortalecimento da agricultura familiar. A não contabilização desses indicadores não influenciaram negativamente na implantação do projeto, nem em sua adicionalidade, e nem a geração de benefícios à comunidade uma vez que todos os outros indicadores relacionados ao Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável foram respondidos, demonstrando principalmente melhorias na qualidade de vida e bem-estar dos comunitários. Adicionalmente, para os próximos anos e conseqüentemente para as próximas verificações, é planejado que esse indicador seja monitorado com base em uma parcela amostral de famílias, de forma a esclarecer todos os benefícios gerados aos comunitários através das atividades propostas em todos os escopos.

Fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades: Foi previsto no PDD (seção 3.3), que seria monitorado o “Número de jovens e mulheres envolvidos nas associações/cooperativas beneficiadas pelo Projeto”, no entanto o parâmetro do indicador sofreu algumas alterações: O número de jovens não foi contabilizado porque os instrumentos de controle deste indicador não

rastrearam até o momento os envolvidos nas atividades. Já o número de mulheres foi contabilizado de acordo com a atas disponíveis das associações/ cooperativas beneficiadas pelos Projetos, identificando cargos ocupados por mulheres. Como algumas associações ainda não possuem este documento estabelecido, entende-se que o número apresentado para o período monitorado está abaixo do que vem acontecendo na realidade. Ressalta-se que a alteração neste indicador não influencia negativamente na implantação do projeto, nem em sua adicionalidade, e nem a geração de benefícios à comunidade uma vez que o Projeto incentiva a participação de jovens e mulheres em suas atividades, e que a participação nas associações/ cooperativas vem ocorrendo, ainda que não mensuradas como proposto, e que são desenvolvidos projetos exclusivos para estes públicos alvo, conforme apresentado na seção 2.2.13, demonstrando principalmente melhorias na qualidade de vida e bem-estar destes grupos.

Esse desvio tem caráter temporário, estando presente apenas nesse período monitorado, passando a ser “Número mulheres envolvidas nas associações/ cooperativas beneficiadas pelo Projeto”. Mecanismos para registro e levantamento destes dados serão incorporados para o próximo período. Cabe destacar que a partir de 2022 as listas de presença já contam com o campo idade e gênero para contabilização, permitindo que o alcance atividades nestes grupos seja lastreado de forma mais ampla, além do que é previsto no indicador, permitindo que as atividades futuras sejam planejadas a partir do cenário de participação destes grupos em todas as atividades do Projeto.

Monitoramento da fauna: o indicador “Número de espécies de animais monitorados” previa a realização de duas campanhas anuais do monitoramento de fauna (duas por semestre), essas atividades não ocorreram dentro do período estimado, tendo sido realizadas no segundo semestre de 2022, após a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação Jari e o IFAP.

O atraso nas ações no período monitorado é justificado por diversos fatores, entre eles a pandemia, problemas financeiros enfrentados no período pelo Grupo Jari, e a priorização de atividades de acordo com a dinâmica dos projetos, como por exemplo a auditoria do projeto no Amapá.

A ausência da geração de dados sobre a fauna no período entre 2016 e 2021, impactou o Projeto com uma lacuna de dados sobre biodiversidade, espera-se que com a análise dos dados de 2022 possa se realizar um comparativo, para de fato compreender a relevância deste impacto.

É planejado de acordo com o Plano de Trabalho do IFAP que o monitoramento siga sendo realizado 2 vezes ao ano (época de seca e época de chuva).

Ressalta-se que atividades de vigilância continuaram ocorrendo em todo período monitorado, inibindo atividades ilegais, inclusive a caça predatória na região, assim como as ações de monitoramento remoto dos habitats, permitiu assegurar a manutenção da biodiversidade local, ainda que sem maiores detalhes.

Conduzir estudos científicos focado em Biodiversidade e Impactos Ambientais: os indicadores “Treinamento dos comunitários para monitoramento da Biodiversidade” e “Número de pessoas capacitadas”, não foram quantificados no período monitorado.

O treinamento aos membros da comunidade para participar do processo de monitoramento da Biodiversidade foi previsto no PDD nas seções 2.3.14 “Treinamento de Trabalhadores” e 5.4.1 “Plano de Monitoramento da Biodiversidade”, com início previsto em 2020, o qual foi atrasado pela dinâmica das atividades do projeto e priorização dos estudos do monitoramento, somente após devolutiva com os comunitários, as atividades de treinamento tem início previsto para 2023.

Logisticamente, foi necessária a conclusão da primeira etapa de monitoramento de acordo com o atual plano de trabalho do IFAP, para posteriormente envolver a comunidade em geral nas atividades de pesquisa, ensino e extensão na região do Vale do Jari. Embora haja envolvimento dos alunos do IFAP que são da região, não há mapeamento da sua relação com as comunidades.

2.1.3 Desvios na descrição do projeto (*Rules 3.5.7 – 3.5.10*)

Critério Opcional: Benefícios da Adaptação às Mudanças Climáticas da Descrição do Projeto

Durante a avaliação dos resultados e impactos das atividades realizadas pelo projeto no período monitorado, os proponentes notaram que, além de possuir um planejamento de continuidade a longo prazo, as ações desenvolvidas, bem como seus impactos, trazem um apoio significativo para auxiliar as comunidades e a biodiversidade a se adaptarem frente as mudanças climáticas, atendendo aos requisitos de Nível Ouro do padrão CCB.

Dessa forma, neste relatório de monitoramento são fornecidas informações para demonstrar que o projeto atende aos requisitos de um Nível Ouro que não foi incluído na descrição do projeto na validação anterior. Abaixo são apresentadas as seções referentes ao selo ouro de clima no *template* do PDD.

i. Cenários regionais de mudanças climáticas (GL 1.1)

A Floresta Amazônica é foco de preocupação quando se trata de mudanças climáticas, tanto pelos severos impactos ambientais projetados sobre a região, como por sua importância para a mitigação das alterações do fenômeno climático (ELLWANGER, et al., 2020¹; PBMC, 2016²; FEARNSTIDE, 2003³). Essas preocupações, não se devem apenas às atuais projeções, mas também pelo agravamento destas,

¹ ELLWANGER, H. J. et al. Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health. 2020. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**. 92 (1) doi: 10.1590/0001-3765202020191375.

² PBMC – PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Impactos Regionais, Adaptação e Vulnerabilidade ao Clima e suas Implicações para a Sustentabilidade Regional no Brasil. Vol. 2. Cap. 8. 2016. http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos_publicos/GT2/GT2_volume_completo_cap8.pdf

³ FEARNSTIDE, P. M. A floresta amazônica nas mudanças globais. Manaus: INPA, 2003. 134 p. ISBN 85-211-0019-1

causado pela interação de vários fatores antrópicos que geram mudanças na cobertura do solo, tais como o desmatamento, fragmentação florestal e incêndios (MARENGO, et al., 2018⁴; NOBRE et al., 2016⁵).

Desde a década de 70 a região vem passando por grandes mudanças na cobertura e uso da terra, ocasionadas principalmente pela substituição da vegetação nativa pela pecuária e monoculturas em larga escala, principalmente (OMETTO, 2014⁶). O desmatamento é um dos fatores que contribui para o agravamento das mudanças climáticas globais, pela emissão de gases do efeito estufa, através da queima e decomposição da biomassa (FEARNSIDE, 2021⁷), na Amazônia brasileira é ocasionado por diversos fatores, entre eles a abertura de estradas (infraestrutura), pecuária extensiva, agricultura e exploração madeireira (RIBEIRO et al., 2009⁸; FERREIRA, et al., 2005⁹, FEARNSIDE et al., 2020).

Estudos de modelagem climática que simulam o desmatamento da Amazônia mostram reduções significativas nas chuvas nas florestas amazônicas (MARENGO et al., 2018). Também foram evidenciadas variações na precipitação ao longo dos últimos anos, como por exemplo, no nordeste da Amazônia a tendência é o aumento de ocorrência de chuvas enquanto em sua porção sudeste a tendência é a redução da ocorrência de chuvas baseadas nas observações de 1981 a 2017 analisadas a partir de modelagens e números de eventos de seca e inundações para a região (ESPINOZA et al., 2018¹⁰).

Destaca-se a importância do bioma para manutenção das chuvas locais regionais e mundiais por meio das massas de ar, variáveis meteorológicas e ciclo hidrológico da floresta, em especial a importância

⁴ MARENGO, J. et al. Changes in climate and land use over the Amazon region: current and future variability and trends. **Frontiers in Earth Science**, v. 6, p. 228, 2018.

⁵ NOBRE, A. C. et al. Riscos de uso da terra e mudanças climáticas na Amazônia e a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável. 2016. 113 (39) 10759 – 10768. doi: <https://doi.org/10.1073/pnas.1605516113>.

⁶ OMETTO, J. P., et al. Amazon deforestation in Brazil: effects, drivers and challenges, *Carbon Management*. 2011. 2:5, 575-585, doi: 10.4155/cmt.11.48.

⁷ FEARNSIDE, P.M. 2020. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. p. 7-19. In: Fearnside, P.M. (ed.) **Destrução e Conservação da Floresta Amazônica**, Vol. 1. Editora do INPA, Manaus, Amazonas. 368 p. (no prelo).

⁸ RIBEIRO, S. et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**. Belo Horizonte. 2009. 19 (1) 41-66.

⁹ FERREIRA, V. L.; ALMEIDA, S.; VENTICINQUE, E. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **ESTUDOS AVANÇADOS** 19 (53), 2005.

¹⁰ ESPINOZA, J. C., RONCHAIL, J., MARENGO, J. A., AND SEGURA, H. (2018). Contrasting North–South changes in Amazon wet-day and dry-day frequency and related atmospheric features (1981–2017). *Clim. Dyn.* 116, 1–18. doi: 10.1007/s00382-018-4462-2.

de seus “rios voadores” (ARRAUT et al., 2012¹¹; ZEMP et al., 2014¹²; MARENGO et al. 2018¹³; MARENGO, 2020¹⁴; ARTAXO, 2020¹⁵).

De acordo com o último relatório do *International Panel on Climate Change* (IPCC - AR6 WGI, 2022¹⁶) a Floresta Amazônica foi altamente impactada pelas secas precedentes e temperaturas mais altas observadas nos anos de 1998, 2005, 2010, 2015 e 2016, atribuídas em parte às mudanças climáticas, resultando em altas taxas de mortalidade de árvores e reduções na produtividade florestal em toda a bacia.

Eventos extremos climatológicos têm ocorrido na região Amazônica, como três grandes secas, nos anos de 2005, 2010 e 2016 (períodos já mencionados de altas temperaturas), e três grandes inundações nos anos de 2009, 2012 e 2014, para o período dos últimos 17 anos (MARENGO; ESPINOZA, 2016¹⁷; ZOU et al., 2015¹⁸).

Projeções apresentadas no relatório para a Quarta Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC demonstram que durante o verão, os estados do Amazonas e Pará mostram relativa redução no percentual de precipitação acumulado, um dos modelos indica ainda redução no volume precipitante na região Norte de até 35% (MCTI, 2021¹⁹).

O relatório do IPCC projeta, com alta confiança, que os fatores de impacto climáticos secos aumentem em nível regional a partir de esperados níveis mais altos de aquecimento global. O sinal mais forte de aumento futuro da seca agrícola e ecológica, aridez e clima de fogo, é sobre a região amazônica.

¹¹ ARRAUT, Josefina Moraes et al. Aerial rivers and lakes: looking at large-scale moisture transport and its relation to Amazonia and to subtropical rainfall in South America. **Journal of Climate**, v. 25, n. 2, p. 543-556, 2012.

¹² Zemp, D. C., Schleussner, C.-F., Barbosa, H. M. J., van der Ent, R. J., Donges, J. F., Heinke, J., Sampaio, G., and Rammig, A.: On the importance of cascading moisture recycling in South America, **Atmos. Chem. Phys.**, 14, 13337–13359, <https://doi.org/10.5194/acp-14-13337-2014>, 2014.

¹³ MARENGO, Jose A. et al. Changes in climate and land use over the Amazon region: current and future variability and trends. **Frontiers in Earth Science**, v. 6, p. 228, 2018.

¹⁴ MARENGO, JOSE A. Drought, floods, climate change, and forest loss in the amazon region: a present and future danger? **Frontiers for Young Minds**, v. 7, p. 8-147, 2020.

¹⁵ ARTAXO NETTO, Paulo Eduardo. The role of Amazonia in the Global Climate. 2020. <https://repositorio.usp.br/item/003018232>

¹⁶ IPCC, Grupo de Trabalho II. Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. Ficha Informativa. América Central e do Sul. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/about/factsheets/>.

¹⁷ MARENGO, J. A., ESPINOZA, J. C. (2016). Extreme seasonal droughts and floods in Amazonia: causes, trends and impacts. *International Journal of Climatology*, 36(3), 1033-1050

¹⁸ ZOU, Y., MACAU, E. E. N., SAMPAIO, G., RAMOS, A. M. T., AND KURTHS, J. (2015). Do the recent severe droughts in the Amazonia have the same period of length? *Clim. Dyn.* 46, 3279–3285. doi: 10.1007/s00382-015- 2768-x.

¹⁹ MCTI – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. Brasil. 2020. Quarta Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC.

O aquecimento ocasionado pelas altas temperaturas na região Amazônica é historicamente evidenciado por várias fontes desde 1950 (MARENGO et al., 2020; MARENGO, SOUZA JR, 2018²⁰). Temperaturas em toda a Bacia Amazônica aumentaram 0,5°C desde 1980, com maiores taxas de aquecimento observadas durante a estação seca (agosto a novembro), é previsto que a frequência e a duração das ondas de calor na região aumentar em até 214 dias adicionais até a década de 2090 (WORLD BANK, 2021²¹) e o aumento do risco de incêndio deve surgir antes de 2050 (IPCC b, 2022²²).

As figuras a seguir apresentam as projeções de cenários²³ climáticos futuros com a média projetada em horizontes de tempo de longo prazo, com um conjunto multimodelo, representando o alcance e a distribuição dos resultados projetados mais plausíveis da mudança no sistema climático para o estado do Pará²⁴.

²⁰ MARENGO, J.A., SOUZA JR, C. 2018. Climate change: impacts and scenarios for the Amazon.

²¹ WORLD BANK. Climate Risk Profile: Brazil (2021): The World Bank Group.
<https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/brazil>.

²² IPCC b. Climate Change Information for Regional Impact and for Risk Assessment.
<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/chapter/chapter-12/>.

²³ o último relatório do IPCC (AR6) apresentada uma nova série de 05 cenários de emissões, batizado de Projeto de Intercomparação de Modelos Climáticos Versão 6 (CMIP6). São dois cenários de baixas emissões (SSP1-1.9 e SSP1-2.6), um de médias (SSP2-4.5) e dois de altas (SSP3-7.0 e SSP5-8.5).

²⁴ <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/brazil/climate-data-projections>.

Projected Mean-Temperature
Para, Brazil; (Ref. Period: 1995–2014), Conjunto de vários modelos

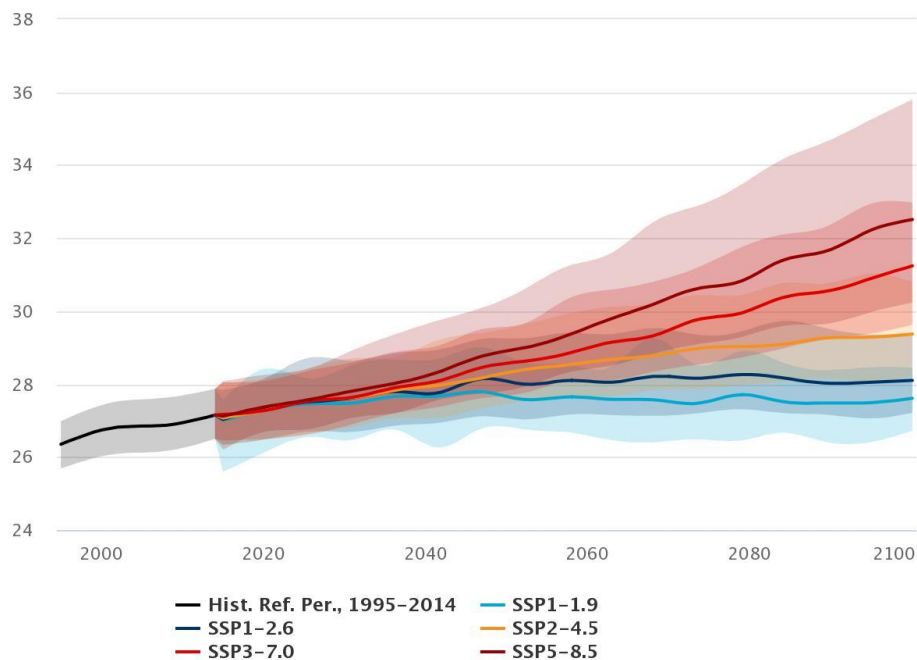


Figura 1. Temperatura média projetada para o estado do Pará até o ano de 2100.

Projected Days with Heat Index > 35°C
Para, Brazil; (Ref. Period: 1995–2014), Conjunto de vários modelos

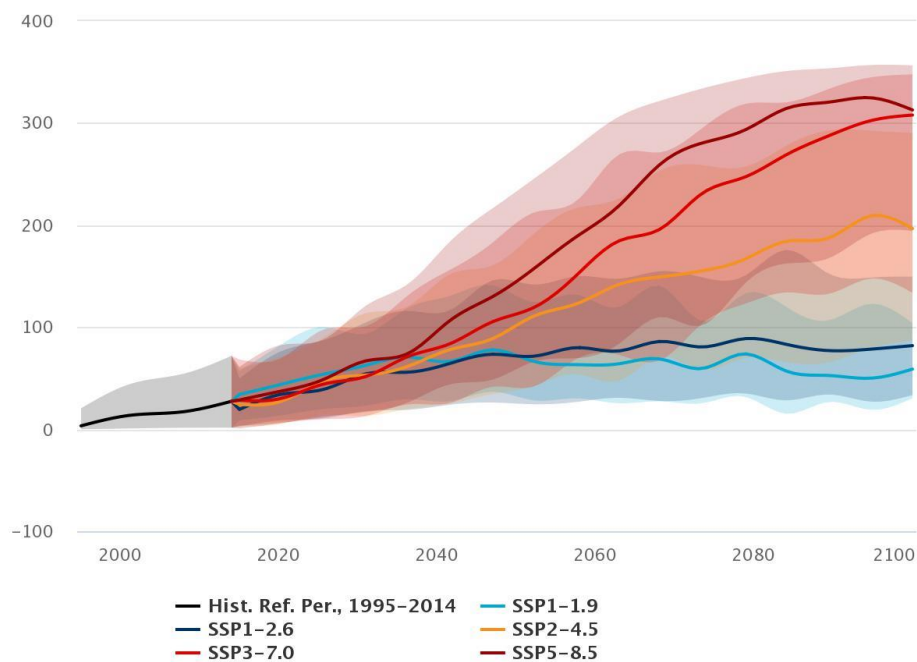


Figura 2. Projeção de dias com índice de calor acima de 35°C no estado do Pará até 2100.

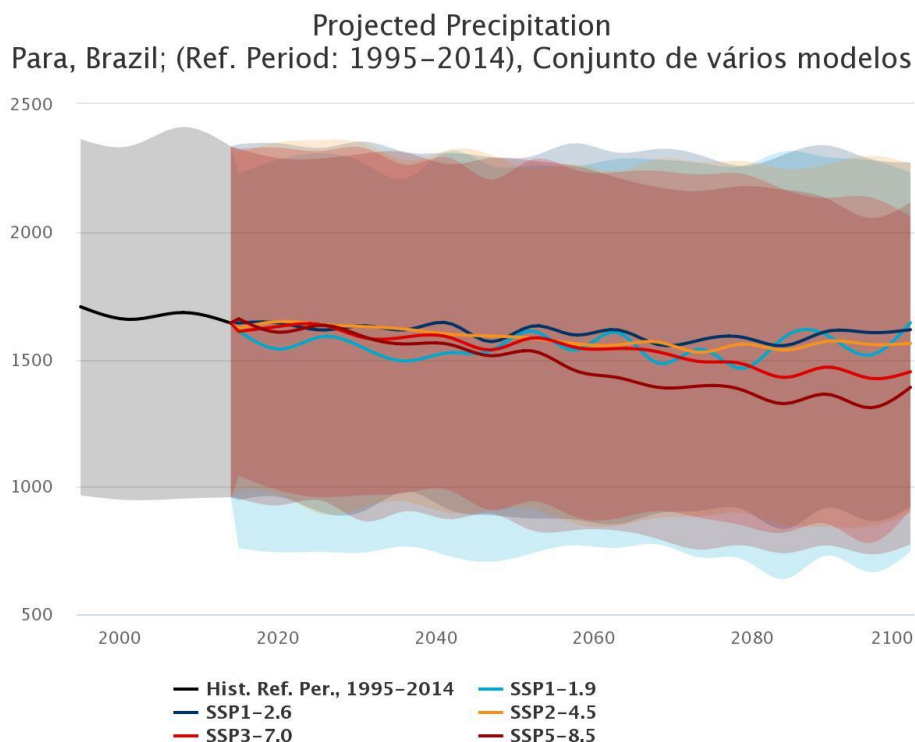


Figura 3. Precipitação projetada para o estado do Pará até 2100.

Os dados de projeção climática são modelados das compilações de modelos climáticos globais dos Projetos de Intercomparação de Modelos Acoplados (CMIPs), supervisionados pelo Programa Mundial de Pesquisa Climática. Os dados apresentados são CMIP6, derivados da Sexta fase dos CMIPs, que formam a base de dados dos Relatórios de Avaliação do IPCC. Conforme pode ser observado, há um indicativo de elevações na temperatura e queda na precipitação.

Projeções realizadas de diferentes modelos climáticos de modo geral indicam um crescente aumento de eventos extremos de secas e estiagens prolongadas principalmente no norte da região Norte e Nordeste do Brasil (MCTI, 2021).

Em um cenário de ausência do Projeto as práticas ilegais se intensificariam em sua área, o Estado do Pará lidera o índice de estados que mais desmatam na região Amazônica. Comércio ilegal de madeira, conversão de terras para pastagens, em grande parte com a abertura de áreas sendo realizadas por invasores e grileiros, garimpos e tráfico de animais, são exemplos das atividades que ocorrem na região e potencializam a degradação ambiental. O Projeto atua em diversas frentes, buscando conter essa pressão

exercida sobre os seus limites (GLOBO PARÁ, 2021a²⁵; GLOBO PARÁ, 2021b²⁶; CNN, 2022²⁷; FOLHA DE SÃO PAULO, 2022²⁸; CORREIO PARAENSE²⁹).

ii. Impactos das mudanças climáticas (GL 1.2)

As florestas desempenham um importante papel na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, destacando-se a conservação da biodiversidade, fornecimento de meios de subsistência, segurança alimentar e a contenção de risco naturais (FAO, 2022³⁰).

O Brasil abriga quase 60% da área da floresta Amazônica, os ecossistemas produtivos e biodiversos da bacia Amazônica fornecem serviços essenciais para quase 30 milhões de pessoas e serviços ecossistêmicos importantes não só para a região, mas globalmente (USAID, 2018³¹).

São diversos os impactos das mudanças climáticas; as temperaturas mais elevadas podem alterar o alcance e distribuição de espécies, a seca poderá afetar os sistemas de água doce e suas comunidades dependentes e alteração na precipitação e temperatura podem aumentar a propagação de doenças. Caso os impactos climáticos diminuam a produção agrícola, a insegurança alimentar do Brasil pode aumentar, assim como a pressão dos agricultores sobre as terras e os recursos da Amazônia (USAID, 2018).

Entre os mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas na Amazônia, estão os povos indígenas, comunidades tradicionais, pequenos produtores, agricultores, pessoas de baixa renda nas áreas urbanas, crianças e idosos (IPCC a, 2022). Diante disso, inúmeros problemas socioeconômicos podem surgir, afetando essas camadas da população em diferentes proporções.

A associação entre as mudanças climáticas e diversos outros fatores gerados pela ação antrópica na floresta amazônica, atreladas as precárias condições sociais e ambientais pode dar origem ao surgimento de novas doenças infecciosas, bem como ao ressurgimento de doenças já existentes (ELLWANGER, et al., 2020).

Os eventos climáticos extremos têm sérias consequências econômicas, que podem desestabilizar a ordem e o funcionamento das comunidades humanas afetadas por eles, gerando instabilidade social e

²⁵ GLOBO PARÁ, 2021a. Polícia ambiental resgata mais de 600 animais alvo de tráfico nos quatro primeiros meses de 2021 no PA. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/05/policia-ambiental-resgata-mais-de-600-animais-alvo-de-trafico-nos-quatro-primeiros-meses-de-2021-no-pa.ghtml>.

²⁶ GLOBO PARÁ, 2021B. Pará é o estado com maior índice de desmatamento do Brasil no mês de julho, aponta Imazon. 2021. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/08/19/para-e-o-estado-com-maior-indice-de-desmatamento-do-brasil-durante-o-mes-de-julho-aponta-imazon.ghtml>.

²⁷ CNN. 2021. Desmatamento na Amazônia em 2021 é o maior dos últimos 10 anos. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desmatamento-na-amazonia-em-2021-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/>.

²⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. 2022. Pará é síntese de desafios e problemas da Amazônia. <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/09/para-e-sintese-de-desafios-e-problemas-da-amazonia.shtml>.

²⁹ CORREIO PARAENSE. 2021. Trabalhadores são resgatados em garimpo ilegal no município de Almeirim (PA). <https://correioparaense.com.br/2021/08/10/trabalhadores-sao-resgatados-em-garimpo-ilegal-no-municipio-de-almeirim-pa/>.

³⁰ FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of the World's Forests 2022. <https://www.fao.org/3/cb9360es/cb9360es.pdf>.

³¹ Perfil de risco climático. https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2018-April-30_USAID_CadmusCISF_Climate-Risk-Profile-Brazil.pdf

fragilizando o sistema público de saúde, que já é precário em países amazônicos, ainda que na ausência destes eventos (ELLWANGER, et al., 2020).

A redução significativa das chuvas na floresta amazônica, afetará a hidrologia regional, aumentando a vulnerabilidade dos serviços ecossistêmicos para a população dentro e fora da região amazônica (MARENGO et al., 2018).

A seca agravada pela falta de chuva e a extração de madeira aumentam o risco de incêndios florestais (MARENGO et al., 2018). Os incêndios florestais induzidos pela seca na Amazônia contribuíram amplamente para as emissões de carbono em nível nacional no Brasil (Aragão et al., 2018³²). Ainda, o desmatamento em grande escala da floresta amazônica associado às mudanças climáticas aumentará o risco de exposição ao calor extremo, afetando potencialmente regiões onde residem populações altamente vulneráveis (OLIVEIRA, et al., 2021³³).

Nas últimas três décadas, cheias e vazantes mais intensas tem ocorrido na bacia Amazônica, e eventos extremos vêm ocorrendo em intervalos menores. Com base nos registros feitos no Porto de Manaus, no início do século 20, os eventos de cheias aconteciam num intervalo de 20 anos. No início do século 21, esse intervalo diminuiu para 4 anos, e além das causas naturais relacionadas a estes eventos, o alto índice de CO₂ na atmosfera, que vem crescendo de maneira gradativa no decorrer das décadas, vem contribuindo para a mudança na circulação de água nos oceanos, causando enchentes mais abundantes (O ECO, 2021³⁴).

Esse cenário vem se refletindo na região onde se situa o Projeto REDD+ Jari Pará, em 2022 o rio Jari alcançou níveis históricos, atingindo mais de 18 mil pessoas na região do Vale do Jari, deixando diversas famílias desabrigadas, colocando também em risco a sua segurança alimentar (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2022³⁵). Em 2021 o município de Almeirim recebeu ajuda comunitária devido aos grandes impactos causados por inundações e chuvas intensas, levando o município a decretar situação de emergência (GLOBO PARÁ, 2021c³⁶).

Além das referências supracitadas, buscou-se no Diagnóstico socioeconômico e ambiental realizado na área do Projeto REDD+ Jari Pará, evidências que trouxessem percepções dos comunitários acerca de algumas problemáticas relacionadas as mudanças climáticas, por intermédio do diagnóstico de

³² ARAGÃO, L. E. O. C. et al. 21st Century drought-related fires counteract the decline of Amazon deforestation carbon emissions. 2018. Nat. Commun.

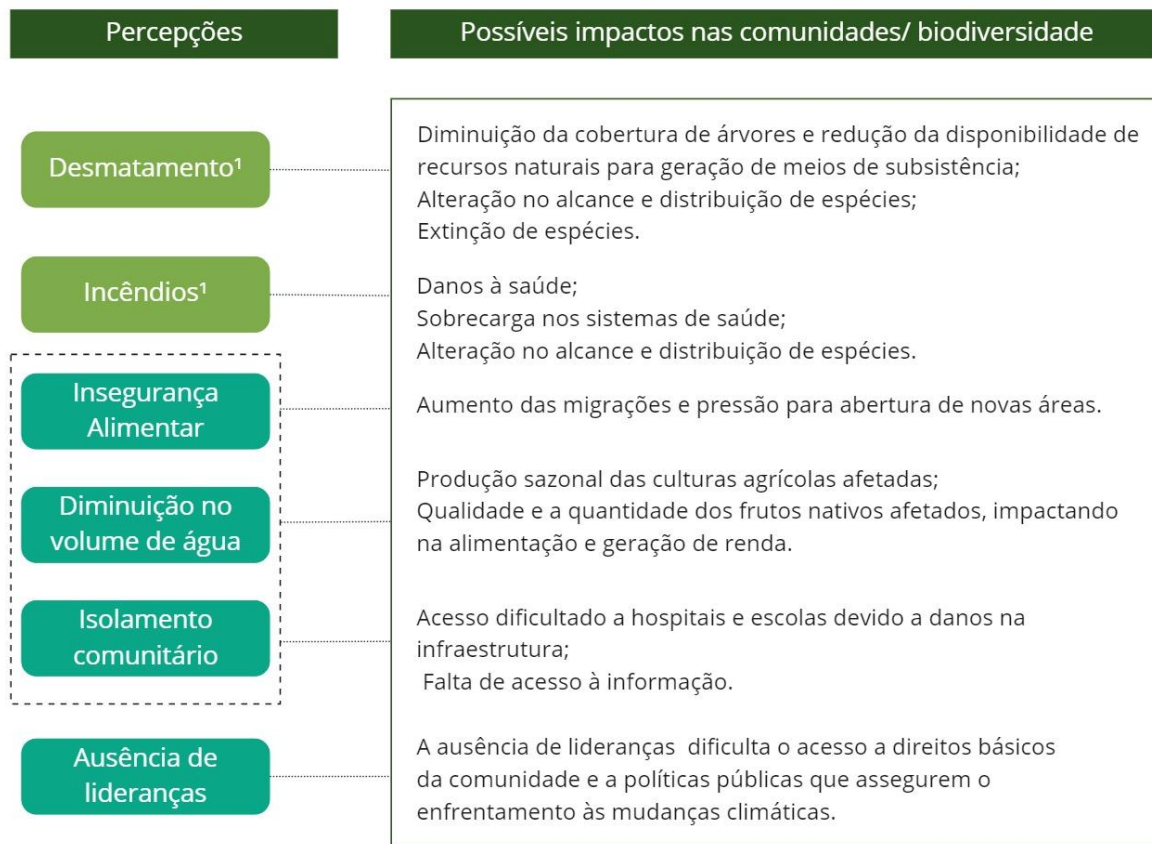
³³ OLIVEIRA, B. F. A. et al. 2021. Deforestation and climate change are projected to increase heat stress risk in the Brazilian Amazon, doi: <https://doi.org/10.1038/s43247-021-00275-8>.

³⁴ O eco, 2021. <https://oeco.org.br/reportagens/cheia-historica-no-amazonas-e-uma-mistura-da-variabilidade-natural-com-mudancas-climaticas/>.

³⁵ GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2022. <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2705/vale-do-jari-governo-amplia-atendimentos-as-familias-atingidas-por-enchente>.

³⁶ GLOBO PARÁ, 2021c. <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/06/17/belterra-e-almeirim-tem-r-14-milhao-liberados-para-compra-de-kits-de-ajuda-humanitaria.ghtml>.

campo realizado com algumas comunidades, a Figura 4 apresenta essas percepções e preocupações levantadas.



¹ Desmatamentos e incêndios, além dos possíveis impactos apresentados, são fatores antrópicos que agravam o processo de aquecimento global, com a intensificação da liberação de gases do efeito estufa (GEEs).

Figura 4. Percepções obtidas do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, e correlação com seus possíveis impactos

A conclusão do diagnóstico apontou, ainda, que em um cenário sem projeto, a demanda por recursos financeiros pressionaria os recursos florestais devido ao aumento de atividades agroextrativistas não planejadas e predatórias, e ocorreria um crescimento das atividades ilegais de exploração florestal devido à baixa instrução formal e a consequente dificuldade da população local em conseguir ocupações remuneradas. Dessa forma, as ações antrópicas supressoras das áreas naturais na região do Projeto, possuem como decorrência a intensificação da problemática do aquecimento global e, consequentemente, das mudanças climáticas.

iii. **Medidas necessárias e projetadas para adaptação (GL 1.3)**

Frente ao desafio das projeções de um ambiente mais quente e seco para a Amazônia, verificou-se que o projeto já compreende uma série de atividades benéficas para auxiliar as comunidades e a biodiversidade na adaptação às mudanças climáticas, sobre as quais destacam-se:

- O combate ao desmatamento, evitando a perda de cobertura florestal, atuando assim no cerne da questão das mudanças climáticas, objetivando conter a emissão de gases do efeito estufa, e preservando o hábitat de diversas espécies;
- O fortalecimento da agricultura familiar e do extrativismo sustentáveis, com pilares na segurança alimentar, visando garantir disponibilidade, quantidade, qualidade e acesso aos alimentos. Com atividades de apoio técnico que visam dinamizar e diversificar a produção sustentável dos sistemas agrícolas, aumentando a capacidade das culturas de se adaptar às mudanças e às variações climáticas;
- Educação ambiental, por meio de diversos eixos, auxiliando a compreensão da comunidade sobre os desafios de conservação de longo prazo e a capacidade de suporte da terra e o uso sustentável dos recursos naturais, prevenção de incêndios e implementação de práticas menos agressivas ao meio ambiente nas propriedades rurais;
- O fortalecimento das comunidades, que organizadas são mais capazes de enfrentar os desafios associados às mudanças climáticas, permitindo que se adaptem melhor às alterações do ambiente e das condições sociais, apropriados de suas necessidades e ferramentas para melhor condução dos processos de mudança do clima;
- Apoio na instalação de infraestrutura, facilitando o acesso à energia em áreas remotas, e tendo como oportunidade a disponibilidade de energia solar para geração fotovoltaica, beneficiando e aumentando a segurança de oferta de energia, como opção de adaptação da predominante fonte hídrica na matriz elétrica;
- Monitoramento da biodiversidade, permitindo compreender melhor a dinâmica das espécies locais e com isso elaborar planos estratégicos efetivos para sua conservação, por meio de uma gestão adaptativa, permitindo a perpetuação da vida selvagem a longo prazo, associadas a contenção do desmatamento não planejado e, conseqüentemente, a manutenção dos habitats naturais e a diminuição da perda de conectividade da paisagem.

As atividades relevantes para adaptação à mudança climática e seus respectivos benefícios atingidos com a execução do projeto estão detalhados a seguir.

Atividade do projeto	Escopo	Riscos e preocupações com a mudança climática abordados	Benefícios de adaptação
Monitoramento do desmatamento e melhoria da vigilância patrimonial	Clima	<p>Conversão desestruturada do uso do solo</p> <p>Deteção de áreas de risco e conflituosas</p> <p>Danos causados por incêndios florestais</p> <p>Baixa rastreabilidade de vetores de desmatamento</p>	<p>O monitoramento do desmatamento realizado pela equipe vigilância na zona do projeto, diminui significativamente as ocorrências de desmatamento não planejado e conseqüentemente gera a redução das emissões de gases de efeito estufa originados dessas práticas. A constante presença física é fator determinante e fundamental para conter a atuação dos agentes de desmatamento.</p> <p>Por meio do monitoramento remoto realizado por imagens de satélite de alta resolução, patrulhamento e vigilância, em consonância e apoio aos órgãos ambientais, intensificam-se as ações para promoção e manutenção da cobertura vegetal e, conseqüentemente, conservação da biodiversidade e os recursos naturais usufruídos pelas comunidades, de forma a mitigar as mudanças climáticas globais.</p>
Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável	Social	<p>Ameaça a soberania alimentar das famílias</p> <p>Diminuição da geração de renda</p>	<p>É esperado que as comunidades sejam capazes de conduzir suas lavouras de modo eficaz e eficiente, produzir alimentos e gerar renda sem necessidade de abertura de novas áreas, e recuperando áreas já impactadas, valorizando o uso do solo sustentável e perpetuando os benefícios a si mesmos, ao clima e à biodiversidade.</p> <p>O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, com foco na inserção de novas técnicas e tecnologias de produção, como a implementação de sistemas agroflorestais, configuram a transição de um sistema produtivo convencional para uma agricultura de baixo carbono.</p> <p>Além disso, há também o eixo de Manejo Florestal de Baixo Impacto de Uso Múltiplo, que é baseado no incentivo a boas práticas de extração que permitem a exploração de recursos florestais madeireiros e não madeireiros por parte dos comunitários, com o objetivo de promover com o objetivo de</p>

Atividade do projeto	Escopo	Riscos e preocupações com a mudança climática abordados	Benefícios de adaptação
			<p>promover diversificação de renda, bem como melhorar o manejo do território e a proteção da floresta a longo prazo.</p> <p>As atividades de ATER, apoiam também o desenvolvimento das cadeias produtivas locais, com ganhos de escala e qualidade, ajudando as famílias a terem maior soberania e maior diversificação de renda, conseqüentemente atenuando os impactos das mudanças climáticas aumentando a segurança alimentar, respeitando as funções sociais e ambientais das propriedades rurais, conservando da biodiversidade e dando autonomia aos produtores locais.</p>
Promoção da educação ambiental	Social	<p>Incêndios</p> <p>Degradação ambiental</p> <p>Perda de biodiversidade</p>	<p>As ações de educação ambiental orientam, disseminar e difundem informações as comunidades sobre práticas ambientais por meio de palestras, campanhas e workshops com o tema sobre degradação ambiental, recuperação de áreas degradadas, prevenção de incêndios, legislação ambiental, entre outros.</p> <p>Especificamente a respeito de incêndios florestais, a disseminação de práticas de resposta a emergências, fornecem subsídios aos comunitários para enfrentamento dos incidentes, assim como, ensinam e orientam sobre os riscos à saúde e a biodiversidade.</p> <p>De modo geral a abordagem destes eixos auxilia na percepção sobre os impactos individuais sobre o meio ambiente, incentiva a sustentabilidade e a participação social, tornando o comunitário peça-chave nas reflexões sobre a necessidade de adaptações frente ao desafio das mudanças climáticas.</p>
Fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades	Social	<p>Migrações populacionais</p> <p>Difícil acesso a políticas públicas</p>	<p>O projeto realiza um trabalho de fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades, bem como tem frente atuante quando se trata do acesso dos comunitários a políticas públicas, sendo tanto um meio pelo qual os comunitários buscam informações sobre seus direitos, como fazendo um elo entre eles e os órgãos competentes.</p>

Atividade do projeto	Escopo	Riscos e preocupações com a mudança climática abordados	Benefícios de adaptação
			Comunidades fortalecidas tem maiores competências para gerir adaptações necessárias frente as mudanças climáticas. A organização social permite ainda uma melhor articulação no acesso para políticas públicas e reconhecimento de direitos.
Instalação de infraestrutura para as comunidades	Social	Isolamento Crise energética	O apoio à infraestrutura das comunidades permite que elas saiam de uma situação de isolamento, bem como algumas alternativas diminuem a dependência a sistemas sobrecarregados.
Monitoramento da biodiversidade	Geral e Biodiversidade	Fragmentação de habitats Declínio populacional Extinção de espécies	<p>O projeto conduz estudos científicos focados em Biodiversidade e Impactos Ambientais, essa atividade permite realizar o monitoramento e mitigação de impactos relacionados à biodiversidade, manutenção do fluxo gênico, regulação do fluxo de água e qualidade da água, ciclagem de nutrientes, proteção do solo, abrigo para a fauna, suprimento de alimentos, fibras e outros produtos para as comunidades locais, beleza cênica, manutenção de corredores ecológicos, entre outros.</p> <p>Essa atividade também inclui o monitoramento de espécies sensíveis, ou seja, com algum grau de ameaça, de acordo com a lista de espécies ameaçadas da IUCN encontradas na região e a realização e o incentivo de pesquisas científicas na área do projeto.</p> <p>Adicionalmente, também almeja um monitoramento constante em áreas de alto valor de conservação para comunidades e para a biodiversidade.</p> <p>A ausência de dados sobre espécies e seu comportamento frente as mudanças do ambiente é um dos grandes gargalos para a execução de um plano de gestão e manejo adaptativos, especialmente frente as mudanças climáticas. Como o impacto das mudanças do clima ainda é um assunto bastante incipiente, o monitoramento e a avaliação contínua do Projeto assegurará que as adaptações necessárias para a biodiversidade estão ocorrendo.</p>

Por fim, entende-se que o desvio não impacta a aplicabilidade da metodologia, a adicionalidade ou a adequação do cenário da linha de base, uma vez que as atividades que justificam a obtenção do Nível Ouro já estão incorporadas no Projeto desde a sua concepção.

Proponente do Projeto – Novo Parceiro

Em julho de 2021, a Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. concluiu a aquisição de 53,6% do capital social da Biofílica Investimentos Ambientais S.A. O principal objetivo dessa transação foi a aceleração do crescimento da empresa, potencializado pelo Grupo Ambipar, tendo como consequência a ampliação do seu portfólio de serviços ambientais disponibilizados.

Como consequência dessa aquisição, a companhia sofreu uma alteração nominal, deliberada em assembleia geral extraordinária, passando a se chamar Biofílica Ambipar Environment Investments S.A. A entrada do sócio (Ambipar) na Biofílica Ambipar Environment não alterou o Objeto Social da Empresa que continua fortemente relacionado ao fomento e financiamento de atividades ligadas ao meio ambiente e a conservação ambiental, a descrição detalhada do mesmo pode ser localizada no Artigo 3º do Estatuto social atualizado da empresa, disponibilizado ao VVB. A entrada de um novo sócio, inclusive terá um efeito positivo na medida em que o aporte de recursos, expertise e ganhos de escala, permitirá a Biofílica avançar de forma mais consistente e rápida em suas atividades ligadas ao meio ambiente e a conservação ambiental.

Adicionalmente, não existem implicações contratuais ou outras implicações legais no contrato do Projeto REDD+ Jari Pará, ou qualquer outro projeto implementado pela Biofílica Ambipar Environment anterior a essa transação, em decorrência da entrada de um novo sócio da Biofílica Ambipar Environment. Os principais objetivos dos investimentos dessa transação são o desenvolvimento tecnológico e de expertise no que se refere às técnicas de Soluções Baseadas na Natureza (do inglês NBS – Nature Based Solutions).

Disponibilização e divulgação das versões impressas dos documentos do projeto

Os documentos impressos do projeto estão disponíveis no escritório da Fundação Jari, com uso focado principalmente na consulta da equipe técnica da instituição. Entretanto, não foi realizada a divulgação de sua disponibilidade na instituição para outras partes interessadas durante o período monitorado, conforme descrito no documento de Descrição do Projeto (seção 2.3.1). Esta atividade faz parte do tema de atividades denominado “Acesso dos atores aos documentos do projeto”.

Por isso, os proponentes consideram a ocorrência de um desvio em relação ao que foi previsto inicialmente na Descrição do Projeto. Ainda assim, não ocorreram impactos aos critérios de aplicação e adequação da metodologia, e à adicionalidade do Projeto.

Ainda que a divulgação impressa não tenha sido realizada, outras frentes de trabalho e atividades foram realizadas com foco na divulgação de documentos e informações do projeto, pensando principalmente na adaptação do linguajar técnico para um conteúdo de mais fácil entendimento.

Foi elaborado o Guia de Monitoramento do Programa REDD+ Vale do Jari (englobando os projetos REDD+ do Pará e Amapá), composto por 03 volumes: 01. Projetos, atividades e Indicadores; 02. Partes interessadas e sua atuação e 03. Monitoramento dos Projetos. Esse material se originou dos esforços conjuntos da Biofílica Ambipar Environment com a Fundação Jari e reúne de maneira didática e objetiva conceitos, definições, informações, responsabilidades e procedimentos relacionados aos projetos, fornecendo um conhecimento acessível e auxiliando o aperfeiçoamento de melhores práticas de gestão, servindo também como uma ferramenta para estimular e fortalecer o engajamento das partes interessadas para o desenvolvimento, gestão e governança do projeto.

Entende-se que a não divulgação não gerou impactos, uma vez que informações e documentos do Projeto estão disponíveis em diversos canais digitais, como também disseminadas nas atividades rotineiras do Projeto.

Adicionalmente, os proponentes irão elaborar novas formas de divulgação junto às comunidades, para que elas tenham acesso aos documentos de forma mais didática (ex. um resumo do Guia de Monitoramento, coletando assinatura dos envolvidos).

Circular Fundação Jari e Circular do Grupo Jari

O projeto planejava a produção das Circulares da Fundação Jari e do Grupo Jari, como veículo de disseminação de informações escrito aos atores do Projeto, conforme descrito no PDD. Esta atividade também faz parte do tema de atividades denominado “Acesso dos atores aos documentos do projeto” (seção 2.3.1). Entretanto, as circulares não foram implementadas dentro do período monitorado.

Embora se apresente como um desvio, a ausência da atividade não gerou impactos no bom andamento do Projeto, uma vez que o foco tem sido a divulgação por redes sociais, sites e e-mail (sites do VCS, da Biofílica, Facebook, LinkedIn e Instagram), além disso, durante o período de 2018 a 2021 as notícias do Projeto foram divulgadas no Jornal local Tribuna Regional (cerca de 44 notícias no período).

Sendo assim, as partes interessadas tiveram acesso a notícias e informações ocorridas no período, junto aos comunitários, essa disseminação de informações também ocorria no momento das assistências técnicas, ressaltando-se ainda que são disponibilizados diversos canais de contato para solicitação de informações.

Câmara Técnica REDD+ (Diretoria Técnica de REDD+ ou Conselho Técnico)

O PDD apresentou diferentes nomenclaturas para a mesma atividade, sendo assim, esclarece-se que os termos “Diretoria Técnica de REDD+” e “Conselho Técnico”, também se referem a Câmara Técnica REDD+.

Foi planejado no PDD, seção 2.3 “Engajamento das partes interessadas”, que as informações e notícias sobre o Projeto seriam transmitidas oralmente pelas Câmaras Técnicas, no entanto, a atividade não ocorreu principalmente por uma questão de priorização na dinâmica do Projeto, de outras atividades

que apresentavam maior urgência de execução e recursos, como por exemplo foco nas atividades para realização de auditoria do projeto Jari Amapá.

As restrições impostas pela pandemia impossibilitando atividades presenciais nos anos de 2020 e 2021, e a diminuição do quadro de funcionários da Fundação Jari também impactou a execução da atividade, pois os mesmos foram direcionados para as atividades de maior urgência. Entre outros fatores, destacam-se ainda o alto custo na dinâmica de realização da atividade e a atenção focada para processo de Recuperação Judicial do Grupo.

É importante ressaltar que embora a Câmara Técnica, tenha sido planejada como um importante canal de comunicação e escuta entre as partes interessadas, a sua ausência não impactou indicadores do Projeto devido a estratégia adotada deste o princípio para suprir essa lacuna. A comunicação com comunitários foi focada nos atendimentos de ATER dos técnicos, oficinas, palestras e cursos. Além disso, há diversos canais de comunicação ativos e disponíveis (caixa de sugestões, canal de feedback "Fale Conosco", que funciona por e-mail ou telefone).

A informações foram transmitidas por meio da consulta pública feita em 2019, reuniões realizadas com os técnicos da Fundação, reuniões entre Fundação e a Biofíllica (iniciadas em 2021), reuniões de alinhamento da Fundação Jari e pelas atividades ATER com os comunitários, incluindo reuniões. Além disso, foi elaborado e realizado o treinamento do Guia de Monitoramento dos Projetos que reúne de maneira didática e objetiva conceitos, definições, informações, responsabilidades e procedimentos. A expectativa é uma mudança de posicionamento dos técnicos da Fundação nas tratativas com os comunitários, tornando claro para as demais partes interessadas a relação das atividades realizadas pela Fundação Jari com os projetos REDD+.

É planejado que a atividade de Câmara Técnica seja retomada e siga na seguinte estrutura: realização de reuniões anuais (início e final) do ano com os parceiros técnicos, EMATER, SEMA, órgão de extensão, fomento e educação). No início de ano será apresentado todo o planejamento da Fundação Jari para o período e no final do ano os resultados das atividades realizadas (essa atividade será implementada após a resolução da situação jurídica do Grupo Jari, para evitar potenciais conflitos com as partes participantes).

Para o diálogo e troca com as comunidades, está planejado a realização de consultas públicas anuais, onde será discutido os resultados do trabalho da Fundação Jari no ano, promovendo uma avaliação participativa das entregas e sugestões, e serão levantados pontos de melhoria que poderão ser incrementados no planejamento do ano posterior da Fundação, garantindo o engajamento das comunidades no processo decisório.

Além disso, os proponentes do Projeto irão elaborar novas formas de divulgação dos resultados junto às comunidades de forma mais didática. Espera-se um impacto positivo considerando a continuidade das atividades, somada a utilização do Guia de Monitoramento que servirá como uma ferramenta para estimular e fortalecer o engajamento das partes interessadas para o desenvolvimento, gestão e governança

do Projeto, bem como, é prevista a retomada das Câmaras Técnicas em novo formato, focadas na troca entre instituições técnicas parceiras do projeto.

Descrição da dinâmica de comunidades no projeto REDD+

Inicialmente foi previsto no PDD, seção 2.1.9 “Descrição dos atores”, que as atividades do Projeto beneficiariam 07 comunidades localizadas na Área do Projeto (Recreio, Cafezal, Serra Grande, Nova Vida, Área 127 e 60, Braço e Bandeira). Os projetos do Programa REDD+ Vale do Jari passaram por alguns ciclos ao longo de seus anos de atuação, e o trabalho realizado com as comunidades também recebeu atualizações. Com o desenvolvimento da governança das atividades pela Fundação Jari, entendeu-se que todas as comunidades, famílias, associações e organizações que recebem algum suporte e atendimento da Fundação Jari estão incluídas como beneficiários do Programa REDD+ Vale do Jari, uma vez que os investimentos vindos do REDD+ constituem a principal fonte de recursos para a manutenção das atividades da Fundação na região.

Essa ampliação do contexto de abrangência das famílias e comunidades atingidas proporcionou ao trabalho socioambiental da Fundação, maior engajamento das comunidades e instituições locais nas estratégias do programa de redução de emissões por desmatamento e degradação ambiental no Vale do Jari, disseminando uma "consciência coletiva" na região, sobre a importância de se manter a floresta em pé e usufruir dos benefícios sociais e econômicos gerados pela valoração, no mercado de carbono, dos serviços ambientais que a floresta em pé promove em favor do equilíbrio do clima, da bem estar das comunidades e da conservação da biodiversidade.

Entretanto, para que as famílias e comunidades possam usufruir desses benefícios, é necessário que estas assumam um compromisso com as boas práticas de uso e conservação do solo, da água e da floresta, por meio da regularização ambiental de suas posses e propriedades (familiares e comunitárias), da recuperação de áreas degradadas, do uso controlado do fogo ou da substituição das queimas tradicionais de roça pela agricultura familiar mecanizada de baixo impacto, além de colaborar com os Órgãos de fiscalização pública ambiental (parceiros fundamentais do programa), na denúncia de práticas ilegais como queimadas irregulares, extração ilegal de madeira, caça e pesca predatória, entre outros.

Em resumo, ao aderir aos projetos (por meio de um Termo de Adesão), o indivíduo ou família deverá concordar em manter as áreas florestais de sua propriedade em pé, por meio do uso sustentável do solo e da floresta, e respeitando a legislação do código florestal vigente.

Fazendo parte do programa, essa proteção da floresta será monitorada periodicamente, por imagens de satélite e atividades em campo, e, com a efetiva conservação dessas reservas, o comunitário passa a estar apto a receber os benefícios gerados pelos recursos financeiros da venda de créditos de carbono, como assistência técnica rural e outros auxílios materiais.

Com a expansão, a atividade "Plano de Uso da Propriedade" não foi executada, uma vez que o campo de atuação estava sendo e as comunidades focais deixaram de ser monitoradas mais de perto, gerando uma perda no acompanhamento da evolução delas, no entanto, o Projeto passou a ter maior

abrangência apoiando o trabalho da Fundação Jari, atingindo um maior número de comunidades e famílias, demonstrando de forma mais clara o real impacto da manutenção da Fundação e do projeto REDD+ no Vale do Jari.

Indicadores de monitoramento

Ao longo do período monitorado, se percebeu que alguns indicadores, inicialmente estabelecidos, possuíam dificuldades em serem levantados e/ou sofreram alterações em suas métricas. Isso ocorreu, principalmente, por conta de uma falha no registro dessas informações e/ou atraso no cumprimento do cronograma previamente estabelecido, com priorização de outras atividades.

Abaixo estão listadas todas as mudanças ocorridas em atividades e indicadores que sofreram algum tipo de ajuste em seus parâmetros e/ou não foram quantificados durante o período monitorado e suas respectivas justificativas:

O indicador "Frequência de publicações dos Relatórios de Atividades" não será mais monitorado, sendo este um desvio permanente no Projeto. Embora previsto no PDD, com amadurecimento do Projeto, entendeu-se que este indicador não apresenta relevância para os resultados do Projeto. Cabe destacar que a Fundação Jari continua reportando em seus relatórios anuais as principais atividades ocorridas no período, bem como o time ATER disponibiliza suas fichas de atendimento e relatórios de atividades e que com a implantação do Aplicativo ATER (descrito na seção 2.2.13), as atividades realizadas no âmbito da assistência rural serão controladas de forma digital, permitindo uma maior controle e rastreamento das evidências.

O indicador mensurado como "Número de pessoas capacitadas" previsto inicialmente no PDD passa a ser "Número de participações", devido a necessidade de otimização na contagem e ao volume de evidências recebidas, bem como, por uma análise detalhada da relevância da informação do indicador. Entende-se que mais importante do que o número de vezes que o mesmo indivíduo é capacitado, é a oferta das capacitações, sendo assim a contagem será feita pelo número de participações nas atividades do Projeto. Devido ao grande volume de informações recebidas, todas as evidências recebidas foram sistematizadas e organizadas por tipo de atividade e por fim contabilizadas, em um sistema de planilha que permite uma rápida visualização das informações dos arquivos recebidos em diversos formatos, evitando duplas contagens. A alteração deste indicador não traz perdas aos resultados do Projeto e otimiza tempo de gestão e consolidação de resultados, com a utilização de métricas que ilustram o alcance do projeto de forma mais clara.

Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável: O indicador "Número de produtores beneficiados pelo Projeto REDD+", passa a ter o dado "número de pessoas envolvidas" ao invés de "número de famílias envolvidas", uma vez que foram realizados muitos atendimentos e o rastreamento e identificação de pessoas pertencentes a mesma família ficaria subjetivo, optou-se por contabilizar o número de pessoas que receberam algum tipo de atendimento ATER, seja ele assessoria em campo, apoio com a doação de insumos para a produção, apoio na regularização ambiental e/ou apoio à acesso

a políticas públicas e financiamentos (documentação). É esperado que com o uso do Aplicativo ATER, as atividades realizadas no âmbito da assistência rural serão controladas de forma digital, permitindo um maior controle das evidências.

Monitoramento da flora: Inicialmente foi previsto no PDD que a avaliação da dinâmica florestal seria realizada a cada 05 anos. Em julho de 2022 foi firmado um acordo de Cooperação Técnica com o IFAP, dando início as atividades de monitoramento que devido a atrasos no cronograma, foi concluída em dezembro/2022. O atraso ocorreu por diversos fatores tais como, os problemas financeiros enfrentados no período pelo Grupo Jari, e a priorização de atividades de acordo com a dinâmica dos projetos, como por exemplo a auditoria do projeto no projeto REDD+ do Amapá.

Além do atraso gerado na avaliação da dinâmica florestal, a frequência do monitoramento de parcelas permanentes será alterada para englobar a exigência de outras certificações, à exemplo a CERFLOR e a periodicidade passará a ser a cada 2 anos.

Embora a frequência tenha sido alterada para um acompanhamento em menor período, o que gerará um impacto positivo na atividade, durante o período monitorado houve uma lacuna de 01 ano entre o previsto inicialmente a conclusão das atividades de campo, sendo esta preenchida apenas pelo monitoramento remoto via imagens de satélite, gerando um impacto de maior espaçamento entre as informações.

Espera-se que o monitoramento mais frequente (a cada 02 anos) gere impactos positivos, permitindo maior geração de dados e consequentemente maiores informações para subsidiar estudos e compreender a dinâmica florestal.

Além do acordo firmado com o IFAP para início dos trabalhos, foram tomadas como subsídio os resultados do relatório de monitoramento de Biodiversidade de 2020 para o projeto do Amapá, que demonstra uma boa relação entre as áreas e a manutenção dos corredores ecológicos. Além disso, com o monitoramento de satélite e ações de vigilância foi possível assegurar a manutenção das espécies arbóreas, ainda que sem grandes detalhes da evolução das taxas de biodiversidade.

2.1.4 Riscos para o Projeto (G1.10)

A avaliação de risco foi realizada através da aplicação da ferramenta aprovada pelo VCS "AFLOU Non-Permanence Risk Tool, v. 4.0", verificou-se os prováveis riscos naturais e induzidos pelo homem aos benefícios climáticos, reportados no Relatório de Risco de Não-Permanência do Projeto REDD+ Jari Pará, conforme resumo encontra-se na tabela abaixo

Tabela 1. Pontuação final do risco de não permanência para o Projeto REDD+ Jari Pará.

Categoria	Pontuação
a) Risco Interno	0

b) Risco Externo	10
c) Natural	1
Pontuação Geral (a+b+c)	11

Durante o período monitoramento, identificou-se os prováveis riscos aos benefícios esperados para o clima, a comunidade e a biodiversidade durante a vida do Projeto, bem como suas respectivas medidas mitigadoras, elencados abaixo no Apêndice 1.

2.1.5 Permanência dos Benefícios (G1.11)

Para manter e aperfeiçoar os benefícios para o clima, comunidade e biodiversidade, para além da duração do projeto, os seguintes mecanismos são listados:

Melhoria nos procedimentos de vigilância patrimonial e gestão de conflitos: As ações de vigilância patrimonial, principalmente associadas ao monitoramento das áreas através de imagens de satélite, ocorrem desde a validação do projeto. Em 2015 foram iniciadas as operações e patrulha terrestres e fluviais com a finalidade de assegurar a proteção do patrimônio fundiário da Jari, evitar desmatamentos, incêndios florestais e extração e o comércio ilegal de madeira bem como outros produtos e a caça e pesca predatória.

Como ferramenta adicional foi implantado em 2020 o monitoramento remoto por imagens de satélite de alta resolução que possibilitam o monitoramento detalhado da dinâmica de ocupação do solo, e realizado um treinamento para a equipe de vigilância patrimonial, para aumentar a eficiência e reduzir custos das operações de vigilância patrimonial. Desta forma, as operações de vigilância receberam um aumento no processo de inteligência relacionado ao monitoramento e gestão territorial. Os procedimentos de monitoramento continuarão sendo atualizados sempre que necessário, o que refletirá diretamente na manutenção dos benefícios climáticos em longo prazo.

Além disso o Projeto atuou nas comunidades na gestão de conflitos e na criação de conselhos comunitários, estratégias de gestão que pacificam e organizam a convivência no território e fortalecem os laços entre os comunitários, bem como, formaliza a instituição de lideranças que representem a comunidade e sejam os porta vozes de suas demandas.

Desenvolvimento socioeconômico sustentável e organização social: Por meio de ações voltadas ao fortalecimento das associações e cooperativas, foi estimulado o empreendedorismo social, resgatando os valores do associativismo. O assessoramento objetivou garantir um maior nível de organização das instituições, combinando planejamento, produção e comercialização, permitindo que agroextrativistas e pequenos empreendedores, tenha acesso ao conhecimento e ferramentas adaptadas e prática gerencial e comercial nas suas propriedades, assimilando boas práticas de gestão sustentável,

por meio de incentivo, inovação tecnológica e agregação de valor aos produtos regionais, priorizando culturas agroflorestal e sistemas de produção tradicionais complementares a segurança alimentar e nutricional das famílias, além destas atividades focais dos assessoramentos, também foi fornecido apoio para regularização de algumas associações/cooperativas, permitindo que elas possam acessar o mercado formal, importante canal para possibilitar o aumento da geração de renda e empregos.

Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), oficinas e treinamentos em técnicas agroflorestais e agrícolas: Principal atividade realizada junto aos comunitários desde o início do projeto através das ações da Fundação Jari, a assistência, o treinamento e a capacitação direta aos produtores foram realizados a partir da construção conjunta do conhecimento e das técnicas mais adequadas para cada família e comunidade, aperfeiçoando o conhecimento já dominado pelos comunitários, através da integração com informações complementares, dando assim mais autonomia aos produtores (ver seções 4.1.3, 4.2.2 e 4.3.1). No escopo das atividades ATER, foram também realizados atendimentos objetivando apoio no Cadastro Ambiental Rural das propriedades, atuando na frente de adequação ambiental, bem como, foram realizados atendimentos de apoio a emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar, fundamental para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e também pelo menos outras 15 Políticas Públicas do Governo Federal.

Através de treinamento técnico e capacitação em produção rural, técnicas agrícolas e florestais de acordo com interesse familiar, o projeto espera tornar os produtores capazes de implementar técnicas agrícolas e florestais adequadas, viabilizando constante produção e geração de receita. É esperado que ao término do projeto as comunidades sejam capazes de conduzir suas lavouras de modo eficaz e eficiente, produzir alimentos e gerar renda sem necessidade de abertura de novas áreas, perpetuando os benefícios a si mesmos, ao clima e à biodiversidade.

Muito além das capacitações, o serviço de ATER foi um elo entre os comunitários e a Fundação Jari, sendo uma ponte de troca de informações e de consulta contínua as expectativas e interesses dos comunitários, tanto nos momentos formais, por meio de reuniões quanto nos momentos informais de atendimento, sendo de fundamental importância para o bom andamento do projeto.

Fortalecimento da Fundação Jari: A Fundação Jari atua como peça-chave no desenvolvimento das atividades de cunho social dentro do projeto. Dessa forma, as atividades do Projeto visam consolidar e aprimorar o que já vem sendo realizado pela Fundação na Zona do Projeto. O número de comunidades abrangidas inicialmente pelo Projeto (07) foi ampliado para todas as comunidades atingidas pela Fundação, que só foi possível devido a capacidade de estruturação e organização da Fundação no âmbito do Projeto, que contou também com capacitações internas para estar apta para fornecer assistência a todas essas comunidades.

Espera-se que ao final do Projeto a Fundação Jari se consolide como uma instituição promotora de negócios baseada em cadeias produtivas sustentáveis, possuindo uma equipe técnica qualificada e suficiente para servir as comunidades e a aplicação de parcerias, com linhas de ação que visem sua sustentabilidade financeira, resultando na geração de impactos consistentes e contínuos no longo prazo.

Maior conhecimento científico sobre Biodiversidade e Manutenção de Atributos de Alto Valor de Conservação: O primeiro estudo realizado sobre a biodiversidade foi em 2016, durante o desenho do projeto, servindo de embasamento para a implementação do plano de monitoramento a longo prazo para Biodiversidade e AAVCs. Como uma medida estratégica para o projeto, foi formalizada uma parceria com o IFAP (Instituto Federal do Amapá) para realizar de forma conjunta com a Fundação Jari, atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na região do Vale do Jari, focadas nas atividades de monitoramento da biodiversidade dos projetos, bem nas associadas à xiloteca e museu. Dessa forma se espera que o monitoramento dos benefícios causados diretamente à biodiversidade continue sendo acompanhado, além de gerar e divulgar conhecimento sobre a região, destacando principalmente a importância da conservação e do uso sustentável das florestas para a fauna e a flora.

Programa de educação ambiental: As atividades de educação ambiental realizadas têm foco sobre a problemática da degradação ambiental, importância da recuperação de áreas degradadas, prevenção de incêndios, consumo consciente e atendimento à legislação ambiental. Dada a importância da educação ambiental, as palestras foram realizadas também em escolas e por vezes de maneira lúdica, por meio do cinema comunitário. A temática de combate a incêndios e controle de queimadas foi a mais trabalhada no escopo da educação ambiental, atrelada ao trabalho ATER, são essenciais para apresentação de técnicas de preparo e manejo do solo, menos agressivas ao meio ambiente.

Destaca-se também a importância da Xiloteca do Museu Jari, criada em 1968 com o objetivo de preservar e aumentar o conhecimento sobre o patrimônio da Floresta Amazônica, a qual é mantida com o apoio do Projeto, tendo como objetivo gerar impactos positivos para as comunidades e para a biodiversidade, buscando a manutenção ao longo do tempo desse acervo, além de promover a importância dessas coleções tanto para fins científicos como de educação ambiental, estimulando a conscientização e disseminação da importância da biodiversidade do Vale do Jari e da preservação das florestas e suas espécies existentes.

As atividades de educação ambiental se darão de forma contínua, disseminando conhecimentos e capacitando os comunitários com as habilidades, atitudes e competências necessárias tanto para atuação individual quanto coletiva, fortalecendo assim a sua atuação participativa nos processos decisórios voltados para a conservação do meio ambiente e a gestão territorial, na busca por soluções para os problemas ambientais atuais e futuros, trazendo não só compreensão sobre o desenvolvimento sustentável, mas a noção de pertencimento e responsabilidades junto à comunidade.

2.1.6 Projetos Agrupados

Não aplicável. O Projeto REDD + Jari Pará não é um Projeto Agrupado.

2.2 Engajamento das Partes Interessadas

2.2.1 Acesso das partes interessadas aos documentos do projeto (G3.1)

Durante o período monitorado, o foco das ações de comunicação do Projeto REDD+ Jari Pará foi por mídias virtuais, ainda que mantida e implementada também a comunicação oral e escrita com as partes envolvidas, visando garantir o acesso aos documentos e a todas as outras informações do Projeto conforme descrito abaixo.

Escrito: os proponentes do projeto compreendem que o conteúdo contido no PDD e relatórios de monitoramento elaborados, mesmo que em português, são extremamente técnicos e, muitas vezes, de difícil compreensão durante a leitura por parte das comunidades, ou mesmo parceiros que não tem grande proximidade com o tema, por conta disso, no período monitorado foi elaborado o Guia de Monitoramento o qual apresenta de maneira didática e objetiva conceitos, definições, informações, responsabilidades e procedimentos relacionados ao Projeto. As informações e notícias do Projeto também foram divulgadas no período entre 2018 e 2021 no jornal local Tribuna Regional.

Virtual: os documentos relacionados ao Projeto estão disponíveis por meios virtuais nos websites da Verra e da Biofílica Ambipar Environment. Notícias, as novidades sobre o Projeto são publicadas no Boletim da Biofílica Ambipar Environment por meio das mídias sociais e no newsletter JariNews, iniciativa implementada em outubro/2022 veiculada internamente entre a Biofílica, Grupo Jari e a Fundação Jari, o qual apresenta um panorama das atividades realizadas semanalmente. Durante o período monitorado os websites do Grupo Jari e Fundação Jari foram descontinuados, ainda que tenha se iniciado a renovação do site da Fundação, este não foi concluído até 2022. A expectativa dos proponentes é que nos próximos anos esse canal seja implantado e torne disponível as documentações referentes ao projeto.

Oral: embora as Câmaras Técnicas não tenham ocorrido conforme informado na seção 2.1.3, informações e notícias sobre o projeto foram transmitidas oralmente nos eventos e por meio de reuniões entre o conselho das comunidades agrícolas e técnicos, nos atendimentos ATER, além de outras oportunidades de contato entre as partes interessadas e os proponentes do projeto.

Assessoriamente as comunidades que não estão envolvidas diretamente no desenvolvimento do Projeto, mas que fazem parte da área do Projeto, receberam as informações importantes a partir ferramentas de divulgação semelhantes. A Figura 5, abaixo mostra alguns exemplos dos materiais divulgados para as partes interessadas, pela comunicação.



Figura 5. Exemplos de publicações e notícias divulgadas (Jari News, jornal local e Instagram).

2.2.2 Disseminação de Documentos Resumidos do Projeto (G3.1)

Os documentos relacionados ao Projeto estão disponíveis por meio virtual nos sites da **Verra** e, **Biofílica**. Notícias e novidades sobre o projeto foram publicadas no Boletim da Biofílica por meio das mídias sociais Facebook, LinkedIn e Instagram, e por meio da divulgação por e-mail para um *mailing* pré-selecionado. Embora as Câmaras Técnicas não tenham ocorrido conforme informado na seção 2.1.3, a informações foram transmitidas entre as partes interessadas e os proponentes do projeto por meio da consulta pública feita em 2019, reuniões realizadas com os técnicos da Fundação, reuniões entre Fundação e a Biofílica e das reuniões de alinhamento da Fundação Jari.

A implementação da disseminação semanal por e-mail do newsletter Jari News, permitiu que parceiros e equipes envolvidas no projeto se mantivessem atualizados das atividades realizadas.

Além disso, foi elaborado o Guia de Monitoramento do Programa REDD+ Vale do Jari, composto por 03 volumes (01. Projetos, atividades e Indicadores; 02. Partes interessadas e sua atuação e 03. Monitoramento dos Projetos) que se originou dos esforços conjuntos da Biofílica Ambipar Environment com a Fundação Jari e reúne de maneira didática e objetiva conceitos, definições, informações, responsabilidades e procedimentos relacionados aos projetos, fornecendo um conhecimento acessível e auxiliando o aperfeiçoamento de melhores práticas de gestão, servindo também como uma ferramenta para estimular e fortalecer o engajamento das partes interessadas para o desenvolvimento, gestão e governança do projeto. O treinamento para uso do guia foi realizado com Fundação Jari em novembro de 2022. A expectativa é uma mudança de posicionamento dos técnicos da FJ nas tratativas com os comunitários, falando mais sobre o projeto REDD+.

Está planejado que a partir de 2023 sejam realizadas consultas públicas anuais junto a comunitários e outras partes interessadas, onde será discutido os resultados do trabalho da Fundação Jari, promovendo uma avaliação participativa das entregas e serão levantados pontos de melhoria que

poderão ser incrementados no planejamento do ano posterior, garantindo o engajamento das comunidades no processo decisório. Além disso, baseado nos treinamentos realizado com o Guia de monitoramento, essas atividades poderão englobar a divulgação junto às comunidades de forma mais didática das informações dos projetos.

2.2.3 Reuniões Informativas com Partes Interessadas (G3.1)

Durante o período monitorado foram realizadas reuniões internas entre a Biofílica, Grupo Jari e a Fundação Jari, para acompanhamento e planejamento de atividades e ações relacionadas ao Projeto e reuniões com instituições tais como a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Almeirim.

Em 2018 foram realizadas Oficinas de Diagnóstico Participativo do Projeto REDD+ Jari Pará com 09 comunidades envolvendo a participação de 49 comunitários, onde informações relacionadas ao Projeto foram expostas em uma linguagem apropriada ao público participante e utilizando-se técnicas de mediação. A Fundação Jari também realizou reuniões de apresentação do Projeto em 06 comunidades (Braço, Bandeira, Cafezal, Nova Vida, Recreio e Serra Grande), contando com o envolvimento e participação de 172 comunitários.

A Consulta Pública ocorrida em abril de 2019 por solicitação da auditoria no momento do processo de validação do PDD e verificação (para os anos de 2014 a 2017), foi de grande importância, envolvendo líderes comunitários de Almeirim, região do Rio Paru e Monte Dourado para apresentar o projeto e sendo um canal aberto de escuta, para que os participantes pudessem fazer perguntas e sugestões, com foco na expansão e fortalecimento dos canais de comunicação do Projeto REDD+ com as partes interessadas, direta e indiretamente, impactadas por suas ações futuras. A consulta pública envolveu a adesão de mais de 150 atores.

Além das reuniões com os comunitários e institucionais da Fundação Jari, em 18 de abril de 2019 e 16 de julho de 2021 foram realizadas reuniões de apresentação dos resultados das suas atividades realizadas entre suas equipes internas.

Entre os dias 07 e 11 de novembro de 2022, foi realizada uma visita técnica da Biofílica ao Projeto, contemplando as seguintes pautas: treinamento do Guia de Monitoramento, planejamento da Consulta Pública 2023, e alinhamento e revisão das estratégias para a verificação.

Os proponentes acham importante destacar que, por conta da pandemia do COVID-19, que se iniciou em 2020, muitas atividades do projeto foram comprometidas, somado a isso, problemas financeiros ocorridos no Grupo Jari também impactaram a realização das atividades, como reuniões presenciais junto a comunitários. Nesses períodos de crise, foram priorizadas atividades focadas principalmente nas demandas exigidas pelos comunitários, como a realização dos atendimentos de ATER e os processos de resolução de conflitos.

2.2.4 Custos, riscos e benefícios para a comunidade (G3.2)

O Projeto REDD+ Jari Pará vem conduzindo determinadas estratégias para endereçar potenciais riscos, custos e benefícios junto as comunidades e demais partes interessadas, garantindo o envolvimento efetivo no processo e o consentimento livre, prévio e informado. Estas estratégias têm se embasado nas Consultas Públicas, reuniões de apresentação do Projeto, nos momentos de troca entre os comunitários e as visitas dos ATERs, e nas estratégias de comunicação e diálogo aberto proporcionada pelas ferramentas dos Canais Informativos e de Feedback e Procedimentos de Reparação de Queixas, procedimentos de Gestão de Conflitos e de Comunicação com Partes Interessadas, que estão descritos na seção 2.2.7.

Vale ressaltar que estes canais de comunicação visaram conservar e estimular o diálogo rápido, principalmente pelas visitas ATER, sendo um espaço para a consulta, reclamações, sugestões para as partes interessadas, e incluem, entre outras estratégias de comunicação implementadas, o envio de solicitações, sugestões /ou reclamações, por meio de caixas de sugestões (Fale Conosco), formulários de contato e canais de telefone. Embora a Câmara Técnica tenha sido descontinuada junto às comunidades no período monitorado, as informações relevantes e adequadas para as comunidades, tais como informações apropriadas e relevantes sobre custos, riscos e benefícios potenciais às comunidades foram divulgadas por meio das estratégias já citadas.

Além dos benefícios já mencionados na sessão 0, entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, foi realizada uma Avaliação de Impactos dos Projetos Sociais nas Comunidades, pela Di Ciero, com o objetivo levantar e compreender as contribuições dos projetos na transformação da vida dos beneficiários, os benefícios gerados, a contribuição na mudança de consciência, a ocorrência de eventuais impactos negativos, se houve dependência dos projetos pelos beneficiários e a continuidade das ações, também nesta ocasião, os comunitários puderam expor sua visão do Projeto e suas necessidades. Os resultados dessa avaliação demonstram que para os comunitários que afirmaram que a sua comunidade foi beneficiada pelo Projeto, as transformações ocorridas mais comuns são a melhoria da qualidade de vida das famílias, conquista de independência, aumento significativo de renda, e aquisição de uma ocupação para implantação de cadeias produtivas ³⁷.

As evidências coletadas de atuação em diversos canais de comunicação, demonstraram, portanto, que projeto possui espaços de comunicação participativos e transparentes, com canais abertos para o diálogo, construção e adaptação.

³⁷ Di Ciero. Relatório de Avaliação de Impactos dos Projetos Sociais nas Comunidades. Área do Projeto Jari. setembro, 2021, p.13.

2.2.5 Informações às partes interessadas sobre o processo de verificação (G3.3)

O Projeto REDD+ Jari Pará adotou diferentes estratégias para a comunicação do processo de verificação para o padrão CCB. Estas estratégias foram voltadas para parceiros e instituições locais, comunidades envolvidas e sociedade no geral.

O processo de consulta pública está planejado para se iniciar na última semana de janeiro. Essa atividade era planejada para iniciar em novembro de 2022, porém, em decorrência de dificuldades financeiras e operacionais da Fundação Jari, a atividade foi postergada para 2023. A consulta será estruturada em três etapas:

1. Visita a campo para cada comunitário para divulgação individual dos Projetos REDD+ nas respectivas regiões;
2. Realização de reuniões com líderes comunitários das comunidades e parceiros institucionais para explicação detalhada da temática REDD+, seus processos e funcionamento dos projetos;
3. Comunicação com a sociedade em geral.

Dessa forma, considerando todas as partes interessadas, as ações que serão executadas estão descritas abaixo:

Comunicação com parceiros e instituições locais: o processo de consulta pública foi divulgado de forma online via redes sociais, sites e e-mail da Biofísica e Fundação Jari, e foram enviadas cartas ofício junto com folders do Projeto a fim de comunicar o processo e agendar uma reunião com as partes. O objetivo dessas reuniões é apresentação do Projeto REDD+, baseado nos princípios do treinamento e conteúdo do Guia de monitoramento elaborado, com foco na contextualização do processo de verificação e explicação da atualização das ações do projeto, principalmente a nova estratégia de comunicação baseada em consulta públicas anuais junto às comunidades e a distribuição de benefícios e aderência ao projeto por parte das comunidades.

Comunidades da Zona do Projeto: todas as comunidades serão comunicadas por diferentes canais de comunicação. Por telefone e rádio (quando aplicável), e através do contato direto da campanha de comunicação da Fundação Jari. A campanha será realizada através de uma ação de visita domiciliar ao maior número possível de moradores das comunidades localizadas dentro da Zona do Projeto.

A definição das comunidades participantes da Consulta Pública se baseará nos mesmos critérios do estudo socioambiental³⁸, utilizando-se a base de comunidades preexistente atualizada para o estado do Pará, composta por 86 denominações.

Durante as visitas serão disponibilizados os seguintes materiais:

- ✓ Folder informativo contendo imagens e informações didáticas e detalhadas, além dos canais de comunicação do projeto;

³⁸ Estudos técnicos para avaliar de impactos dos projetos sociais, percepção dos impactos sociais, caracterização histórico-cultural, socioeconômica-ambiental das comunidades, diagnóstico socioeconômico-ambiental dos municípios e mapeamento das cadeias produtivas rurais, realizados pela Di Ciero.

- ✓ Envelope para comentários escritos aos membros da comunidade que não podem ou não querem falar por telefone, e podem depositar suas sugestões, perguntas e reclamações na caixa de sugestões;
- ✓ Questionário que será aplicado pelos técnicos da Fundação Jari, sobre a percepção dos comunitários sobre as mudanças climáticas na região.

Neste mesmo processo, serão coletadas a assinatura do recebimento da carta de consulta e outros itens, registro fotográfico da entrega e coleta de coordenadas geográficas no local de entrega.

Realização de reuniões com líderes comunitários: a segunda etapa do processo de consulta pública consistirá em uma apresentação realizada no formato do treinamento do Guia de Monitoramento, realizado em 2022 com o Grupo Jari, para os principais líderes das comunidades selecionadas, com a responsabilidade de discutir e direcionar as dúvidas sobre o andamento das atividades, do processo de verificação, da atualização das ações do projeto, principalmente a nova estratégia de comunicação baseada em consultas públicas anuais junto às comunidades e da distribuição de benefícios e aderência ao projeto por parte das comunidades.

Comunicação com a sociedade em geral: uma comunicação extensa será realizada através das mídias sociais e outros canais virtuais (da Biofilica e Fundação Jari) explicando todo o contexto do processo de verificação e a importância desta etapa e para os atores impactados pelo projeto. Além disso foi realizada uma comunicação via e-mail por meio de uma lista de uma ampla lista de instituições relevantes, governamentais e não governamentais.

2.2.6 Informações sobre a Visita ao Local e Oportunidades de Comunicação com o Auditor (G3.3)

A comunicação prévia junto às partes interessadas sobre a visita dos auditores ocorrerá durante o processo de consulta pública através das principais vias mencionadas na seção 2.2.5. Visando a facilitação da comunicação entre as partes interessadas e os auditores, os proponentes irão entregar a estes uma lista com a relação e contato dos principais atores que se apresentam na zona de influência do projeto ou que possam ter interesse sobre ele.

Nesse sentido, durante a consulta pública presencial, que será mais bem detalhada na seção 2.2.5, será informado a todas as partes interessadas sobre o processo de auditoria e visita ao local por parte dos auditores. Durante a consulta pública, será explicado o contexto atual em que o projeto se encontra, se referindo ao processo de consulta pública e o motivo pelo qual é necessário a realização da mesma, bem como, a explicação sobre como seriam as atividades da auditoria, a visita em campo por parte dos auditores e sua importância para a continuidade do projeto. Será informado, ainda, a possibilidade de comunicação por parte dos auditores com as partes interessadas.

A comunicação entre as comunidades e os demais atores com o auditor, assim como a divulgação de informações, serão facilitados através de distribuição de panfletos (folders) e canais virtuais, como website e redes sociais.

2.2.7 Consulta às Partes Interessadas (G3.4)

Os processos relacionados à tomada de decisões e à implementação, bem como as diversas atividades relacionadas ao Projeto, foram abertos à participação da comunidade. Como já mencionado, o envolvimento na concepção, implementação, monitoramento e avaliação do Projeto ocorre através das reuniões de apresentação e consulta, Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Canais de Informação e Procedimentos de Feedback e Reparação de Queixas e Ouvidora Interna, nas quais todas as comunidades interessadas têm a oportunidade de participar.

Durante o período monitorado a comunicação com os comunitários foi focada nos atendimentos de ATER dos técnicos, oficinas, palestras e treinamentos oferecidos pela Fundação Jari. Através desses canais os comunitários da Zona do Projeto podem participar através de dúvidas, sugestões, questionamentos e críticas às atividades do projeto.

Após a realização da consulta pública do Projeto REDD+ Jari Amapá em 2020, que seguiu os mesmos moldes aplicados para a consulta que será realizada em 2023 para o Projeto REDD+ Jari Pará, os proponentes compreenderam o impacto e eficácia de uma comunicação assertiva e próxima (cara a cara) com os comunitários. A partir disso, foi decidido no final de 2022, durante o desenvolvimento do Plano de Trabalho 2023 da Fundação Jari, que serão realizadas consultas anuais para atender as comunidades da Zona do Projeto. O objetivo dessas consultas é realizar a discussão dos resultados do trabalho da Fundação Jari no ano, promovendo uma avaliação participativa das entregas e sugestões, e serão levantados pontos de melhoria que poderão ser incrementados no planejamento do ano posterior da Fundação, garantindo o engajamento das comunidades no processo decisório.

Adicionalmente, essa comunicação também pode ser realizada por Canais Informativos e de Feedback. Todo o período de monitoramento foi contemplado pelos mecanismos já implantados pelo Grupo Jari e, principalmente, pela Fundação Jari, tais como os procedimentos de “Gestão de Conflitos” e de “Comunicação com Partes Interessadas”.

O primeiro inclui ações necessárias em casos de denúncias, insatisfação, discordância ou confronto de opiniões relacionadas questões fundiárias, ambientais ou sociais das comunidades dentro ou ao redor da propriedade. O segundo descreve os canais de comunicação usados, as caixas de sugestões distribuídas em pontos estratégicos e o canal de feedback "Fale Conosco", que funciona por e-mail, Whatsapp ou telefone - canais virtuais e orais - e pelo formulário de comentários disponibilizado com as caixas e realizado pelos profissionais da Fundação Jari durante os processos de assistência técnica. A descrição destes procedimentos e as evidências com acompanhamentos destes canais de feedback durante o período de monitoramento foram disponibilizados à VBB.



Figura 6. Canal de Feedback “Fale Conosco” entre os materiais disponibilizados do Projeto REDD+ Jari Pará.

2.2.8 Consulta Continuada e Gestão Adaptativa (G3.4)

O Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um canal importante de consulta contínua para as comunidades e outros interessados direta e indiretamente envolvidos com o projeto. Através do ATER as partes interessadas tiveram contato direto e permanente com a equipe da Fundação Jari, e por este meio, ambas as partes têm a oportunidade de discutir o planejamento, estratégias e propor mudanças e adaptações. Além disso, como parte do processo ATER e outro importante canal de consulta contínua, foram realizadas mais de 80 capacitações com produtores e associações comunitárias da região do projeto.

Adicionalmente a estas ações, os procedimentos de Gestão de Conflitos e Procedimentos de Comunicação com Partes Interessadas foram ferramentas permanentes de consulta que tiveram o objetivo de garantir o envolvimento contínuo de todas as partes interessadas e garantir uma gestão dinâmica do projeto.

Somada a continuidade das atividades já executadas, a utilização do Guia de Monitoramento servirá como uma ferramenta para estimular e fortalecer o engajamento das partes interessadas para o desenvolvimento, gestão e governança do Projeto, bem como, é prevista a retomada das Câmaras Técnicas em novo formato, focadas na troca entre instituições técnicas parceiras do projeto, com reuniões realizadas no início do ano, apresentando o planejamento de atividades para o período e ao final do ano serão apresentados os resultados das atividades realizadas (essa atividade será implementada após a resolução da situação jurídica do Grupo Jari, para evitar potenciais conflitos com as partes participantes).

Para o diálogo e troca com os comunitários continuará ocorrendo pelas ações de ATER e através da realização de consultas públicas anuais onde será discutido os resultados do trabalho da Fundação,

com o objetivo de avaliar a evolução do trabalho e seus resultados, captar sugestões, dúvidas ou apontamentos de melhorias como consequência deixando mais sólida a troca entre proponente e beneficiários, garantindo o engajamento das comunidades no processo decisório.

2.2.9 Canais de Consulta às Partes Interessadas (G3.5)

As atividades do Projeto são delineadas e implementadas considerando-se os anseios, as características e limitações de cada comunidade conforme definidos e verificados durante a troca realizada no Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e demais canais informativos, já explicados em itens anteriores.

Conforme descrito na seção 2.2.3, ocorreram Consultas Públicas e reuniões entre as comunidades e os proponentes do Projeto. Esta comunicação e acessibilidade para discussão sobre o andamento das atividades do Projeto entre as partes interessadas e os proponentes ocorrerão continuamente durante toda a duração do Projeto através de diversos canais: visitas dos técnicos agrícolas através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Canais Informativos e de Feedback e Procedimentos de Reparação de Queixas e Ouvidora Interna, Consultas Públicas e Câmaras Técnicas com instituições parceiras.

2.2.10 Participação dos Atores na Tomada de Decisão e Implementação (G3.6)

Os processos relacionados à tomada de decisão e implementação, assim como as diversas atividades ligadas ao Projeto, são abertos à participação das comunidades. Conforme já dito antes, o envolvimento na concepção, implementação, monitoramento e avaliação do Projeto se dá por meio das reuniões de apresentação e consulta, Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Canais Informativos e Feedback e Procedimentos de Reparação de Queixas e Ouvidora Interna, nos quais todas as comunidades interessadas possuem a oportunidade de participar.

Devido a questões históricas e culturais, nota-se que em relação às decisões produtivas da família, as mulheres e os jovens possuem pequena participação. Os técnicos rurais sempre são orientados a incluir homem e mulher, quando esta é a configuração familiar, em todas as atividades a fim de aumentar a participação das mulheres nestas decisões. Como ferramenta de impulsionar essas participações, a Fundação Jari criou projetos específicos para esses públicos mais marginalizados, como por exemplo, para a inclusão dos jovens, é realizado o Projeto Escola Família do Pacuí, atuando na formação Técnica em Agropecuária.

Já o trabalho com as mulheres ocorre por meio do Projeto Pintainhos, desenvolvido para a geração de renda e segurança nutricional das famílias e na qual as mulheres assumem o papel principal na execução das atividades. Além do apoio e assistência às cooperativas e grupos organizados e liderados por mulheres, como o Agulhas versáteis focado na produção de uniformes profissionais para empresas vendidas ao Grupo Jari e a outras empresas da região e a SEARA focada na produção de hortaliças na comunidade Pimental.

2.2.11 Garantia de Antidiscriminação (G3.7)

A Biofílica Ambipar Environment segue os princípios do “Código de Conduta” do Grupo Ambipar, tendo como premissa básica o respeito às pessoas, independentemente de sua posição hierárquica, origem, cor, etnia, cultura, idade, nível social, capacidade física, religião e orientação sexual, não sendo aceitos qualquer prática de discriminação. Entre os seus compromissos estão o estímulo à atitude de respeito às pessoas, suas tradições e valores, bem como, pautar o relacionamento pelo respeito às leis e convenções que tratam de direitos humanos fundamentais.

O Grupo Jari possui uma sólida cultura de Política de Direitos Humanos e Responsabilidade Social, sendo um grupo que respeita, protege e apoia os direitos humanos. A descrição dessa posição encontra-se em suas normas internas, como a “Política Integrada do Grupo Jari” e o “Código de Conduta - Princípios e Normas Gerais de Conduta”.

O “Código de Conduta - Princípios e Normas de Gerais de Conduta” tem o propósito de orientar e direcionar a atitude de todos os funcionários do Grupo Jari em relação ao contato com o público interno, externo e com a comunidade. Este documento é baseado em princípios resguardados pela transparência e ética, pelas leis locais, estaduais e federais, por tratados e convenções internacionais, como Declaração Universal dos Direitos Humanos, Organização Internacional do Trabalho e Convenções das Nações Unidas. Diversos são os temas tratados neste documento, como valores éticos e a lei, conflitos de interesse, direitos humanos, meio ambiente, práticas no ambiente de trabalho, públicos externos, entre outros, sendo assim abordados, dentre outros assuntos como discriminação de qualquer natureza e assédio moral e sexual.

O compromisso com a vida, saúde e segurança dos trabalhadores é primordial, não sendo permitido qualquer tipo de discriminação de raça, cor, nacionalidade, idade, religião, orientação sexual, deficiência mental ou física, assédio moral ou sexual. O código também não permite a exploração e uso de mão de obra infantil, consumo ou porte de drogas ilícitas ou bebidas alcoólicas no ambiente de trabalho e porte de armas de qualquer espécie nas dependências da empresa.

O Grupo Jari proporciona um canal de comunicação interna, onde reclamações e manifestações sobre assuntos relacionados a esse documento e às relações de trabalho podem ser efetuadas. As denúncias dessa natureza podem ser feitas pelo canal Fale conosco ou no próprio RH do Grupo Jari ou também através do sindicato, ressalta-se que nenhuma demanda dessa temática foi recebida até o momento. A comunicação com os colaboradores é feita através de caixas de sugestões disponibilizadas em pontos estratégicos nas empresas prestadoras de serviços. A equipe de Gestão e Qualidade do Meio Ambiente recolhe estas caixas mensalmente, registra e analisa, enviando aos gestores da operação um relatório contendo as demandas dos prestadores de serviços para a tomada de decisões conforme necessário.

2.2.12 Reclamações (G3.8)

O Projeto REDD+ Jari Pará segue os procedimentos estabelecidos pelo Grupo Jari, uma vez que se situa em sua propriedade, e estes são desenvolvidos já baseados no contexto local. O Grupo dispõe de um procedimento de resolução de conflitos acessível, denominado Procedimento de Feedback e Reparação de Reclamações (“Procedimento de Resolução de Conflitos”). Nele são descritos os procedimentos tomados no caso de reclamações, insatisfação, desentendimento e confronto de opiniões com relação a questões fundiárias, ambientais ou sociais.

Reclamações são encaminhados por um comitê composto por representantes da Fundação Jari e dos setores de relações institucionais, gerência de infraestrutura, gestão fundiária e jurídico do Grupo Jari. Atribui-se a comissão do comitê a missão de buscar uma solução para todo e qualquer tipo de conflito fundiário, ambiental e social envolvendo as unidades de manejo florestal sob a gestão do Grupo Jari. O caso é analisado pelo comitê, que toma decisão sobre encaminhamentos e definição de estratégia para a solução da ocorrência. A busca de um consenso entre as partes é sempre o objetivo principal. Não havendo acordo, caberá a decisão ao Comitê de efetuar nova tentativa negociada ou recorrer à instância judicial. Após a implementação das ações previstas para a resolução das questões que geraram o conflito, é feita uma análise crítica pela comissão do comitê para verificar a eficácia das ações/medidas aplicadas ao caso; quando for comprovado que o conflito foi atenuado, o caso será encerrado e arquivado.

Conflitos e demandas de outras partes interessadas são tratados segundo o documento Procedimento de Comunicação com Partes Interessadas, criado no setor de Gestão de Qualidade e Meio Ambiente do Grupo Jari, e registrado em formulário específico. Os formulários são analisados e encaminhados para as devidas providências, e posteriormente retornam às comunidades.

O feedback e reparação de reclamações é realizado conforme o Procedimento de Resposta às Comunicações das Partes Interessadas, disponível no Departamento de Qualidade e Gestão Ambiental. Embora as Câmaras Técnicas previstas não tenham sido realizadas no período monitorado, qualquer comunitário ou parte interessada pode submeter comentários, sugestões, reclamações, por meio dos canais de comunicação descritos acima e no canal de feedback chamado “Fale Conosco”, que funciona através de e-mail, Whatsapp ou telefone – canais virtual e verbal – e por meio do “Formulário de comentário de partes interessadas”, disponível no escritório da Fundação Jari e levado junto aos técnicos de campo a cada ação de ATER – canal escrito.

Conflitos e demandas de outras partes interessadas são tratados segundo o documento “Procedimento de Comunicação com Partes Interessadas”, criado no setor de Gestão de Qualidade e Meio Ambiente do Grupo Jari, e registrado no formulário “Comunicação com a Comunidade”. Os formulários são analisados e encaminhados para as devidas providências, e posteriormente retornam às comunidades. Já a comunicação com os colaboradores se dá por meio de caixas de sugestões disponibilizadas em pontos estratégicos nas empresas prestadoras de serviços.

Neste período de monitoramento, graças ao Procedimento de Recebimento de Retornos e Queixas e Resolução de Conflitos foram registradas 904 demandas ou reclamações por parte de diferentes

partes interessadas, sendo que destas 898 foram endereçadas de alguma forma, representando 99,3% de demandas respondidas. Grande parte destas demandas são solicitações de recursos ou equipamentos por parte das comunidades, no entanto, em muitos casos é explicado que o Grupo Jari não tem condições de fornecer recursos às famílias sem contrapartida ou em alguns casos assumindo o papel que é do Estado. Em alguns casos foi possível viabilizar doações ou formar parcerias com instituições locais e o poder público para atender à demanda. Todos os registros de reclamações foram compartilhados com o VVB.

2.2.13 Treinamento de Trabalhadores (G3.9)

A qualificação e o empoderamento dos atores locais são essenciais para garantir a qualidade na implementação das ações propostas, bem como para garantir a permanência dos resultados e impactos positivos a longo prazo.

Entende-se que, para garantir efetividade na implementação do Projeto REDD+, é essencial trabalhar na geração de capital humano local, focada principalmente no gerenciamento responsável dos recursos naturais.

A seguir, são descritas as principais atividades que ocorreram no período de monitoramento, visando promover o treinamento de atores locais, geração de renda e empregos diretos e indiretos. É importante destacar que, dentre as atividades listadas, além de cursos, oficinas e palestras, são considerados os espaços de reuniões como forma de capacitação aos envolvidos, uma vez que a troca de informação nesse ambiente gera um aprendizado aos participantes.

- Fortalecimento da agricultura familiar: Durante este período a Fundação Jari realizou 40 oficinas e treinamentos com produtores e associações comunitárias da região do projeto foram realizados cobrindo vários tópicos como: técnicas de plantio e manejo de açaí, mandioca, banana, cacauicultura; técnicas de processamento, higienização de alimentos; cursos de piscicultura, avicultura; hidroponia, entre outros. Esses temas desses treinamentos foram divididos em 16 cursos voltados ao manejo e extrativismo sustentável e boas práticas de beneficiamento; 23 reuniões sobre temas diversos: crédito rural, políticas públicas, plano de safra, produção integrada, essas reuniões foram um espaço não somente de discussão, mas de apresentação de termos, conceitos, orientações e importante veículo para sanar dúvidas dos comunitários, sendo por este motivo, considerados formas de capacitação; e 01 intercâmbio entre comunidades, possibilitando a troca de experiências entre as partes interessadas, resultando no total em 661 participações.

- Melhoria das técnicas de monitoramento florestal: Foram realizados dois treinamentos de técnicos da Fundação Jari, outras equipes do Grupo Jari e Biofílca para acesso às imagens de satélite via plataforma Web SCON. Esses treinamentos aprimoram o monitoramento remoto da ocorrência de desmatamento e invasões de terras e dos pequenos agricultores assistidos pela Fundação, além de apoiar o planejamento de ações de campo.

- Fortalecimento da Fundação Jari: Contratações efetivas foram prejudicadas no período monitorado devido a dificuldades financeiras do Grupo Jari. Visando não gerar impactos maiores nas atividades do Projeto foram contratadas Consultorias Especializadas para Constituição, Regularizações tributárias fiscais e Orientação de Organizações de Defesa e Garantia de Direitos, e para Assistência Técnica e Extensão Rural, no desenvolvimento de tecnologia e no fortalecimento de Políticas Públicas, na atuação na área Administrativo e Contábil; Consultorias para Assessoramento na regularização e formalização das organizações, associações, cooperativas e Projetos Sociais, focado em trabalhar com organizações da sociedade civil que desenvolve atividades com crianças e adolescentes e empreendimentos de fomento de negócios de base comunitária e produtivas que geram renda para as comunidades locais; Consultoria Especializada para desenvolver a cadeia da pesca na região para os pequenos piscicultores e um médico veterinário que dá assistência clínica, realização de exames e diagnósticos aos pequenos produtores de animais que são assessorados pela Fundação; Projetos ambientais (focados nas ações de educação ambiental), Tecnologia (desenvolvimento do aplicativo de registro das ações de ATER, Figura 7); Desenvolvimento de Políticas Públicas do Programa de Aquisição de Alimentos (PNAE) junto ao município e Georreferenciamento para a emissão do Cadastro Ambiental Rural – CAR, para os produtores assessorados pela Fundação.

Estas consultorias permitiram a troca e renovação dos conhecimentos da equipe e inovação na prestação de atendimento aos comunitários com demandas específicas, com economia de tempo e recursos.

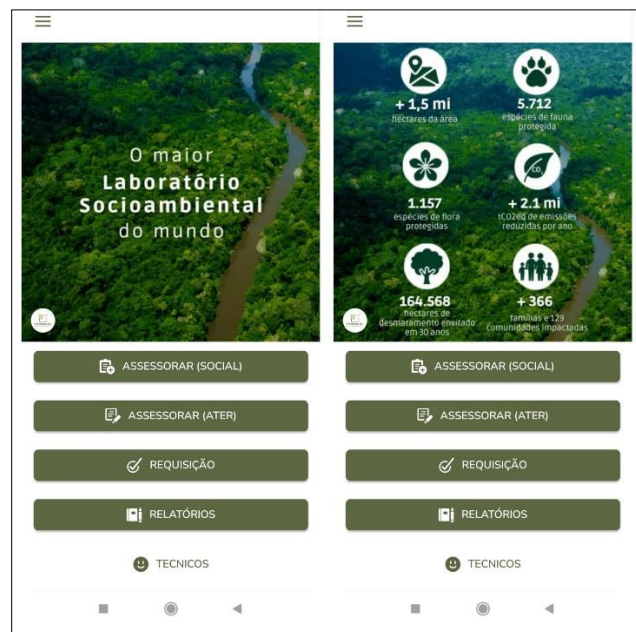


Figura 7. Tela inicial do aplicativo desenvolvido para celular para registro dos atendimentos ATER.

Em 2021, a Fundação Jari recebeu um treinamento de Certificação VCS e CCB, ministrado pela Biofílica Ambipar Environment, que proporcionou aos técnicos da Fundação uma capacitação mais ampla acerca dos critérios para continuar garantindo uma boa execução do Projeto REDD+.

Além disso, foi realizado também o treinamento do Guia de Monitoramento que contou com a participação de cerca de 20 pessoas, divididas entre os colaboradores da Fundação Jari e os responsáveis pelos outros setores do Grupo Jari (Segurança Patrimonial, Qualidade, Certificação e Meio ambiente, Viveiro e Geoprocessamento), da empresa Agregue, responsável pelo manejo florestal de baixo impacto no Amapá, e Biofílica Ambipar. O uso dessa ferramenta será essencial para implantar, monitorar, controlar e atualizar constantemente as boas práticas do Projeto.

- Fomento a participação de jovens, mulheres e pessoas marginalizadas: Todas as atividades estão abertas à participação de todos os residentes das comunidades de trabalho do projeto. A participação de mulheres, jovens e pessoas marginalizadas é estimulada pelos técnicos da Fundação, assim como a alocação de parte dos recursos do Acordo Socioambiental para incluir esses grupos menos favorecidos (inclusão de gênero, juventude e populações vulneráveis).

A Cooperativa Agulhas Versáteis, é um ambiente de cooperação entre mulheres empreendedoras da comunidade Vila Planalto, que atuam no ramo da confecção e comercialização de vestuários e acessórios, que é assessorada pela iniciativa Estação Empreender da Fundação Jari, o assessoramento objetiva transformar seus resultados econômicos em renda e melhoria da qualidade de vida. A Cooperativa fornece uniformes (equipamento de proteção individual – EPI), para os colaboradores do Grupo Jari e para mais de 10 empresas terceirizadas que prestam serviços no Vale do Jari. Em 2021, foram ofertados 03 cursos, sendo um deles de capacitação para confecção de máscaras, ação efetuada para apoio ao enfrentamento à covid-19, sendo que este último contou com 195 participações.



Figura 8. Cooperadas Agulhas Versáteis.

As mulheres também são protagonistas no Projeto Pintainhos, desenvolvido para a geração de renda e segurança nutricional das famílias, no qual elas assumem o papel principal na execução das atividades.

O incentivo aos jovens das comunidades é realizado por meio do Projeto Escola Família do Pacui, oferecendo aos jovens formação técnica em Agropecuária. Destaca-se ainda que em uma parceria com o SENAI, é desenvolvido o programa Geração Aprendiz, que atende anualmente 120 jovens de 14 a 24 anos, oferecendo cursos de capacitação profissional em diversas áreas.

- Apoio a formação e estruturação de associações e cooperativas comunitárias: Por meio do projeto Estação Empreender, a Fundação Jari estimula o empreendedorismo social, através de assessoramento a empreendimentos que estão ligados às cadeias de valor agroflorestal. Auxiliando no planejamento, produção e comercialização, permitindo que agroextrativistas e pequenos empreendedores, tenha acesso ao conhecimento e ferramentas adaptadas e prática gerencial e comercial nas suas propriedades, assimilando boas práticas de gestão sustentável, por meio de incentivo, inovação tecnológica e agregação de valor aos produtos regionais, priorizando culturas agroflorestal e sistemas de produção tradicionais complementares a segurança alimentar e nutricional das famílias e que tenham garantia no mercado formal e institucional.

No período monitorado 06 associações/cooperativas foram assessoradas: Agulhas Versáteis, COOPMAR, COPNHARIM, CYPOS, SEARA, Coletadores de Açaí, sendo duas de base comunitária (SEARA e COOPMAR, da comunidade do Pimental formadas por produtores cooperados). E auxiliou no processo de regularização de 04 associações/ cooperativas no Pará: APROSAN - Associação dos Produtores Agroextrativistas e Pescadores Artesanais da comunidade Santa Luzia do Taiassuy; APRAFA - Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Agricultura Familiar, ATEAPA - Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Pará e Amapá e COOPABAN - Cooperativa dos Produtores e Produtoras Agroextrativistas do Baixo Amazonas.

- Fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades: Além do apoio à formação e estruturação de associações e cooperativas comunitárias, durante o período monitorado o Projeto ofertou capacitações que permitiram que os comunitários o fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo nas Comunidades. Foram realizadas 42 capacitações, que contaram com 679 participações nas atividades, que tinham como objetivo a formação de lideranças com os moradores das comunidades, a conscientização sobre a importância do papel das organizações sociais no desenvolvimento das comunidades e a identificação das principais demandas das comunidades. Essas capacitações foram divididas em 13 cursos realizados pela Cooperativa Agulhas versáteis para confecção de máscaras para enfrentamento à pandemia de covid-19; 03 cursos realizados pela Cooperativa Agulhas versáteis sobre controle de qualidade de uniformes; 02 oficinas de regras de uso comunitário; 01 palestra sobre cooperativismo; e 23 reuniões e apresentações com objetivos diversos: apresentação de resultados, eleição de diretorias, reuniões com coletivos e lideranças.

2.2.14 Oportunidades de Trabalho às Comunidades (G3.10)

As oportunidades de emprego oferecidas pelo Grupo Jari são igualitárias às comunidades do entorno, englobando as posições de gerenciamento, caso as exigências para a vaga sejam cumpridas.

Todas as posições de trabalho geradas localmente pelo Projeto seguem os parâmetros e diretrizes de um procedimento chamado “Sistema de Recrutamento e Seleção”, pertencente ao Grupo Jari, que tem como principal objetivo estabelecer critérios para o recrutamento e seleção, permitindo transparência e eficácia a todos os envolvidos.

Não são adotados critérios de raça, gênero, orientação sexual, cor, religião, idade, origem étnica, deficiência física ou mental ou classe social. Todas as etapas dos processos de seleção, bem como a contratação do profissional, serão baseadas nos critérios estabelecidos na descrição dos cargos oferecidos e é desejável uma qualificação mínima. Cabe destacar que os proponentes do projeto já possuem equipes compostas principalmente por pessoas da região do Vale do Jari, isso tanto para empregados diretos do Grupo Jari, como também para consultores contratados, o que destaca que o projeto apenas reforçará as ações já tomadas nesse sentido.

Portanto, todo processo de seleção realizado tem como padrão iniciar com o programa de recrutamento interno, que busca candidatos adequados para cargos em aberto entre os funcionários já contratados. Se a vaga não preencher internamente, o recrutamento e a seleção serão retornados ao processo externo, onde os processos de seleção são desenvolvidos, aplicando as ferramentas de avaliação necessárias e apropriadas para cada vaga.

Além desses processos, os proponentes têm uma cultura que visa padronizar e equilibrar a seleção de funcionários, incluindo jovens, novos funcionários e ex-funcionários que assumirão novos cargos. Destacam-se o procedimento de estágio para capacitação profissional de adolescentes e jovens objetivando uma experiência prática na linha de formação e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e interpessoal, complementando sua aprendizagem e o procedimento de Treinamento e Desenvolvimento Profissional que orienta a identificação e gerenciamento das necessidades e execução de treinamentos internos e externos e o desenvolvimento dos empregados do Grupo Jari.

O processo de seleção é conduzido pela área de recursos humanos, onde os candidatos são submetidos a avaliações específicas do cargo em questão, e os resultados obtidos nessas etapas serão encaminhados aos setores responsáveis pela solicitação de contratação e pela seleção definitiva dos candidatos identificados como adequado para preencher a vaga será realizado.

2.2.15 Leis e Regulamentos relevantes relacionados aos Direitos Trabalhistas (G3.11)

É garantido que todos os funcionários pertencentes ao Grupo Jari, à Biofílica Ambipar Environment, e às empresas prestadoras de serviços são legalmente contratados em cumprimento à legislação trabalhista brasileira. Além disso, respeita-se os acordos internacionais ratificados pelo Brasil e as questões relativas ao bem-estar do trabalhador.

Após a contratação e antes do início das atividades do trabalhador, ocorrem treinamentos e capacitações sobre os procedimentos técnicos e se promove o empoderamento a respeito dos seus direitos e das legislações aplicáveis. Além disso, os funcionários são orientados a se filiarem à instituição responsável pela defesa dos direitos dos mesmos, os sindicatos respectivos à área de trabalho.

Estão relacionadas abaixo as leis e regulamentos pertinentes que protegem os direitos do trabalhador no Brasil, assim como os acordos internacionais ratificados pelo Brasil sobre as questões trabalhistas.

Legislação e regulamentações federais

- Decreto-Lei nº5.452, de 01 de maio de 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- Lei nº6.514, de 22 de dezembro de 1977: Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.
- Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Acordos internacionais ratificados pelo Brasil

- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 29 de 1930, ratificada pelo Brasil em 25/04/1957: Dispõe sobre a abolição do trabalho forçado.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 87 de 1940: Dispõe sobre a liberdade sindical.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 97 de 1949, ratificada pelo Brasil em 18//06/1965: Dispõe sobre trabalhadores migrantes.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 98 de 1949, ratificada pelo Brasil em 18/11/1952: Dispõe sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 100 de 1951, ratificada pelo Brasil em 25/04/1957: Dispõe sobre a igualdade de remuneração entre homens e mulheres.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 105, ratificada pelo Brasil em 18/06/1965: Dispõe sobre a abolição do trabalho forçado.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 111 de 1958, ratificada pelo Brasil em 01/03/1965: Dispõe sobre a discriminação em matéria de emprego e ocupação.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 131 de 1970, ratificada pelo Brasil em 04/05/1983: Dispõe sobre a fixação de salário-mínimo, especialmente em países em desenvolvimento.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 138 de 1973, ratificada pelo Brasil em 28/06/2001: Dispõe sobre a idade mínima para admissão.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 142 de 1975, ratificada pelo Brasil em 24/11/1981: Dispõe sobre o desenvolvimento dos recursos humanos.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 143 de 1975: Dispõe sobre as imigrações efetuadas em condições abusivas e a promoção de igualdade de oportunidades para trabalhadores migrantes.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 155 de 1981, ratificada pelo Brasil em 18/05/1992: Dispõe sobre a segurança e saúde dos trabalhadores.

- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 169 de 1989, ratificada pelo Brasil em 25/07/2002: Dispõe sobre os direitos indígenas e tribais.

- Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 182, ratificada pelo Brasil em 02/02/2000: Dispõe sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação.

2.2.16 Avaliação de Segurança Ocupacional (G3.12)

Um importante componente do Projeto envolve o rígido cuidado com a segurança dos trabalhadores, considerando-se o regimento interno e as normas oficiais instituídas pelos governos federal e estadual.

A Biofílica Ambipar Environment, atua em respeito as Políticas do Sistema de Gestão Integrado do Grupo Ambipar, declarando seu compromisso com a melhoria contínua de seus indicadores Qualidade, Segurança Ocupacional e Meio Ambiente.

Por meio da *Política do Sistema de Gestão Ambiental* e da *Política do Sistema de Gerenciamento de Resposta*, a empresa está comprometida em promover a qualificação de seus colaboradores através de treinamentos e capacitação profissional, atender os requisitos legais, contratuais e outros aplicáveis de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde no trabalho, promover a saúde e segurança prevenindo lesões, acidentes e danos ocupacionais.

O Grupo Jari dispõe de um complexo sistema de gestão de qualidade, *Política Integrada do Grupo Jari*, no qual todas as atividades realizadas pela empresa são descritas através de procedimentos operacionais, instruções de trabalho e procedimentos ambientais. Todos os procedimentos são revistos e atualizados anualmente.

O Grupo ainda conta com uma Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA, tendo por objetivo a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, de modo a tornar compatível, permanentemente, o trabalho com a preservação da vida e promoção da saúde do trabalhador.

Há um sistema de treinamentos e capacitações visando o preparo dos colaboradores próprios e terceiros atuantes nas atividades de manejo florestal sustentável de eucalipto. Somente no ano de 2021 e primeiro semestre de 2022, foram realizados 30 treinamentos e palestras, contando com mais de 670 participações, com temas diversos, desde treinamentos para execução das atividades com segurança à prevenção da saúde dos colaboradores.

Visando a promoção da saúde e segurança são realizadas as ações de treinamentos Diálogos Diários de Segurança – DDS, que permitem que o trabalho seja feito com mais qualidade, melhorando o retorno para a empresa e o feedback positivo para os funcionários. As DDS favorecem o engajamento dos funcionários nas políticas de melhoria contínua, proporciona o bem-estar dos colaboradores e agrega conhecimentos profissionais gerando a capacitação e valorização da mão de obra. Como resultado há o aumento na motivação dos colaboradores para a execução do trabalho, melhoria na qualidade dos produtos e serviços e na produtividade.

Além dos treinamentos, todo o pessoal envolvido recebe para uso obrigatório equipamentos de proteção individual (capacetes, botas, perneiras, protetores auriculares, luvas, entre outros) e coletiva (barracas, quando necessário).

A empresa conta ainda com processo de integração de terceiros, estabelecido no Processo de Integração de Segurança, que apresenta os padrões e normativas para posterior desenvolvimento das atividades dos funcionários das empresas prestadoras de serviço do Grupo Jari.

Objetivando o acolhimento ao trabalhador, o Grupo Jari também disponibiliza um número corporativo da central de atendimento 24 horas no setor de Medicina Ocupacional, objetivando uma escuta eficiente, cuidado, respeito com seus colaboradores, que por meio do canal podem também realizar agendamentos de exames periódicos, retornos, entre outros.

O Grupo conta ainda com um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que tem como objetivo realizar uma atuação contínua e sistemática dos fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social, organizacional e epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre estes aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los, podendo assim proteger, prevenir e promover a saúde do trabalhador. Dessa forma, criando e mantendo uma cultura prevencionista adequada à responsabilidade social da empresa, em todos os níveis hierárquicos, atuando na promoção da saúde de todos os trabalhadores, na prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, reduzindo os índices de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas ao trabalho.

Por meio de regras internas e melhorias nas práticas de saúde e segurança ocupacional, todos os cargos e situações que poderiam proporcionar algum tipo de risco ocupacional foram profundamente evitadas e mitigadas. Outras ferramentas relevantes estão relatadas nos seguintes documentos:

- Protocolo Covid-19
- Descrição de EPIs por Função
- Plano de Ação
- Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais
- Informativos de Saúde e Segurança no Trabalho – ISST.

2.3 Capacidade de Gestão

2.3.1 Habilidades Técnicas Requeridas (G4.2)

As principais habilidades técnicas necessárias para implementar o Projeto Jari Pará REDD + são conhecimento sobre desenvolvimento e gerenciamento de projetos de conservação florestal no bioma Amazônia, experiência na implementação, desenvolvimento e assistência de programas para comunidades agroextrativistas e implementação de segurança fundiária e vigilância patrimonial eficazes.

Todos os proponentes envolvidos no projeto possuem as habilidades técnicas necessárias para a conclusão bem-sucedida do Projeto REDD + Jari Pará.

Com os princípios baseados na Política de Sustentabilidade do Grupo Ambipar, comprometida com o atendimento da legislação ambiental, com a economia circular por meio do fomento à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de negócios, com visão estratégica de riscos e oportunidades frente as mudanças climáticas, a Biofílica Ambipar Environment é uma empresa brasileira que promove o manejo de áreas florestais no bioma Amazônia.

A empresa possui uma equipe especializada e é referência no desenvolvimento de projetos de conservação florestal, garantindo a qualidade e eficácia das atividades desenvolvidas de REDD+, e tem como objetivo reduzir o desmatamento e as emissões de carbono na atmosfera, conservar a biodiversidade e os recursos hídricos e promover a inclusão e o desenvolvimento social das comunidades que vivem no bioma Amazônia, através da venda de créditos por serviços ambientais, desenvolvimento e financiamento de atividades de pesquisa científica e o desenvolvimento de cadeias de negócios sustentáveis, tornando a conservação ambiental uma atividade economicamente interessante para proprietários, comunidades e investidores de florestas.

A Fundação Jari é a instituição social do Grupo Jari que, juntamente com uma vasta rede de parceiros, desenvolve programas e projetos nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, meio ambiente, cultura e emprego e geração de renda. Desde 1994, alcançou mais de 6,8 milhões de serviços de assistência no Brasil, contando as unidades fora do Vale do Jari que já existiam, e possui histórico de atuação na região e experiência no desenho e implementação de atividades de desenvolvimento socioeconômico.

A Fundação Jari tem grande contribuição na execução e gestão de atividades sociais, garantindo a inclusão das comunidades nas atividades do Projeto e nas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Todo o trabalho da Fundação já foi reconhecido por vários prêmios ao longo de sua existência, tendo grande compromisso e atuação junto ao SELO UNICEF, e possuindo o certificado CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação) concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

A Jari Celulose S.A. é uma empresa do Grupo Jari que possui duas divisões: Divisão Celulose, que produz celulose branqueada de eucalipto e a segunda é a Divisão Papel e Embalagens, atendendo a quase todos os segmentos econômicos. No projeto, atua como proprietário da terra e responsável pela segurança da terra e vigilância patrimonial, por conta de sua vasta experiência no mercado florestal e em diversas certificações, a companhia possui uma gama de procedimentos que englobam boas práticas de atuação para todas as suas atividades desde a operação em campo, até a fábrica e a relação com partes interessadas.

A Jari Celulose possui uma equipe de fiscalização de terras que monitora suas propriedades, para restringir a especulação e invasão de terras e, na ocorrência de uma invasão, faz uma denúncia oficial à polícia informando sobre invasão da propriedade privada, que é enviada ao departamento jurídico da empresa para as medidas aplicáveis, e denuncia crimes ambientais ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

2.3.2 Experiência da Equipe de Gerenciamento (G4.2)

Abaixo está a experiência dos membros da equipe de gerenciamento do projeto.

Biofílica Ambipar Environmental Investments		
Nome	Cargo	Experiência
Cláudio Pádua	Diretor Científico	Formado em Administração de Empresas e Biologia, mestre em estudos latino-americanos e doutorado em ecologia pela Universidade da Flórida em Gainesville (EUA). Professor aposentado da Universidade de Brasília, Pádua é atualmente reitor da Escola Superior de Conservação e Sustentabilidade e vice-presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Ele também é pesquisador associado sênior do Centro de Estudos de Meio Ambiente e Conservação da Universidade de Columbia (EUA) e diretor internacional de conservação da Wildlife Trust Alliance, além de consultor do Fundo Brasileiro de Biodiversidade (FUNBIO) e do WWF Brasil. Pádua representa o Brasil perante o Grupo Consultivo Internacional (GCI) do Programa Piloto G7. Em 2003, junto com sua esposa, Suzana Pádua, ele foi nomeado pela Time Magazine como "Herói do Planeta" por suas atividades em prol da conservação da biodiversidade. Entre 1997 e 2007, ganhou seis prêmios de conservação e três nacionais e três internacionais. Pádua publicou dois livros e mais de 30 artigos em revistas científicas, nacionais e internacionais. Desde 2008 dirige o envolvimento e a produção científica da Biofílica Ambipar Environment como diretor científico e consultor.
Plínio Ribeiro	Diretor Executivo	Formado em administração de empresas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER e possui mestrado em administração pública e meio ambiente pela Universidade de Columbia e pelo Earth Institute (EUA). Ele participou de vários projetos de conservação no baixo Rio Negro, através do

		Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ desde 2005, e foi um dos produtores do documentário de Jean Michel Cousteau "O retorno à Amazônia". Trabalha na Biofílica Ambipar Environment desde 2008, onde já liderou Projetos, Operações e Gestão de Negócios. Atualmente, ele é o diretor executivo e acionista da empresa.
Soraya Pires	Diretora Operacional	Engenheira Agrônoma, formada pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), com MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Possui ampla experiência no agronegócio, biocombustíveis, energias renováveis e sustentabilidade. Participou de processos de fusões e aquisições, desenvolvimento de projetos para otimização de recursos, gerenciamento de operações agroindustriais e modelagens financeiras em usinas de cana de açúcar. Atua no desenvolvimento de novos negócios, gerenciamento de projetos e compensação de reserva legal.
Caio Gallego	Gerente de Inteligência	Engenheiro Florestal, formado pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ). Especialista em geoprocessamento e sensoriamento remoto voltado para área de conservação ambiental, mapeamento e análise de mudanças no uso do solo. Possui conhecimento voltado para o Manejo Florestal Sustentável, modelagem ambiental e uso de SIG alternativo para silvicultura e agronegócio. Possui conhecimento avançado no uso de softwares SIG e análise de mudanças no uso e cobertura do solo como ArcGIS, QuantumGIS e DinâmicaEGO.
Paula Conde	Gerente Administrativa	Formada em Administração de Empresas pela São Luís - PUC e pós-graduada em Gestão Contábil e Financeira pela FAAP. Possui vasta experiência, a maior parte em um dos maiores grupos de mídia e educação da América Latina - Editora Abril, onde trabalhou com Controle Financeiro e Relatórios, Tesouraria, Reconciliação Financeira e Contábil, Contas a Pagar e Receber e Royalties. Na Biofílica Ambipar Environment, é responsável por atividades administrativas e financeiras, apoio logístico à equipe e aos projetos.
Laion Pazian	Gerente Comercial	Formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), e possui MBA em Gestão Empresarial pela

		Fundação Getúlio Vargas. Ele administra a equipe comercial de créditos de carbono, as principais contas e a política e estratégia comercial da Biofílica Ambipar. Ele também monitora e dirige a análise da inteligência do mercado de carbono, e é responsável pela política de preços e pela política de planejamento da área.
Ricardo Cordeiro	Coordenador de Comunicação	Publicitário, com mais de 14 anos de experiência em direção de arte (On e Offline), formato em marketing digital pela Anhanguera, atua na gestão de projetos web e web design, estratégias de marketing digital, SEO, Google Ads, Social Ads, com passagem por agências digitais, trade e live marketing. Durante a carreira coordenou times em projetos para grandes players como: Açúcar União, Senac, Camil, Cosan, Hospital Oswaldo Cruz, Gertec, Avis, Abiquim, EBBA (Maguary e DaFruta), VTEX, Mercado Bitcoin. Na Biofílica Ambipar lidera o time de comunicação com foco em performance, branding, content marketing e endomarketing.
Renan Martins	Analista de Comunicação	Designer formado pela FAM com ampla experiência em criação e mercado publicitário, atuou no desenvolvimento de campanhas de marcas como Mercado Bitcoin, Lycée Pasteur e na criação de peças online e offline para Hospital Oswaldo Cruz, Gertec, Sociparques e Dreamworks (Universal). Na Biofílica Ambipar atua na parte de criação junto da área de marketing em campanhas e peças institucionais.
Luana Cordeiro	Coordenadora de Projetos	Engenheira florestal formada pela Universidade de São Paulo, pós-graduanda em Gestão de Projetos (PMI) pelo SENAC e técnica em meio ambiente formada pela Escola Técnica Estadual de São Paulo. Atua a mais de 4 anos na Biofílica Ambipar onde adquiriu experiência no desenvolvimento, monitoramento e gestão de projetos, elaborando documentações que são auditadas, a gestão orçamentária, a cogestão junto a parceiros desde a iniciativa privada até o terceiro setor, conduzindo a contratação e gestão de fornecedores e participando de processos de consolidação da inteligência metodológica e de padrões de carbono.
Liliane Lobo	Analista de Projetos	Bióloga, mestra em planejamento e uso de recursos renováveis pela UFSCar, pós-graduada em Meio Ambiente e

		Sustentabilidade pela FGV, e certificada em gestão de projetos sociais. Atuou em projetos de desenvolvimento sustentável no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com comunidades rurais, indígenas e quilombolas e na implantação de projetos de pagamentos por serviços ambientais. Ampla vivência com políticas públicas ambientais e experiência em due diligence e Licenciamento Ambiental de empreendimentos. Atualmente integra o time operacional da Biofílica como Analista de Projetos.
Laura Rossini	Analista de Projetos	Gestora Ambiental, graduada pela USP (Campus ESALQ). Atuou diretamente com atividades de implantação, manutenção e monitoramento de projetos de restauração ecológica, gerenciamento de resíduos orgânicos e pesquisa científica com espécies nativas arbóreas. Anteriormente trabalhou na área comercial da Biofílica, como Analista Comercial de créditos de carbono florestais, e atualmente integra o time operacional como Analista de Projetos.
Marcela Gomes	Analista de Projetos	Engenheira Florestal, mestranda em Ciências Florestais pela UFV, Analista de Projetos de financiamento do Ciclo 2 da EMBRAPPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) na Unidade Fibras Florestais. Desenvolveu pesquisas no setor de bioenergia florestal e monitoramento da produção de carvão vegetal. Atuou desenvolvendo pesquisas nas áreas de silvicultura, colheita, produção e gerenciamento florestal e participou do levantamento de dados para o inventário de emissões de GEE na multinacional Saint-Gobain, na unidade Bioenergia. Atualmente integra o time operacional da Biofílica como Analista de Projetos.
Fabio Souza	Coordenador de Geoprocessamento	Geógrafo, mestre em uso e conservação dos recursos naturais, especializado em análise climática, tecnólogo em big data e inteligência analítica, atuou em diagnósticos ambientais, desenvolvimento de serviços de geotecnologia e gestão de equipe de geoprocessamento. Especialista em modelagem de banco de dados PostGIS, desenvolvimento de plataforma webgis, business intelligence e automação de processos de geoprocessamento. Atualmente integra o time

		operacional da Biofílica como coordenador de geoprocessamento.
Franciane Almeida	Analista de Geoprocessamento	Engenheira Florestal, formada pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Possui experiência na área de geoprocessamento e sensoriamento remoto aplicado as áreas de planejamento florestal de silvicultura e colheita, recuperação de áreas degradadas e regularização fundiária.
Fundação Jari		
Jorge Rafael de Almeida	Coordenador Geral (Operações Sociais)	Formado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará e iniciou sua pós-graduação em Gestão Cooperativa da Produção pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Trabalha no Grupo Jari desde 2007 como Coordenador de Operações Sociais da Fundação Jari, antiga Fundação Orsa, na unidade Jari, liderando a gestão de programas de responsabilidade social corporativa do Grupo Jari na região de Jari.
Sônia Varela	Monitoramento e Desenvolvimento Comunitário	Gestora Ambiental com pós-graduação em Gestão Ambiental Integrada de Sistemas. Faz parte da equipe ATER da Fundação Jari há 12 anos, sendo hoje responsável por manutenção das Certificações Ambientais e Acompanhamento e Controle dos Projetos que a Fundação Jari se desenvolve no Vale do Jari.
Luan Nascimento da Silva	Analista Administrativo	Cursando 8º e último semestre em Administração de empresas no Centro Universitário Internacional UNINTER, iniciou sua carreira profissional como Jovem Aprendiz no setor de Controladoria no Grupo Jari Celulose no ano de 2015, atualmente exercendo a função de Analista Administrativo na Fundação Jari em regime CLT, realizando atividades no apoio administrativo e controle de informações da área pertinentes a Organização.
Jari Celulose		
Ricardo Aragones	CEO	Profissional com mais de 20 anos no mercado financeiro e de capitais, com longa experiência na área comercial corporate, responsável pela gestão de carteiras de clientes para operações estruturadas e de crédito. Participou ativamente na estruturação e distribuição de mais de R\$ 1 bilhão em fundos de crédito e multimercado. Profundo conhecimento em

		setores como Construção, O&G e Agronegócios. Nos últimos 7 anos foi responsável pelas reestruturações, financeiras e operacionais, de empresas em Distress.
Hamilton C. Barbosa	Chief Financial Officer (CFO)	20 anos de experiência como Diretor Sênior (Contabilidade, Finanças, Jurídico, TI, Gerenciamento de Projetos, Recursos Humanos) - automotivo, construção, telecomunicações, imobiliário, serviços, concessões, agronegócios; Participação efetiva em M&A (especialmente Imobiliário, Energia Renovável, Concessões Rodoviárias, Construção e Infra-estrutura), due diligence, governança corporativa e avaliação de risco; Mais de R\$ 800 milhões em dívida, patrimônio líquido e quase-capital estruturados e captados nos últimos 6 anos. Relações de alto nível com a alta administração de bancos nacionais e internacionais; diagnóstico de empresas (processos comerciais, gestão de risco, relatórios de gestão empresarial, análise de estrutura de custos, análise de fluxo de caixa e desvio, monitoramento do capital de giro, pessoas e liderança).
Vinicius Montagnana Garcia	Conselheiro	Bacharel em administração pela FGV-SP, MBA pelo INSPER-SP e pós-graduação em economia pela FGV-SP, ocupou várias posições gerenciais no Grupo Jari: planejamento, governança corporativa, inteligência de mercado, planejamento e controle.
João Alberto da Cunha Marins	Diretor Jurídico	Advogado, com MBA em Direito Tributário pela PUC-RJ e MBA em Direito Societário na FVG-SP, possui mais de 15 anos de experiência trabalhando como assessor jurídico tributário e consultor interno para empresas no Brasil.
Augusto Praxedes Neto	Gerente de Meio Ambiente e Relações Institucionais	Possui formação em Administração de Empresas e graduação em Especialização em Auditoria e Gestão Ambiental. Ele tem 30 anos de experiência em atividades agroflorestais na Amazônia, especificamente no Vale do Jari. Ele trabalha com Relações Institucionais e Governamentais do Grupo Jari desde que o Grupo assumiu o controle das ações da Jari Celulose, em 2000. Ele é responsável pela gestão das certificações ISO 9001, ISO 14001 e FSC para atividades florestais, além de licenciamento e monitoramento ambiental. Há dois anos é membro da câmara econômica do FSC Brasil,

		é presidente da Associação de Produtores Certificados da Amazônia e representante do Grupo Jari no Fórum Amazônia Sustentável (FAS).
Paulo Roberto da Silva	Gerente de Infraestrutura e Segurança Patrimonial	Pós-graduado em Gestão de Segurança Corporativa pela Universidade Gama Filho e possui MBA em Pesquisa, Auditoria e Gerenciamento Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz. Trabalha na Jari Celulose, Papel e Embalagens desde 1984, onde lidera a área de Segurança Corporativa e de Posse de Terrenos. Atualmente, é responsável pelo controle florestal, posse e segurança da terra do Grupo Jari na região de Jari, sendo responsável pelas áreas de operações industriais, florestas naturais e plantações em um total de 1.300.000 hectares nos estados do Pará e Amapá.
Lídia Cecília Herrera da Silva	Jurídico Corporativo	Possui formação em Direito pela Faculdades Integradas Vianna Júnior (FIVJ) - Juiz de Fora - MG. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pelo Complexo Damásio de Jesus. Pós-graduação em Direito Público pela Faculdade Arnaldo Janssen. Devidamente inscrita nos quadros da OAB/MG nº 163.586.
Katiuschia Barros Martins Rodrigues	Coordenadora Jurídica	Formada em Direito desde 2004 pela Universidade da Amazônia, está há mais de 17 anos atuando na área do direito do trabalho individual e coletivo. Possui Pós-graduação em Direito Material e Processual do Trabalho e atualmente cursa Especialização em Gestão de Departamento Pessoal e Legislação Trabalhista. Assumiu a Coordenação do Jurídico local da Jari Celulose em 2014 e desde então vem atuando nos mais diversos ramos, tais como fundiário e ambiental, além de atuar nas due diligence dos diversos projetos desenvolvidos pela companhia.
Edson Lanes	Gestão Fundiária e Segurança Patrimonial	Formado em Administração de Empresas. Trabalha a 19 anos no Grupo Jari onde atuou na área de Relações Institucionais e Sustentabilidade como Analista de Relações Institucionais e Comunidades e Auditor Líder das certificações ISO 9001, ISO 14001 e FSC. Atualmente atua na área de Gestão Fundiária com o Supervisor de Segurança Patrimonial e Fundiária.

Lindomar Francisco Cunha Miranda	Coordenador de Planejamento Florestal	Engenheiro Cartográfico pela UFPR-Universidade Federal do Paraná e Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Com mais de 23 anos de experiência em agrimensura, e experiência em geoprocessamento, gestão de equipes de geoprocessamento, agrimensura e florestais e levantamentos aerofotogramétricos com drone. Responsável Técnico da Jari Celulose junto ao CREA, SEMAS, INCRA, ITERPA e SIGEF.
Francisco de Assis da Silva Ferreira	Analista de Geoprocessamento Sênior	Técnico Florestal, responsável pela manutenção, edição e consolidação do banco de dados florestal e sistema de geoprocessamento da Jari Celulose. Com mais de 30 anos de experiência em planejamento e execução de serviços técnicos topográficos e cartográficos de silvicultura e colheita florestal, e experiência em geoprocessamento e obtenção e tratamento de dados cartográficos

2.3.3 Parcerias de Gerenciamento de Projetos/Desenvolvimento de Equipes (G4.2)

As instituições parceiras têm como finalidade o apoio na realização das atividades do Projeto, principalmente focado no apoio a extensão rural e melhoria do bem-estar das comunidades e na realização do monitoramento da biodiversidade a longo prazo e de possíveis impactos ambientais.

Nesse sentido, é englobado nas parcerias a responsabilidade de realizar estudos, apoiar ações de assistência técnica e conceder treinamentos aos membros da comunidade, com a finalidade de incentivar a participação e aprimorar seu conhecimento sobre diversas temáticas. Vale ressaltar, que algumas das instituições parceiras que atuam no projeto se situam no estado do Amapá, isso ocorre tanto pela parceria consolidada nos Projetos REDD+ Jari Pará e Amapá, quanto pela localização geográfica da propriedade da Jari, que é fronteiriça entre os estados. A descrição destas parcerias e suas responsabilidades são apresentadas a seguir.

Harmonia Socioambiental: No Projeto, a empresa realizou a primeira consulta social para diagnóstico socioeconômico e ambiental e módulo socioeconômico.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP: O IFAP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, equiparada às universidades federais, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do Estado do Amapá e fomenta a realização de pesquisa científica e tecnológica, levando em conta o avanço da tecnologia e as necessidades da sociedade. No âmbito do Projeto realiza de forma conjunta com a Fundação Jari, atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na região do Vale do Jari, focadas nas atividades de monitoramento da biodiversidade dos projetos, bem nas associadas às Xiloteca e Museu.

Di Ciero Inteligência em Sustentabilidade: A Di Ciero é uma empresa privada especializada em propor soluções para as questões de sustentabilidade. No projeto atuou na realização de estudos técnicos para avaliar de impactos dos projetos sociais, percepção dos impactos sociais, caracterização histórico-cultural, socioeconômica-ambiental das comunidades, diagnóstico socioeconômico-ambiental dos municípios e mapeamento das cadeias produtivas rurais.

2.3.4 Saúde Financeira das Organizações Implementadoras (G4.3)

A Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A. (“Companhia”), antiga Biofílica Investimentos Ambientais S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Vieira de Moraes, 420 Conjuntos 43 e 44 – Bairro – Campo Belo – São Paulo - SP, com atividade preponderante de desenvolvimento e comercialização de créditos de serviços ambientais.

A Companhia gere e conserva florestas na Amazônia a partir da comercialização dos serviços ambientais, investimentos em pesquisas e desenvolvimento socioeconômico das pessoas e comunidades que habitam as áreas sob gestão. Com o objetivo de contribuir para a criação e o desenvolvimento de um sólido e confiável mercado de créditos ambientais, a Companhia investe em um modelo de negócio inovador, que permite a redução do desmatamento, a valorização da floresta em pé e dos serviços ambientais por ela prestados, a proteção da biodiversidade e a redução das emissões de carbono, tornando a conservação ambiental uma atividade economicamente interessante para proprietários de florestas, comunidades, governos e investidores.

Atualmente a Biofílica tem diversos projetos ativos e diversas oportunidades em seu pipeline com foco na geração de créditos de carbono florestal do tipo REDD+ (Redução de emissões por desmatamento e degradação florestal). Além disso, a Companhia está iniciando a atuação também em outras frentes NBS (Nature Based Solutions): Florestamento e Reflorestamento (AR - Afforestation/Reforestation), Neutralização do Carbono no Agronegócio (ALM - Agricultural Land Management) e nos carbonos de manguezais (Blue Carbon).

Nesse contexto de expansão acelerada, a Biofílica também celebrou a parceria com a Ambipar, com um plano de investimento massivo no desenvolvimento de projetos e programas de carbono *Nature Based Solutions* (Soluções Baseadas na Natureza, em português, ou NBS), além do investimento no desenvolvimento da Plataforma Biofílica, que utilizará tecnologia de ponta para originação de créditos em agricultura e comercialização de serviços ambientais.

O Grupo Jari vem expandindo sua área de atuação desde sua criação em 1981, tendo trilhado um caminho de expansão e integração no mercado de celulose, papelão ondulado, papéis e florestas.

Em 2012, o Grupo realizou uma reorientação estratégica, focando integralmente suas atividades na região amazônica, e, em 2016, finalizou a conversão da fábrica de celulose de papel para a produção de Dissolving Wood Pulp (DWP); uma commodity de nicho, na qual a planta da Jari possui escala adequada e o produto apresenta preço de mercado significativamente superior à celulose para papel.

Os documentos comprobatórios da saúde financeira de ambas as empresas são classificados como Informações Comercialmente Sensíveis e foram compartilhados com o time de auditoria em caráter de confidencialidade.

2.3.5 Evitar Corrupção e Outros Comportamentos Antiéticos (G4.3)

A Biofílica Ambipar Environment, mantém uma equipe jurídica que é responsável pela implantação e monitoramento das boas práticas estabelecidas no “Código de Conduta e Compliance” e a “Política Anticorrupção de Combate à Lavagem de Dinheiro”³⁹ do Grupo Ambipar, reforçando a sua posição contrária a prática de atos de corrupção e/ou de condutas que visem o benefício pessoal em detrimento da empresa, da sociedade ou do Governo, observando de forma estrita a Lei Anticorrupção, e seguindo as principais diretrizes e posicionamento da Ambipar quanto ao combate à lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo e todas as formas de condutas corruptas, tais como suborno, desvios e concessões de vantagens indevidas, assim como a dissimulação desses atos e o impedimento às atividades de investigação e fiscalização.

Ressalta-se ainda que a Biofílica Ambipar Environment suporta processos de auditorias financeiras anuais garantindo que seus recursos são destinados de forma responsável e livres de corrupção.

Assim como a Biofílica Ambipar Environment, o Grupo Jari não tolera qualquer tipo de corrupção como propinas, subornos, nepotismo, favores, fraude, favoritismo, extorsão, lavagem de dinheiro, entre outros e detém de uma “Política de Direitos Humanos e Responsabilidade Social: corrupção passiva e ativa dentro e fora da empresa”. Caso ocorram situações como estas, todas as informações serão verificadas e os responsáveis serão acionados judicialmente e desligados da empresa. O Grupo também disponibiliza um canal de comunicação, já citado anteriormente, o qual dentre outras funções, facilita denúncias de corrupção. As denúncias e reclamações podem ser feitas anonimamente por meio de dois números de telefone e caixas de sugestões.

2.3.6 Informações Comercialmente Sensíveis (Rules 3.5.13 – 3.5.14)

Algumas informações exigidas pelos padrões de certificação são consideradas confidenciais ou comercialmente sensíveis e não podem ser divulgadas publicamente pelos Proponentes do Projeto. Essas informações foram completamente fornecidas ao VVB durante o processo de verificação anexado a este Relatório de Monitoramento, mas não foram incluídas na versão pública. Abaixo segue a lista de informações que estavam disponíveis apenas para o VVB:

- Planilha de Desempenho Financeiro do Projeto e outros documentos relacionados;

39

Estatutos e Políticas do Grupo Ambipar. Disponível em: <https://ri.ambipar.com/governanca/atas-estatutos-e-politicas/>

- Acordos e contratos firmados entre as partes envolvidas;
- Documentos Fundiários e de Situação Jurídica;
- Atas de reuniões entre Biofílica Ambipar, Grupo Jari e Fundação Jari;
- Demonstrações Financeiras Grupo Jari (Jari Celulose e Fundação Jari);
- Demonstrações Financeiras Biofílica Ambipar Environment;
- Procedimentos Operacionais e Ambientais do Grupo Jari empregados no Projeto durante o período monitorado.

2.4 Situação Jurídica e Direitos de Propriedade

2.4.1 Reconhecimento dos direitos de propriedade (G5.1)

O Projeto REDD+ Jari Pará reconhece e respeita todos os direitos de propriedade cumprindo as exigências estatutárias e regulares significativas, além de dispor das aprovações requeridas das devidas autoridades estaduais, locais e indígenas. O Projeto reconhece, respeita e apoia os direitos às terras, territórios e recursos, incluindo os direitos estatutários e tradicionais dos Povos Indígenas e de outros dentro das Comunidades e Outros Atores.

A Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A, empresa controlada pelo Grupo Jari, é a legítima proprietária do imóvel Gleba Jari I, onde está localizado o Projeto REDD+ Jari Pará. As propriedades da Jari Celulose localizadas no Estado do Pará e Amapá foram adquiridas por meio de escritura pública de compra e venda, como é possível verificar em escrituras próprias (1948/1949), bem como na Evolução de Alterações Societárias - Jari Celulose S / A - Titularidade Fundiária de Terras” e Notificações anexadas ao DCP. Esses documentos visam atestar o processo de compra e venda dos imóveis e a localização dos cartórios onde foram escritas as escrituras dos respectivos imóveis, comprovando a propriedade legítima.

As atividades do Projeto são desenvolvidas, assim como o Direito de Uso da área do Projeto é respeitado de acordo com os critérios do VCS Standard v3.2 (página 17):

“1) A right of use arising or granted under statute, regulation or decree by a competent authority.

2) A right of use arising under law.

4) A right of use arising by virtue of a statutory, property or contractual right in the land, vegetation or conservational or management process that generates GHG emission decreases and/or removals (where such right includes the right of use of such decreases or removals and the Project proponent has not been divested of such right of use).”

Em Português:

“1) Direito de uso resultante ou concedido ao abrigo de estatuto, regulamento ou decreto por uma autoridade competente.

2) Direito de uso decorrente da lei.

4) Um direito de uso decorrente de um direito estatutário, patrimonial ou contratual no terreno, vegetação ou processo de conservação ou manejo que gera reduções e / ou remoções de emissões de

GEE (onde esse direito inclui o direito de uso de tais reduções ou remoções) e o proponente do projeto não tenha sido despojado de tal direito de uso).”

A Gleba Jari I é composta por noventa e nove imóveis, dos quais 50 estão na área do projeto. A posse da terra das propriedades rurais da Jari Celulose enfrenta um bloqueio administrativo, provisório e totalmente reversível, uma vez que essas ações são uma medida preventiva da Corregedoria do Estado do Pará, a fim de possibilitar a regularização de registros públicos em todo o Estado.

Essa estratégia do Estado baseou-se em evidências de fraude no sistema, tendo constatado que em vários municípios do interior havia propriedades registradas com áreas irreais e superdimensionadas. No entanto, nenhum desses casos diz respeito, em absoluto, aos imóveis da Jari Celulose e, devido à impossibilidade de realizar uma análise individualizada, foi escolhido um bloqueio geral (estadual) para cada solicitante para fazer as provas apropriadas junto aos órgãos competentes. Adicionalmente, vários registros imobiliários da Jari foram indevidamente bloqueados pelo funcionário do cartório de Monte Alegre. Como o cartório não pode atuar oficiosamente para corrigir tais atos, a Jari é obrigada a fornecer a requalificação administrativa da inscrição. Ainda assim, essas ações não comprovam qualquer tipo de alienação do Grupo Jari na região, uma vez que todos os certificados e registros do imóvel estão em seu nome.

Visando a regularização das matrículas, a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI – PA) passou a editar, desde 2010, atos normativos e atualmente, após diversos aperfeiçoamentos, os procedimentos de requalificação são regulados pelo Provimento Conjunto CJCI-CJRMB 004/2021, o qual apresenta que o procedimento de requalificação consiste no pedido administrativo para a restauração das matrículas e registros bloqueados e cancelados, devendo ser apresentado diretamente à unidade de registro de imóveis competente, instruído com documentos pertinentes, entre eles a certidão de regularidade do imóvel, principal documento do processo de requalificação das matrículas, o qual atesta a regularidade do destacamento do imóvel do patrimônio públicos, seus limites e confrontações.

Considerando o exposto, a Jari Celulose vem conduzindo um grande processo de regularização fundiária de seus imóveis rurais localizados no Estado do Pará, especificamente junto ao Instituto de Terras do Estado do Pará – (“ITERPA”), órgão competente para emissão da supracitada certidão. Desde o final do ano de 2021, a Jari Celulose vem obtendo êxito junto ao ITERPA no que tange a emissão das Certidões de Regularidade de seus imóveis. A partir da obtenção desses documentos, a empresa deu início em 2022 à etapa conclusiva de requalificação, qual seja, a prenotação do pedido de requalificação e restauração de suas matrículas imobiliárias, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Almeirim.

As áreas objeto dos pedidos de requalificação prenotados junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Almeirim já tiveram novas matrículas emitidas, com base na Certidão de Regularidade do ITERPA e, em breve, entrarão na fase final do procedimento de requalificação, qual seja o seu desbloqueio, que é ordenado pelo Juiz Agrário competente.

Cabe salientar que o Termo de Ajuste de Conduta assinado entre o Grupo e o ITERPA (órgão responsável pela regularização fundiária no Estado), citado no DCP, foi encerrado, mas que ainda tramita

01 processo administrativo para cada gleba, nos autos desses processos administrativos são expedidas as certidões pelo ITERPA que possibilitam que a Jari realize o mencionado o processo de requalificação.

Com isso, por meio de pesquisa documental, conclui-se que não há impedimento, oneração, cobrança ou limitação para o Projeto REDD+ Jari Pará. A Biofílica Ambipar Environment possui contrato com a Jari Celulose, proprietária dos imóveis, para a realização do Projeto REDD+ Jari Pará, assim, a Biofílica Ambipar Environment é o único e exclusivo desenvolvedor do Projeto REDD+ Jari Pará no que diz respeito a serviços ambientais e outros co-benefícios.

2.4.2 Consentimento Livre, Prévio e Informado (G5.2)

O Projeto não realizou nenhuma atividade em propriedade privada ou pertencente a comunidades indígenas e tradicionais ou ao governo, somente em propriedades pertencentes ao Grupo Jari. A propriedade onde o Projeto está localizado tem uma área muito maior do que a área utilizada para as atividades do Projeto e não tem havido interferência nas propriedades vizinhas. O Consentimento Prévio Informado (das comunidades presentes na propriedade onde o projeto está localizado e representantes do governo em todas as áreas) tem sido aplicado desde o período de implementação do Projeto REDD+ Jari Pará. Com relação às atividades de monitoramento social e de biodiversidade, nenhuma atividade foi realizada sem o consentimento livre, prévio e informado das partes envolvidas.

Nenhuma atividade relacionada ao projeto resultou na remoção ou realocação involuntária de proprietários de direitos de propriedade de suas terras ou territórios, nem os obrigou a realocar atividades importantes para sua cultura ou subsistência, já que nenhuma parte foi afetada pelo projeto, nenhuma restituição ou compensação de qualquer tipo foi necessária. O Grupo Jari ofereceu apoio à regularização da posse da terra das comunidades que trabalham no projeto junto às instituições públicas designadas, através das ações realizadas pela Fundação Jari.

Além disso, todos os atores que poderiam ser afetados direta ou indiretamente de alguma forma pelo Projeto REDD+ Jari Pará são constantemente consultados, conforme descrito anteriormente sobre os canais de comunicação e consulta aplicados pelo Projeto. Estas consultas continuarão durante todo o ciclo de vida do Projeto. Além disso, todas as informações sobre o Projeto REDD+ Jari Pará podem ser adquiridas em canais virtuais, como o website e redes sociais da Biofílica e da Fundação Jari.

2.4.3 Proteção dos Direitos de Propriedade (G5.3)

O desenvolvimento das atividades do Projeto REDD+ Jari Pará não levou à remoção ou realocação involuntária de qualquer parte de suas terras ou territórios, assim como atividades importantes para a cultura e a subsistência das comunidades que vivem dentro dos limites da Área do Projeto foram respeitadas e apoiadas pelo Projeto.

Como mencionado anteriormente, a regularização fundiária das comunidades que atuam no Projeto é apoiada e sustentada pelo Grupo Jari junto às instituições públicas responsáveis, através das ações que foram realizadas pela Fundação Jari.

Outra medida para prevenir e inibir invasões na área do projeto foram as atividades de monitoramento do perímetro das propriedades, realizadas por uma equipe de vigilância fundiária. Quando as invasões foram identificadas, foi feito um registro policial, formalizando o relatório de invasão de propriedade privada, que foi encaminhado ao departamento jurídico da empresa para medidas adequadas, e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para investigação de crimes ambientais, conforme apropriado, todas as evidências das denúncias realizadas serão disponibilizadas ao VVB.

2.4.4 Identificação de Atividade Ilegal (G5.4)

O desmatamento ilegal é a principal atividade ilícita que pode impactar negativamente o desenvolvimento do Projeto REDD+ Jari Pará, sendo possíveis a caça e a exploração predatória de espécies da fauna e flora. Conforme desenhado no DCP, este desmatamento ilegal é causado por posseiros de terra para instalação de agricultura de subsistência (“roças”) e por pequenos agricultores para cultivos agrícolas de pequena escala, pastagem e demarcação de limites da propriedade.

Caso ocorresse a ausência do projeto, foi projetada a perda de 102.654 hectares de floresta nativa em 30 anos na Zona do Projeto, sendo que, destes 18.911 hectares estariam presentes no período monitorado. Com o objetivo de reverter esse cenário, durante período monitorado, com a realização das atividades planejadas, foi identificado um desmatamento de 4.043 hectares, entre 2018 e 2022, um desmatamento 79% menor do que o projetado. Ainda que o objetivo do projeto seja zerar por completo o desmatamento não planejado na região, o complexo contexto local de atuação desses agentes impede que esse objetivo seja alcançado em um curto prazo, trata-se de um trabalho de construção e cooperação contínua.

Durante o período de monitoramento essas atividades ilegais foram combatidas na região de abrangência do Projeto principalmente através de medidas mitigadoras como o fortalecimento da fiscalização fundiária e vigilância patrimonial, assim como incitando o engajamento de outros atores e partes interessadas, a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico regional através da geração de alternativas econômicas ao desmatamento. Os mecanismos e procedimentos de fiscalização fundiária são resumidos na Tabela 2, já as atividades de cunho socioeconômico estão mais bem descritas na seção 4.

Tabela 2. Resumo dos mecanismos de fiscalização fundiária na área do Projeto REDD+ Jari Pará.

Fiscalização da área do Projeto	
Objetivo	Determinar as condições de fiscalização nas terras de propriedade da Jari Celulose S.A.

<p>Condições Gerais</p>	<p>Patrulhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar patrulhamentos regulares com a finalidade de assegurar a proteção do patrimônio fundiário da Jari; - Evitar desmatamentos, incêndios florestais, ou outros atos de agressão ao meio ambiente; - Evitar a extração e o comércio ilegal de madeira, outros produtos e a caça e pesca predatória; - Manter um bom relacionamento com os posseiros e comunidades existentes; - Promover ações sociais; - Prestar apoio às autoridades policiais e de fiscalização, quando necessário; - O patrulhamento fluvial é realizado com lanchas que percorram as principais bacias hidrográficas da região; - O patrulhamento rodoviário é realizado por veículos através das estradas principais, vicinais e contornos para monitoramento das áreas de floresta e comunidades existentes nas áreas de atuação da empresa. <p>Forma de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envio ao local da ocorrência de equipe para averiguação do fato e aplicação de medidas cabíveis; - Acionamento da área jurídica para providências; - Registro na delegacia de polícia pelo Coordenador de Segurança Patrimonial, de ocorrências envolvendo invasão à propriedade, danos ao patrimônio e extração irregular de produtos da floresta; - As ocorrências envolvendo agressões ao meio ambiente deverão ser registradas nos órgãos responsáveis (IBAMA, Polícia Ambiental etc.) pelo Coordenador de Segurança Patrimonial; - Em todas as situações que envolvam conflitos de terra deve-se evitar o confronto entre as partes, respeitando-se as leis vigentes no país.
<p>Condições Específicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O roteiro de patrulhamento é elaborado de acordo com um Programa de Fiscalização; - Quando detectado pela fiscalização fundiária ocorrência de atividades ilegais a Segurança Patrimonial deve tomar as providências cabíveis, como também coletar as coordenadas geográficas para envio ao setor de Geoprocessamento. <p>Vigilância de Incêndios Florestais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nos patrulhamentos são levadas em consideração aberturas de roças que possam causar riscos de incêndios para as florestas, devendo o responsável ser

	<p>avisado e orientado quanto aos riscos e as devidas providências necessárias serem tomadas pela área florestal.</p> <p>AAVC – Áreas de Alto Valor de Conservação - Após a validação comprovada de uma AAVC, são tomados cuidados específicos a fim de se proteger as AAVC identificadas.</p> <p>Corredores Ecológicos - Áreas de importância ecológica para passagem de fauna são monitoradas durante a fiscalização.</p>
<p>Registros</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Protocolo de ocorrências registradas junto ao IBAMA; - Boletim de ocorrências; - Registro fotográfico de ocorrências; - Programa regular de fiscalização; - Relatório de Atividades da Segurança Patrimonial Fundiária.
<p>Estratégias de Inteligência de fiscalização</p>	<p>Ações planejadas de investimento em intensificação e inteligência nas atividades de Segurança Patrimonial Fundiária:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento via imagens de satélite de alta resolução, com emissão mensal de alertas de desmatamento em áreas de risco, possibilitando a geração de relatórios mensais de áreas alteradas; - Aquisição de equipamentos de apoio para a equipe de patrulhamento; - Suporte financeiro adicional para custos de logística e manutenção de veículos.

2.4.5 Disputas em Andamento (G5.5)

Na área destinada ao Projeto REDD+ Jari Pará não existem conflitos, disputas atuais ou não resolvidas sobre direitos a terras, uso dos imóveis ou acesso dos recursos naturais, assim como não existem disputas com terceiros ou posseiros tradicionais revogando o direito de propriedade da Jari Celulose S.A., como já detalhado anteriormente.

Apesar de não haver disputas na área do Projeto sobre a propriedade da terra ou de direitos a seu acesso ou uso, o Grupo Jari possui um mecanismo preparado para resolução de problemas, presentes no documento “Gestão de Conflitos”, caso ocorram quaisquer disputas possíveis sobre a região. Além disso, o Grupo possui um diálogo de cooperação com as agências governamentais para dar suporte à regularização da situação fundiária das comunidades de atuação do Projeto, também já citado anteriormente.

2.4.6 Leis Nacionais e Locais (G5.6)

O objetivo do projeto REDD+ Jari Pará está em conformidade com a Constituição Federal, bem como as legislações vigentes de proteção à floresta nativa e ao regime de mudanças climáticas previsto em regulações internacionais (UNFCCC) e na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei 12.187).

A respeito das atividades de REDD+, as regulamentações brasileiras sobre o tema ainda são incipientes. Pode-se notar um histórico de iniciativas a despeito da construção e negociação deste conceito através de acordos e reuniões na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (em Inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC).

Em dezembro de 2015, a Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil (ENREDD+) foi instituída pela Portaria MMA nº370, o objetivo geral estabelecido pela ENREDD+ é contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da conservação e da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais. contribuindo na mitigação da mudança do clima através do controle do desmatamento e degradação florestal, promoção da recuperação florestal e o fomento ao desenvolvimento sustentável.

Uma iniciativa posterior foi a publicação do Decreto Nº 10.144, em novembro de 2019 que “Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+” com o objetivo de coordenar, acompanhar, monitorar e revisar a Estratégia Nacional para REDD+ e por coordenar a elaboração dos requisitos para o acesso a pagamentos por resultados de políticas e ações de REDD+ no Brasil, reconhecidos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Por fim, em 2022, foi publicado o Decreto Nº 11.075, de 19 de maio de 2022, que estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa, este que vinha sendo trabalhado desde 2009, representa importante passo na regulação do mercado de créditos de redução de emissões, alinhando-o com compromissos assumidos pelo país em nível internacional, porém ainda apresenta alguns gargalos referentes a dependência de planos em aberto, metas a serem definidas, padrões a serem consolidados, entre outras questões, que impedem a sua aplicação integral⁴⁰.

Abaixo, estão listadas e detalhadas as principais legislações e regulações relevantes a níveis federais e estaduais. Além disso, realizou-se uma breve análise dos acordos internacionais de clima que vem direcionando a criação e o desenvolvimento das iniciativas de REDD+ pelo mundo.

Legislação Federal

⁴⁰ MOTA, Guilherme; SACRAMENTO, Bruno. Novo decreto federal cria bases para mercado de redução de emissões no Brasil, 25 maio 2022. Disponível em: <https://lefosse.com/noticias/novo-decreto-federal-11-075-2022-regula-mercado-de-reducao-de-emissoes-no-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

- **Lei n. 13.123, de 20/05/2015:** regulamenta o inciso II do § 1º e § 4º do art. 225 da Constituição Federal, Artigo 1, Artigo 8 (j), Artigo 10 (c), Artigo 15 e Artigo 16, Parágrafos 3 e 4, da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 ; fornece acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e compartilhamento de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e faz outros arranjos.

- **Lei nº 12.651, de 25/05/2012:** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

- **Lei nº 14.119, de 13/01/2021:** Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

- **Decreto nº 11.075 de 19/05/2022:** Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022.

- **Lei nº 12.187, de 29/12/2009:** Institui a política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.

- **Lei nº 12.727, de 17/10/2012 :** Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

- **Decreto nº 58.054, de 23/03/1966:** Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

- **Decreto nº 96.944, de 12/10/1988:** Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal e dá outras providências.

- **Decreto nº 2.661, de 08/07/1998:** Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.

- **Decreto nº 2.959, de 10/02/1999:** Dispõe sobre medidas a serem implantadas na Amazônia Legal, para monitoramento, prevenção, educação ambiental e combate a incêndios florestais.

- **Decreto nº 5.975, de 30/11/2006:** Regulamenta os art. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 6.514/08 e 3.420/00, e dá outras providências.

- **Decreto nº7.390, de 09/12/2010:** Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC e dá outras providências.

- **Resolução CONAMA nº 16, de 07/12/1989:** Institui o Programa Integrado de Avaliação e Controle Ambiental da Amazônia Legal.

- **Resolução CONAMA nº 378, de 19/10/2006:** Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.

- **Resolução CONAMA nº 379, de 19/10/2006:** Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

- **Portaria IBAMA nº 218, de 04/05/1989:** Dispõe sobre a derrubada e exploração de florestas nativas e de formações florestais sucessoras nativas de Mata Atlântica, e dá outras providências.

- **Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014:** Reconhecer como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção".

- **Portaria MMA nº 103, de 05/04/2006:** Dispõe sobre a implantação do Documento de Origem Florestal - DOF, e dá outras providências.

- **Portaria MMA nº 253, de 18/08/2006:** Institui, a partir de 1º de setembro de 2006, no âmbito do Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Documento de Origem Florestal – DOF em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF.

- **Instrução Normativa MMA nº 1, de 05/09/1996:** Dispõe sobre a Reposição Florestal Obrigatória e o Plano Integrado Florestal.

- **Instrução Normativa MMA nº 07, de 27/04/1999:** Dispõe sobre a autorização para desmatamento nos Estados da Amazônia Legal.

- **Instrução Normativa MMA nº 02, de 10/05/2001:** Dispõe sobre a exploração econômica das florestas, nas propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, incluindo as áreas de Reserva Legal e ressaltando as de preservação permanente estabelecidas na legislação vigente, que será realizada mediante práticas de manejo florestal sustentável de uso múltiplo.

- **Instrução Normativa IBAMA nº 21 de 23/11/2014:** Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos.

- **Instrução Normativa IBAMA nº 09 de 09/12/2016:** Altera a Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014.

- **Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 18/12/2017:** Altera o art. 70 da Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014.

- **Instrução Normativa IBAMA nº 03 de 23/01/2020:** Altera a Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014.

- **Instrução Normativa IBAMA nº 19 de 21/08/2021:** Altera a Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014.

- **Instrução Normativa MMA nº 06, de 15/12/2006:** Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.

- **Instrução Normativa IBAMA nº 178, de 23/06/2008:** Define as diretrizes e procedimentos, por parte do IBAMA, para apreciação e anuência relativas à emissão das autorizações de supressão de florestas e outras formas de vegetação nativa em área maior que dois mil hectares em imóveis rurais localizados na Amazônia Legal e mil hectares em imóveis rurais localizados nas demais regiões do país.

- **Norma Regulamentadora nº 31, de 03/03/2005:** Aprova a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.

- **Regulamento nº 1896, de 09/12/2013:** Altera a Norma Regulamentadora nº 31.

Legislação Estadual

- **Lei Estadual nº 7.389, de 01/04/2010:** Define as atividades de impacto ambiental local no Estado do Pará e dá outras providências.

- **Lei Estadual nº 7.381, de 19/03/2010:** Dispões sobre a recomposição da cobertura vegetal, das matas ciliares do Estado do Pará.

- **Lei Estadual nº 6.745, de 06/06/2005:** Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências.

- **Lei nº 7.213, de 03/11/2008:** Altera o art. 1º da Lei Estadual nº 6.745, de 6/05/2005, que instituiu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará.

- **Lei Estadual nº 6.506 de 02/12/2002:** Institui as diretrizes básicas para a realização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) no Estado do Pará e dá outras providências.

- **Lei Estadual nº 6.462, de 04/07/2002:** Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação.

- **Lei Estadual nº 5.977, de 10/07/1996:** Dispõe sobre a proteção à fauna silvestre no Estado do Pará.

- **Lei Estadual nº 5.887, de 09/05/1995:** Dispões sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

- **Decreto Estadual nº 254, de 08/08/2019:** Institui o Fórum Paraense de Mudanças Climáticas e dá outras providências.

- **Decreto Estadual nº 216, de 22/09/2011:** Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades agrosilvopastoris realizadas em áreas alteradas e/ou subutilizadas fora da área de reserva legal e área de preservação permanente nos imóveis rurais do Estado do Pará.

- **Decreto Estadual nº 2.436, de 11/08/2010:** Regulamenta as ações ligadas, direta ou indiretamente, às atividades agrosilvopastoris, executadas dentro das áreas de uso alternativo do solo, consideradas como sendo de baixo impacto ambiental.

- **Decreto Estadual nº 2.099, de 27/01/2010:** Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado do Pará e dá outras providências.

- **Decreto Estadual nº 1.697, de 05/06/2009:** Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao desmatamento do Estado do Pará e dá outras providências.

- **Decreto Estadual nº 1.148, de 17/07/2008:** Dispões sobre o Cadastro Ambiental Rural – CAR-PA, área de Reserva Legal e dá outras providências.

- **Decreto Estadual nº 2.596, de 31/08/2022:** Regulamenta o cadastro de atividade florestal, o Sistema Estadual de Gestão de Informações Ambientais e a licença para transporte de produtos e subprodutos de origem florestal no Estado do Pará.

- **Decreto Estadual nº 2.141, de 31/03/2006:** Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 6.462 de 4 de julho de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação e dá outras providências, objetivando o incentivo à recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas e à recomposição de reserva legal, para fins energéticos, madeireiros, frutíferos, industriais ou outros, mediante o repovoamento florestal e agroflorestal com espécies nativas e exóticas e dá outras providências.

- **Resolução nº 54, de 24/10/2007 (ANEXO1):** Homologa a lista de espécies da flora e fauna ameaçadas no Estado do Pará.

Acordos Internacionais

- **FCCC/CP/2005/Misc.1:** *Reducing emissions from deforestation in developing countries: approaches to stimulate action. Submission from Parties.* (Tradução: Reduzindo emissões de desmatamento em países em desenvolvimento: abordagem para estimular ação. Submissão das partes. COP 11, Montreal, 2005.)

- **FCCC/CP/2007/6/add.1:** *Report of the Conference of the Parties on its thirteenth session, held in Bali from 3 to 15 December 2007. Addendum. Part two: Action taken by the Conference of the Parties at its thirteenth session.* (Tradução: Relatório da Conferência das Partes sobre sua décima terceira sessão, ocorrida em Bali de 3 a 5 de dezembro de 2007. Addendum. Parte Dois: Ação tomada pela Conferência das Partes em sua décima terceira sessão ou “Action Bali Plan”. COP 13, Bali, 2007.)

- **FCCC/CP/2009/Add.1:** *Report of the Conference of the Parties on its fifteenth session, held in Copenhagen from 7 to 19 December 2009. Addendum. Part Two: Action taken by the Conference of the Parties at its fifteenth session.* (Tradução: Relatório da Conferência das Partes sobre sua décima quinta sessão, ocorrida em Copenhagem de 7 a 19 de dezembro de 2009. Addendum. Parte Dois: Ação tomada

pela Conferência das Partes na sua décima quinta sessão ou “Copenhagem Accord”. COP 15, Copenhagem, 2009.)

- **FCCC/CP/2010/7/Add. 1:** *Report of the Conference of the Parties on its sixteenth session, held in Cancun from 29 November to 10 December 2010. Addendum. Part Two: Action taken by the Conference of the Parties at its sixteenth session.* (Tradução: Relatório da Conferência das Partes sobre sua décima sexta sessão, ocorrida em Cancun de 19 de novembro a 10 de dezembro de 2010. Addendum. Parte Dois: Ação tomada pela Conferência das Partes na sua décima sexta sessão ou “Cancun Agreement”. COP 16, Cancun, 2010.)

- **FCCC/CP/2011/9/Add. 1:** *Report of the Conference of the Parties on its seventeenth session, held in Durban from 28 November to 11 December 2011. Addendum. Part Two: Action taken by the Conference of the Parties at its seventeenth session.* (Tradução: Relatório da Conferência das Partes sobre sua décima sétima sessão, ocorrida em Durban de 28 de novembro a 11 de dezembro de 2011. Addendum. Parte Dois: Ação tomada pela Conferência das Partes em sua décima sétima sessão. COP 17, Durban, 2011.)

- **FCCC/CP/2012/8/Add.1:** *Report of the Conference of the Parties on its eighteenth session, held in Doha from 26 November to 8 December 2012. Addendum. Part two: Action taken by the Conference of the Parties at its eighteenth session.* (Tradução: Relatório de Conferência das Partes sobre sua décima oitava sessão, ocorrida em Doha de 26 de novembro a 8 de dezembro. Addendum. Parte Dois: Ação tomada pela Conferência das Partes em sua décima oitava sessão.)

- **FCCC/CP/2013/Add.1:** *Warsaw Framework for REDD-plus, held in Warsaw, Poland, from 11 to 22 November 2013* (Tradução: Pacote de Varsóvia para REDD+, ocorrida em Varsóvia, Polônia, de 11 a 22 de Novembro de 2013), em especial as seguintes decisões:

- **Decision9/CP.19:** *Work programme on results-based finance to progress the full implementation of the activities referred to in decision 1/CP. 16, paragraph 70.* (Tradução: Programa de trabalho em financiamento baseados em resultados para o progresso da implementação completa das atividades referidas na decisão 1/CP. 16, parágrafo 70.)

- **Decision10/CP.19:** *Coordination of support for the implementation of activities in relation to mitigation actions in the forest sector by developing countries, including institutional arrangements.* (Tradução: Coordenação do suporte para a implementação de atividades relacionadas a ações de mitigação no setor florestal por países em desenvolvimento, incluindo arranjos institucionais.)

- **Decision12/CP.19:** *The timing and the frequency of presentations of the summary of information on how all the safeguards referred to in decision1/CP.16, appendix I, are being addressed and respected.* (Tradução: O tempo e a frequência na qual são apresentadas as informações resumidas de como todas as salvaguardas referidas na decisão1/CP.16, apêndice I, estão sendo abordadas e respeitadas.)

- **Decision13/CP.19:** *Guidelines and procedures for the technical assessment of submissions from Parties on proposed forest reference emission levels and/or forest reference levels.* (Tradução: Guia e procedimentos para avaliação técnica das submissões das Partes em propostas de níveis de referência em emissões florestais e/ou níveis de referência florestal.)

- **Decision14/CP.19:** *Modalities for measuring, reporting and verifying.* (Tradução: Modalidades para medir, reportar e verificar.)

- **Decision15/CP.19:** *Addressing the drivers of deforestation and forest degradation.* (Abordagem dos vetores de desmatamento e degradação florestal.)

- **FCCC/CP/2015/Add.1:** *Report of the Conference of the Parties on its twenty-first session, held in Paris from 30 November to 13 December 2015. Addendum. Part two: Action taken by the Conference of the Parties at its twenty-first session.* (Tradução: Relatório de Conferência das Partes sobre sua vigésima primeira sessão, ocorrida em Paris de 30 de novembro a 13 de dezembro. Addendum. Parte Dois: Ação tomada pela Conferência das Partes em sua vigésima primeira sessão).

- **FCCC/CP/2018/10/Add.1:** *Report of the Conference of the Parties on its twenty-fourth session, held in Katowice from 2 to 15 December 2018.* (Tradução: Relatório da Conferência das Partes em sua vigésima quarta sessão, realizada em Katowice de 2 a 15 de dezembro de 2018).

- **FCCC/CP/2016/10/Add.1:** *Report of the Conference of the Parties on its twenty-second session, held in Marrakech from 7 to 18 November 2016.* (Tradução: Relatório da Conferência das Partes em sua vigésima segunda sessão, realizada em Marrakech de 7 a 18 de novembro de 2016.)

- **FCCC/PA/CMA/2021/10/Add. 1:** *Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on its third session, held in Glasgow from 31 October to 13 November 2021.* (Tradução: Relatório da Conferência das Partes servindo como reunião das Partes do Acordo de Paris em sua terceira sessão, realizada em Glasgow de 31 de outubro a 13 de novembro de 2021), em especial a seguinte decisão:

- **Decision -/CP.26:** Glasgow Climate Pact (Pacto Global de Glasgow).

- **Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC brasileira** encaminhada em setembro de 2015 à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a mitigação, adaptação e meios de implementação, de maneira consistente com o propósito das contribuições de alcançar o objetivo último da Convenção, nos termos da decisão 1/CP.20, parágrafo 9.

- **Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC brasileira**, segunda atualização, encaminhada em abril de 2022 à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a mitigação, adaptação e meios de implementação, de maneira consistente com o propósito das contribuições de alcançar o objetivo último da Convenção, nos termos da decisão 1/CP.20, parágrafo 9

- **CITES, de 03/03/1973:** “*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*”, assinada em Washington D.C. em 03 de março de 1973, alterado em Bonn em 22 de junho de 1979.

2.4.7 Créditos de benefícios do projeto (G5.9)

Não aplicável. O projeto não detém ou deseja gerar qualquer tipo de crédito ambiental relacionado à redução de emissões de GEE ou remoções reivindicadas além do Programa VCS, em que já está

validado. As informações referentes à redução de emissões de GEE geradas pelo projeto durante esse período monitorado se encontram no relatório de monitoramento VCS, detalhadamente.

3 CLIMA

3.1 Impactos Positivos Líquidos para o Clima

3.1.1 Impactos Líquidos (CL2.2, CL3.1, CL3.3)

A demonstração do impacto climático líquido do projeto (Redução Líquida Total de Emissões de GEE, ex-post) pode ser encontrado no relatório de monitoramento VCS, nas respectivas seções:

- Total de emissões ou remoções de GEE no cenário sem projeto (conforme estabelecido na descrição validada do projeto) – 5.1 Emissões da linha de base;
- Total de emissões ou remoções de GEE resultantes das atividades do projeto – 5.2 Emissões do Projeto;
- Qualquer impacto climático negativo fora do local (vazamento) relacionado ao projeto – 5.3 Vazamento.

Emissões não-CO2 não foram contabilizadas, pois, durante o período monitorado atividades que poderiam gerar essas emissões não foram incentivadas pelo projeto. Além disso, essas emissões não ocorreram devido a incêndios florestais descontrolados e outros eventos catastróficos.

3.2 Impactos Climáticos Externos (Vazamento)

3.2.1 Mitigação de Vazamento (CL3.2)

O Projeto REDD+ Jari Pará possui duas atividades de monitoramento de fontes de vazamento:

1. Monitoramento da redução nos estoques de carbono e/ou aumento nas emissões de GEE correlacionado com as medidas de prevenção de vazamento se os proponentes do Projeto implementarem atividades como plantio de árvores, intensificação agrícola, fertilização, produção de forrageiras e/ou outras medidas de melhorias em áreas agrícolas e pastagens, no caso dessas atividades implicarem na redução dos estoques de carbono e/ou aumento nas emissões de GEE nas áreas de manejo de vazamento. Durante o período monitorado os proponentes do projeto não realizaram nenhuma das intervenções mencionadas. As atividades implementadas pelo projeto, com esse objetivo de impedir e mitigar potenciais fontes de vazamento estão apresentadas na seção 4.3.1 e no item 3.1 do relatório de monitoramento VCS.

2. Monitoramento da cobertura florestal no Cinturão de Vazamento através de imagens de satélite, para contabilizar a redução do estoque de carbono e o aumento das emissões de GEE devido ao deslocamento de vazamentos. A seção 2.4.4 apresenta de forma detalhada as atividades de fiscalização das áreas realizada com o objetivo de impedir a ocorrência de vazamentos, assim como, nos itens 3.1 e

4.3.3 do relatório de monitoramento VCS são detalhadas as atividades realizadas para mitigar essa fonte de vazamento durante o período monitorado.

3.3 Monitoramento de Impactos no Climáticos

3.3.1 Resultados do Monitoramento do Impacto Climático (CL4.1)

Os resultados do monitoramento podem ser encontrados no relatório de monitoramento VCS seção 5.

3.3.2 Disseminação do Plano de Monitoramento e Resultados (CL4.2)

O Projeto REDD+ Jari Pará implementou três métodos de comunicação, visando garantir o acesso aos documentos e a todas as outras informações do Projeto às comunidades e outros atores através da forma oral, escrita e virtual. Destaca-se o Guia de Monitoramento, como uma das ferramentas de divulgação/ disseminação, apresentando atividades, indicadores e práticas para realizar o monitoramento de atividades.

Os resultados foram divulgados em uma versão virtual onde os documentos relacionados ao monitoramento foram disponibilizados através do site e website da Verra, newsletter e mídia social da Biofílica, e oralmente das apresentações sobre os resultados do projeto, durante o processo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), assim como, está planejado que os resultados serão divulgados às comunidades de forma mais didática, por meio de um resumo do Guia de Monitoramento e na realização de consultas públicas anuais, onde será discutido os resultados do Projeto, promovendo uma avaliação participativa das entregas e sugestões, e serão levantados pontos de melhoria que poderão ser incrementados no planejamento do ano posterior, garantindo o engajamento das comunidades no processo decisório.

3.4 Critério Opcional: Benefícios da Adaptação às Mudanças Climáticas

3.4.1 Atividades e/ou Processos Implementados para Adaptação (GL1.3)

As prováveis mudanças causadas pelas alterações climáticas e seus impactos estão descritos na seção 2.1.3. O projeto almeja a certificação Gold Level para Benefícios de Adaptação às Mudanças Climáticas, com base nas medidas tomadas para o apoio significativo para auxiliar as comunidades e a biodiversidade a se adaptarem aos prováveis impactos das mudanças climáticas, que estão descritas as seguir.

Atividade do Projeto	Riscos e questões abordadas sobre as mudanças climáticas	Realizações do projeto durante o período de monitoramento
Monitoramento do desmatamento e vigilância patrimonial	Conversão desestruturada do uso do solo Danos causados por incêndios florestais Aumento de emissões de CO2 Perda de Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Inibição de atividades ilegais (desmatamento, caça e pesca ilegal) na Zona do Projeto. Prevenção de focos de incêndio.
Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável	Ameaça a soberania alimentar das famílias Diminuição da geração de renda Esgotamento do solo Perda da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica e extensão rural Cursos e capacitações Doação de insumos Regularização ambiental
Promoção da educação ambiental	Degradação Ambiental Incêndios florestais Perda de biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Palestras, oficinas, capacitações
Fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades	Migrações populacionais Difícil acesso a políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a participação de jovens e mulheres Criação de conselhos comunitários Construção de regras para uso comunitário Cursos e capacitações
Instalação de infraestrutura para as comunidades	Isolamento Crise energética	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de Sistema de Energia elétrica Doação de placas e lanternas solares Implantação de telefonia e internet
Monitoramento da biodiversidade	Fragmentação de habitats Declínio populacional Extinção de espécies	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento da flora Monitoramento da fauna Monitoramento das AAVCs

3.4.2 Monitoramento da Adaptação (GL1.4)

A seguir é apresentado como o Projeto vem contribuindo para as comunidades e biodiversidade se adaptarem frente as mudanças climáticas.

Atividade do Projeto	Realizações do projeto durante o período de monitoramento	Atividades de Adaptação
Monitoramento do desmatamento e vigilância patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> Inibição de atividades ilegais (desmatamento, caça e pesca ilegal) na Zona do Projeto. Prevenção de focos de incêndio. 	<ul style="list-style-type: none"> As ações de vigilância e patrulhamento de áreas, foram realizadas via sensoriamento remoto, e sempre que identificados pontos focais de alerta, eram complementados pelas ações da equipe de vigilância in loco, por via terrestre e aquática. O Projeto evitou 1.753.725 emissões de toneladas de

Atividade do Projeto	Realizações do projeto durante o período de monitoramento	Atividades de Adaptação
		<p>CO2, contendo o desmatamento em 14.868 hectares na Zona do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades permitem uma rápida resposta em caso de identificação de pontos de alerta, bem como, sua constância inibe a atuação de práticas ilegais nas áreas monitoradas pelo Projeto. • A preservação dessas áreas ajuda na manutenção da resiliência do ecossistêmica, principalmente para a biodiversidade, no que tange os desafios frente as mudanças climáticas.
Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica e extensão rural • Cursos e capacitações • Doação de insumos • Regularização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Por meio das atividades ATER novas cadeias produtivas foram implementadas/ incentivadas, possibilitando que os agricultores diversifiquem sua produção, reduzindo o risco da dependência de apenas um tipo de cultivo. • A ATER atuou também nas frentes de apoio à documentação para que os beneficiários tivessem acesso a políticas públicas de compra de sua produção, e crédito rural, sendo um importante canal para a segurança financeira dessas famílias. • Delimitação das áreas com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações, por meio do levantamento nas propriedades e elaboração do Cadastro Ambiental Rural, seguindo a legislação atual vigente.
Promoção da educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras, oficinas, capacitações • 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunitários capacitados para a ação em diversas frentes ambientais, entre elas destaca-se as práticas para combate a incêndios e prevenção, por meio de técnicas de manejo mais benéficas ao meio ambiente, e orientações sobre a correta abertura de aceiros.

Atividade do Projeto	Realizações do projeto durante o período de monitoramento	Atividades de Adaptação
		<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos ambientais sobre preservação de áreas que devem ser protegidas de forma permanente. • Comunitários como protagonistas frente a responsabilidade de gestão do meio ambiente.
Fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a participação de jovens e mulheres • Criação de conselhos comunitários • Construção de regras para uso comunitário • Cursos e capacitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação das oportunidades de emprego e renda para mulheres e jovens nas comunidades, gerando assim resiliência aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas. • Desenvolvimento comunitários e fortalecimento de lideranças, para melhor enfrentamento frente aos desafios das mudanças climáticas e a luta por direitos de acesso a política a políticas públicas.
Instalação de infraestrutura para as comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Sistema de Energia elétrica • Doação de placas e lanternas solares • Implantação de telefonia e internet 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades com acesso à energia limpa. • Pessoas com acesso a placas solares para suas atividades diárias. • Implantação de internet e/ou telefone rural em comunidades, removendo-as de uma situação de isolamento e facilitando a comunicação com outros atores, principalmente para solicitação de ajuda em casos de saúde.
Monitoramento da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento da flora • Monitoramento da fauna • Monitoramento das AAVCs 	<ul style="list-style-type: none"> • Subsídio para criação de uma base de dados para monitorar o comportamento da biodiversidade frente as mudanças climáticas. • Monitoramento das espécies ameaçadas de extinção, permitindo execução de um plano para conservação das espécies. • Proteção da biodiversidade da AAVC de Cerrado. • Proteção da AAVC Nascente Vila do Planalto, garantindo acesso ao recurso para as necessidades da comunidade local.

4 COMUNIDADE

4.1 Impactos Positivos Líquidos para a Comunidade

4.1.1 Impactos para a Comunidade (CM2.1)

Durante a implementação das atividades do projeto, não houve diferenciação para a assistência oferecida entre as comunidades envolvidas, todos os membros das comunidades tiveram a oportunidade de receber assistência técnica (ATER) e se envolverem nos treinamentos oferecidos pelo Projeto, de modo geral 58 comunidades localizadas exclusivamente no estado Pará foram alcançadas pelas ações do projeto, seja nas assessorias ATER, benfeitorias e/ou cursos e capacitações.

Devido ao grande volume de comunidades assistidas, priorizou-se destacar os impactos das comunidades localizadas na Zona do Projeto, agrupadas pelas Gleba de propriedade do Grupo Jari. A relação de comunidades por Gleba pode ser encontrada no Apêndice da versão final que será entregue ao VVB. Cabe ressaltar que se optou por apresentar as comunidades com benefícios na Zona do Projeto mais expressivos, mas que isso não significa que as não listadas não tenham sido impactadas pelas ações do Projeto, principalmente porque há o canal aberto e oportunidade de participação nas atividades sem distinção entre as comunidades.

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Antônio Fernandes da Fonseca Teixeira (Água Azul)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Aumento da segurança alimentar e facilitação nos processos produtivos; 4. Mediação de conflitos.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar; 2. 15 famílias foram capacitadas em técnicas agroextrativistas de manejo de açai natural, com técnicas de manejo sustentáveis e produtivas, reduzindo a pressão sobre a floresta, contribuindo

	<p>com os serviços ecossistêmicos e promovendo o bem-estar das comunidades;</p> <p>3. Os comunitários receberam doações de mudas e insumos, auxiliando a produção agrícola, sendo um dos meios de garantia da manutenção dos meios de produção e subsistência.</p> <p>4. Os atendimentos realizados para mediação de conflitos são efetuados de acordo com demanda espontânea dos comunitários, na busca de solução conciliatória para disputas por direito de posse ou de uso de recursos naturais e promovem um ambiente mais amistoso entre os comunitários, principalmente quando se chega a um acordo por meio da mediação, fortalecendo diretamente a comunidade como um todo.</p>
--	--

Grupo Comunitário	Comunidades inseridas na Gleba Cajueiro Serra de Almeirim (Km 22, Km 25 e Esposento)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Acesso a orientações sobre crédito rural e financiamento.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar; 2. 26 famílias foram capacitadas em técnicas agroextrativistas de manejo de açaizal nativo, com técnicas de manejo sustentáveis e produtivas, reduzindo a pressão sobre a floresta, contribuindo com os serviços ecossistêmicos e promovendo o bem-estar das comunidades; 3. Um dos objetivos dos serviços prestados pelos ATER é a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio de mecanismo de acesso a recursos, neste âmbito as reuniões de acesso ao crédito e financiamento são um importante canal para esclarecimento de dúvidas dos comunitários e apoio

	tanto documental quanto orientativo sobre a obtenção das linhas de crédito.
Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Castanhal do Urucurituba (Cafezal)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Informação qualificada para o acesso a políticas públicas; 4. Ações de educação ambiental; 5. Acesso à internet; 6. Implantação de planta Industrial para processamento de castanhas.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar. Destaca-se que unidade de multiplicação de mandioca foi desenvolvida em parceria com a Embrapa, a técnica permite contornar características indesejadas, como a baixa taxa de propagação e os grandes volumes de materiais de plantio convencional, que dificultam a logística de armazenamento e transporte das manivas para novas áreas, além da melhoria no método de produção, ocorre o do processo de transferência de tecnologia de produção às famílias dos produtores rurais participantes do Projeto; 2. 01 família capacitada com treinamento em piscicultura e 21 famílias capacitadas no tema Higienização e Manipulação de Alimentos Processados, contribuindo para a diversificação de renda e agregação de valor ao produto; 3. As famílias tiveram acesso a oficinas de compras públicas, possibilitando conhecimento e para acesso a importantes políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sendo um importante espaço para sanar dúvidas dos comunitários;

	<p>4. As ações de educação ambiental permitem que o indivíduo e a coletividade construam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente;</p> <p>5. A melhoria na infraestrutura da comunidade, com a instalação de antena de internet, retira a comunidade de uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, ajudando nos casos de emergência e saúde, bem como permitindo acesso a notícias locais e do mundo, bem como no acesso ao conhecimento dado as possibilidades do uso da internet;</p> <p>6. Na comunidade Cafezal foi realizada a implantação de uma Agroindústria para o processamento de castanha-do-Brasil. Foram realizadas consultorias e por meio de parcerias a compra de máquinas e equipamentos, embora a Agroindústria fique localizada na comunidade Cafezal, o alcance dos seus benefícios é estendido também para as associações dos moradores agroextrativistas das comunidades São Raimundo, Redra Branca, Recreio e Panamá da região do Parú (Asmacaru), agregando valor ao produto e aumentando a renda das famílias agroextrativistas.</p>
--	---

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Conceição do Igarapé do Inferno (Pedral)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Apoio para obtenção de crédito rural e financiamento; 3. Criação de Conselho Comunitário; 4. Conhecimento em técnicas de controle de queimadas e manejo de fogo; 5. Palestras sobre consumo consciente de recursos; 6. Assistência para realização do Cadastro Ambiental Rural; 7. Acesso à energia elétrica.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	1. Os comunitários tiveram acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas

	<p>de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar;</p> <p>2. Um dos objetivos dos serviços prestados pelos ATER é a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio de mecanismo de acesso a recursos, o apoio na parte documental para acesso ao crédito e financiamento é uma importante ferramenta para obtenção das linhas de crédito, foi realizado o apoio para obtenção e acesso ao crédito rural, por meio da emissão de laudo para o Banco Amazônia para 04 famílias.</p> <p>3. A criação do conselho comunitário permite que a comunidade se sinta representada pelas lideranças, sendo um meio de expressão dos anseios e necessidades dos comunitários, de forma organizada para a busca de recursos e mobilização de ações em prol de benefícios para a comunidade, com parcerias públicas e privadas;</p> <p>4. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente;</p> <p>5. Também no âmbito das ações de educação ambiental, foi realizada palestra sobre uso consciente de energia elétrica, visando diminuir o desperdício de recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade e educando financeiramente os comunitários, considerando as economias que o consumo consciente proporciona;</p> <p>6. A assessoria dada para realização do Cadastro Ambiental Rural das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais;</p> <p>7. A comunidade foi beneficiada com a extensão da rede de energia elétrica, possibilitando o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas, melhorando a</p>
--	---

	<p>qualidade de vida dos comunitários em diversos âmbitos, como por exemplo: possibilidade de realizar diversas atividades noturnas (estudo, lazer e trabalho), melhora nas condições de conservação dos alimentos e da produção agrícola, acesso à informação via televisão, rádio. E por fim, desestímulo do êxodo rural, considerando os benefícios proporcionados a comunidade.</p>
--	---

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Cujahy (Fé em Deus)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar; 2. 01 família capacitada piscicultura (técnicas básicas e criação), disseminando conhecimentos necessários para uma possível diversificação de produção e geração de renda.

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Eugênio José Gentil Guedes (Nova Vida)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Apoio para obtenção de crédito rural e financiamento; 3. Conhecimento em técnicas de controle de queimadas e manejo de fogo; 4. Mediação de conflitos; 5. Assistência para realização do Cadastro Ambiental Rural.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando

	<p>a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar;</p> <p>2. Um dos objetivos dos serviços prestados pelos ATER é a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio de mecanismo de acesso a recursos, o apoio na parte documental para acesso ao crédito e financiamento é uma importante ferramenta para obtenção das linhas de crédito, foi realizado o apoio para obtenção e acesso ao crédito rural, por meio da emissão de laudo para o Banco Amazônia para 01 família;</p> <p>3. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente;</p> <p>4. Os atendimentos realizados para mediação são efetuados de acordo com demanda espontânea dos comunitários, na busca de solução conciliatória para disputas por direito de posse ou de uso de recursos naturais e promovem um ambiente mais amistoso entre os comunitários, principalmente quando se chega a um acordo por meio da mediação, fortalecendo diretamente a comunidade como um todo.</p> <p>5. A assessoria dada para realização do Cadastro Ambiental Rural das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais</p>
--	--

Grupo Comunitário	Comunidades inseridas na Gleba Fazenda Saracura (Buritizal, Ramal Serra Grande, Recreio, Morada Nova, Km 30, Goela da Morte, Guete, Base, Freguesia, Itaninga, Palheta)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Conhecimento em técnicas de controle de queimada e manejo do fogo; 4. Assistência para realização do Cadastro Ambiental Rural;

	<p>5. Apoio para obtenção de crédito rural e financiamento;</p> <p>6. Melhoria na comunicação.</p>
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<p>1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar. Destaca-se que 13 famílias na comunidade Recreio contempladas com implantação de 10 ha de cultivo de mandioca em área mecanizada.</p> <p>2. As famílias das comunidades Buritizal, Morada Nova, Km 30, Goela e Guete tiveram oportunidade de participar de capacitações em técnicas agroextrativistas de manejo de açaizal nativo. Nas comunidades Goela e Base foram oferecidos treinamento sobre cultura de bananeira, com recebimento de mudas, na comunidade Morada Nova foi ofertada capacitação em avicultura e na comunidade Goela foi ofertado curso de boas práticas de farinha de mesa e de tapioca.</p> <p>3. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários das comunidades: Buritizal, Serra Grande, Recreio, Morada Nova, Km 30 e Goela, tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente.</p> <p>4. A assessoria dada para realização do Cadastro Ambiental Rural das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais.</p> <p>5. Um dos objetivos dos serviços prestados pelos ATER é a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio de mecanismo de acesso a recursos, o apoio na parte documental para acesso ao crédito e financiamento é uma</p>

	<p>importante ferramenta para obtenção das linhas de crédito, foi realizado o apoio para obtenção e acesso ao crédito rural, por meio da emissão de laudo para o Banco Amazônia para 04 famílias da comunidade Km 30 e 01 família da comunidade Goela.</p> <p>6. As condições de comunicação na comunidade Recreio foram melhoradas pela implantação de rádio, proporcionando o acesso a notícias e informações importantes. Já nas comunidades Itanina e Palheta, ocorreu a cessão de aparelho celular e antena para telefonia rural na comunidade, retirando-as uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, principalmente ajudando nos casos de emergência e saúde.</p>
--	---

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Joaquim Nunes de Almeida (Tinguelingue)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Criação de Conselho Comunitário; 3. Assistência para realização do Cadastro Ambiental Rural; 4. Acesso à energia elétrica.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar; 2. A criação do conselho comunitário permite que a comunidade se sinta representada pelas lideranças, sendo um meio de expressão dos anseios e necessidades dos comunitários, de forma organizada para a busca de recursos e mobilização de ações em prol de benefícios para a comunidade, com parcerias públicas e privadas. 3. A assessoria dada para realização do Cadastro Ambiental Rural das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos

	<p>comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais.</p> <p>4. A comunidade foi beneficiada com a extensão da rede de energia elétrica, possibilitando o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas, melhorando a qualidade de vida dos comunitários em diversos âmbitos, como por exemplo: possibilidade de realizar diversas atividades noturnas (estudo, lazer e trabalho), melhora nas condições de conservação dos alimentos e da produção agrícola, acesso à informação via televisão, rádio. E por fim, desestímulo do êxodo rural, considerando os benefícios proporcionados a comunidade.</p>
--	--

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba José Porto de Oliveira (Braço)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Mediação de conflitos; 4. Informação qualificada para o acesso a políticas públicas; 5. Assistência para realização do Cadastro Ambiental Rural; 6. Acesso à internet; 7. Acesso à energia elétrica.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar. Destacando-se as ações de ATER na produção de hortaliças, com implantação e recuperação de estruturas de plásticultura com irrigação através do sistema microaspersão para 01 família; 2. As famílias tiveram a oportunidade de participar de capacitações em técnicas cultivo hidropônico; 3. Os atendimentos realizados para mediação são efetuados de acordo com demanda espontânea dos comunitários, na busca de solução conciliatória para disputas por direito de posse ou de uso de recursos naturais e promovem um ambiente mais amistoso

	<p>entre os comunitários, principalmente quando se chega a um acordo por meio da mediação, fortalecendo diretamente a comunidade como um todo;</p> <p>4. As famílias tiveram acesso a oficinas de compras públicas, possibilitando conhecimento e para acesso a importantes políticas de fortalecimento a agricultura familiar, sendo um importante espaço para sanar dúvidas dos comunitários;</p> <p>5. A assessoria dada para realização do Cadastro Ambiental Rural das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais.</p> <p>6. A melhoria na infraestrutura da comunidade, com a disponibilização de internet por fibra ótica, retira a comunidade de uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, ajudando nos casos de emergência e saúde, bem como permitindo acesso a notícias locais e do mundo.</p> <p>7. A comunidade foi beneficiada com a extensão da rede de energia elétrica, possibilitando o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas, melhorando a qualidade de vida dos comunitários em diversos âmbitos, como por exemplo: possibilidade de realizar diversas atividades noturnas (estudo, lazer e trabalho), melhora nas condições de conservação dos alimentos e da produção agrícola, acesso à informação via televisão, rádio. E por fim, desestímulo do êxodo rural, considerando os benefícios proporcionados a comunidade.</p>
--	---

Grupo Comunitário	Comunidades inseridas na Gleba Panama ou Mapau (Pimental, Estrada Nova, Panaminha, Ramal do zé Queimado, Ramal da Esperança, Encruzo)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Conhecimento em técnicas de controle de queimada e manejo do fogo; 4. Criação de Conselho Comunitário; 5. Apoio para obtenção de crédito rural e financiamento.

Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<p>1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar. Destacando-se as ações de ATER na produção de hortaliças, com implantação e recuperação de estruturas de plásticultura com irrigação através do sistema microaspersão para 01 família na comunidade Pimental;</p> <p>2. As famílias da comunidade Pimental tiveram a oportunidade de participar de capacitações de manejo de açaizal nativo, e para as comunidades Estrada Nova, Panaminha, Zé Queimado e Ramal da Esperança as famílias puderam participar de ações para planejamento para cultivo de cacau. A disseminação de técnicas de manejo sustentáveis e produtivas, reduz a pressão sobre a floresta, e contribui com os serviços ecossistêmicos e promovendo o bem-estar das comunidades;</p> <p>3. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários das comunidades: Pimental, Estrada Nova, Panaminha, e Encruzo, tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente.</p> <p>4. A criação do conselho comunitário permite que a comunidade se sinta representada pelas lideranças, sendo um meio de da expressão dos anseios e necessidades dos comunitários, de forma organizada para a busca de recursos e mobilização de ações em prol de benefícios para a comunidade, com parcerias públicas e privadas.</p> <p>5. Um dos objetivos dos serviços prestados pelos ATER é a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio de mecanismo de acesso a recursos, o apoio na parte</p>

	documental para acesso ao crédito e financiamento é uma importante ferramenta para obtenção das linhas de crédito, foi realizado o apoio para obtenção e acesso ao crédito rural, por meio da emissão de laudo para o Banco Amazônia para 06 famílias da comunidade Pimental e 01 família da comunidade Estrada Nova.
--	---

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Papudo (Vila dos Gatos)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Conhecimento em técnicas de controle de queimada e manejo do fogo; 3. Assistência técnica para realização do Cadastro Ambiental Rural; 4. Melhoria na comunicação; 5. Acesso à energia elétrica.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar; 2. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários das comunidades: Pimental, Estrada Nova, Panaminha, e Incruzo, tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente; 3. A assessoria dada para realização do Cadastro Ambiental Rural das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais;

	<p>4. As condições de comunicação na comunidade foram melhoradas com a cessão de aparelho celular e antena para telefonia rural na comunidade, retirando-as uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, principalmente ajudando nos casos de emergência e saúde;</p> <p>5. A comunidade foi beneficiada com a extensão da rede de energia elétrica, possibilitando o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas, melhorando a qualidade de vida dos comunitários em diversos âmbitos, como por exemplo: possibilidade de realizar diversas atividades noturnas (estudo, lazer e trabalho), melhora nas condições de conservação dos alimentos e da produção agrícola, acesso à informação via televisão, rádio. E por fim, desestímulo do êxodo rural, considerando os benefícios proporcionados a comunidade.</p>
--	--

Grupo Comunitário	Comunidades inseridas na Gleba Samahuma (Serra Pelada, Monte Sião, Matadouro)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Conhecimento em técnicas de controle de queimada e manejo do fogo; 4. Melhoria na comunicação.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar. Destacando-se as ações de ATER na produção de hortaliças, com implantação e recuperação de estruturas de plásticultura com irrigação através do sistema microaspersão para 01 família na comunidade Monte Sião; 2. As famílias da comunidade Serra Pelada Pimental tiveram a oportunidade de participar de capacitações de manejo de açaizal nativo. A disseminação de técnicas de manejo sustentáveis e

	<p>produtivas, reduz a pressão sobre a floresta, e contribui com os serviços ecossistêmicos e promovendo o bem-estar das comunidades;</p> <p>3. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários de Monte Sião tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente;</p> <p>4. As condições de comunicação na comunidade foram melhoradas na comunidade Itananga, com a cessão de aparelho celular e antena para telefonia rural na comunidade, retirando-as uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, principalmente ajudando nos casos de emergência e saúde.</p>
--	---

Grupo Comunitário	Comunidades inseridas na Gleba Santo Antônio da Cachoeira - 01 (São Militão, Bananal, Repartimento dos Pilões, Vila nova)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Conhecimento em técnicas de controle de queimada e manejo do fogo; 4. Criação de Conselho Comunitário; 5. Melhoria na comunicação; 6. Acesso à internet; 7. Melhoria na infraestrutura; 8. Acesso à energia elétrica.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar.

	<p>2. 02 famílias da comunidade Bananal foram capacitadas em piscicultura e 03 famílias em Repartimento dos Pilões foram capacitadas em cultivo hidropônico, proporcionando os conhecimentos necessários para uma possível diversificação de produção e geração de renda.</p> <p>3. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente;</p> <p>4. A criação do conselho comunitário na comunidade São Militão, permite que a comunidade se sinta representada pelas lideranças, sendo um meio de expressão dos anseios e necessidades dos comunitários, de forma organizada para a busca de recursos e mobilização de ações em prol de benefícios para a comunidade, com parcerias públicas e privadas.</p> <p>5. As condições de comunicação na comunidade Bananal foram melhoradas com a cessão de aparelho celular e antena para telefonia rural na comunidade, retirando-a de uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, principalmente ajudando nos casos de emergência e saúde;</p> <p>6. A implantação internet por fibra ótica na comunidade Repartimento dos Pilões traz melhorias na infraestrutura da comunidade, tendo oportunidade para se comunicar mais rápido, ajudando nos casos de emergência e saúde, bem como permitindo acesso a notícias locais e do mundo, bem como no acesso ao conhecimento dado as possibilidades do uso da internet.</p> <p>7. Melhorias na infraestrutura também ocorreram na recuperação de uma ponte que dá acesso a comunidade Repartimento dos Pilões, a recuperação destes acessos facilita a vida dos comunitários, sendo muitas vezes uma opção de trajeto mais curto para as ações do cotidiano;</p> <p>8. As comunidades foram beneficiadas com a extensão da rede de energia elétrica, possibilitando o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas, melhorando</p>
--	---

	a qualidade de vida dos comunitários em diversos âmbitos, como por exemplo: possibilidade de realizar diversas atividades noturnas (estudo, lazer e trabalho), melhora nas condições de conservação dos alimentos e da produção agrícola, acesso à informação via televisão, rádio. E por fim, desestímulo do êxodo rural, considerando os benefícios proporcionados a comunidade.
--	--

Grupo Comunitário	Comunidades inseridas na Gleba São Bento (Planalto, Bandeira)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Capacitação dos comunitários; 3. Informação qualificada para acesso a políticas públicas; 4. Conhecimento em técnicas de controle de queimada e manejo do fogo; 4. Acesso à internet; 5. Assistência para emissão de CAR e DAP; 6. Acesso à energia elétrica; 7. Melhoria na comunicação.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar. 2. 10 famílias da comunidade Bananal foram capacitadas em cultivo hidropônico, proporcionando os conhecimentos necessários para uma possível diversificação de produção e geração de renda. 3. As famílias da comunidade Bandeira tiveram acesso a oficinas de compras públicas, possibilitando conhecimento e para acesso a importantes políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sendo um importante espaço para sanar dúvidas dos comunitários 4. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por

	<p>exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente;</p> <p>5. A implantação de internet por fibra ótica na comunidade Bandeira, proporciona aos comunitários oportunidades para se comunicar mais rápido, ajudando nos casos de emergência e saúde, bem como permitindo acesso a notícias locais e do mundo, bem como no acesso ao conhecimento dado as possibilidades do uso da internet;</p> <p>6. Famílias da comunidade Bandeira tiveram assessoria para realização do Cadastro Ambiental Rural e DAP. O CAR das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais. A DAP é um documento fundamental para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do PRONAF e também pelo menos outras 15 Políticas Públicas do Governo Federal, as ações ATER no âmbito do apoio na emissão do documento, é um mecanismo essencial para fortalecimento da agricultura familiar e apoio no aumento da renda do agricultor;</p> <p>7. As condições de comunicação na comunidade Bandeira foram melhoradas com a cessão de aparelho celular e antena para telefonia rural, retirando-a de uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, principalmente ajudando nos casos de emergência e saúde</p>
--	---

Grupo Comunitário	Comunidade inserida na Gleba Segredo (São Miguel)
Impacto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Conhecimento em técnicas de controle de queimada e manejo do fogo; 3. Apoio para obtenção de crédito rural e financiamento; 4. Assistência para emissão de CAR. 5. Acesso à energia elétrica; 6. Criação de Conselho Comunitário.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real

<p>Mudança no Bem-Estar</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os comunitários tiveram acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar; 2. No âmbito das ações de educação ambiental os comunitários tiveram acesso a palestras sobre combate ao fogo e controle de queimadas, orientando para medidas acessíveis, como por exemplo a execução correta de aceiros, objetivando reduzir os focos de incêndios nas propriedades e disseminar informações sobre os danos causados pelo fogo ao meio ambiente; 3. Um dos objetivos dos serviços prestados pelos ATER é a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio de mecanismo de acesso a recursos, o apoio na parte documental para acesso ao crédito e financiamento é uma importante ferramenta para obtenção das linhas de crédito, foi realizado o apoio para obtenção e acesso ao crédito rural, por meio da emissão de laudo para o Banco Amazônia para 03 famílias; 4. A assessoria dada para realização do Cadastro Ambiental Rural das propriedades além de ser um instrumento parte integrante da regularização ambiental das propriedades, dá aos comunitários um conhecimento aprimorado sobre os limites da sua propriedade e da gestão de seus recursos naturais; 5. A comunidade foi beneficiada com a extensão da rede de energia elétrica, possibilitando o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas, melhorando a qualidade de vida dos comunitários em diversos âmbitos, como por exemplo: possibilidade de realizar diversas atividades noturnas (estudo, lazer e trabalho), melhora nas condições de conservação dos alimentos e da produção agrícola, acesso à informação via televisão, rádio. E por fim, desestímulo do êxodo rural, considerando os benefícios proporcionados a comunidade; 6. A criação do conselho comunitário permite que a comunidade se sinta representada pelas lideranças, sendo um meio de expressão dos anseios e necessidades dos comunitários, de
-----------------------------	---

	<p>forma organizada para a busca de recursos e mobilização de ações em prol de benefícios para a comunidade, com parcerias públicas e privadas.</p>
Grupo Comunitário	<p>Comunidades inseridas na Gleba Serra Grande (Vila Nova - Rio Arraiolos, Ilha de São Paulo)</p>
Impacto	<p>Atendimentos do serviço de assistência técnica e extensão rural realizado pela Fundação Jari com foco no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Agroextrativismo.</p> <p>Realização de ações de educação ambiental para as comunidades.</p> <p>Assessoramento para emissão de DAP.</p> <p>Implantação de internet via fibra ótica na comunidade Vila Nova.</p>
Tipo de Benefício/Custo/Risco	<p>Benefício direto real</p>
Mudança no Bem-Estar	<p>As famílias envolvidas no projeto tiveram acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER).</p> <p>As ações de educação ambiental permitem que o indivíduo e a coletividade construam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.</p> <p>A DAP é um documento fundamental para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do PRONAF e também pelo menos outras 15 Políticas Públicas do Governo Federal, as ações ATER no âmbito do apoio na emissão do documento, é um mecanismo essencial para fortalecimento da agricultura familiar e apoio no aumento da renda do agricultor.</p> <p>Além disso, a melhoria na infraestrutura da comunidade, com a disponibilização de internet por fibra ótica, retira a comunidade de uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, ajudando nos casos de emergência e saúde, bem como permitindo acesso a notícias locais e do mundo.</p>

Grupo Comunitário	Gleba Alzira Antunes Martins ocupantes do Ramal Domingos Reis ⁴¹
Impacto	1. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural; 2. Melhoria na comunicação.
Tipo de Benefício/Custo/Risco	Benefício direto real
Mudança no Bem-Estar	1. Os comunitários tiveram acesso a acesso a conhecimento e tecnologias por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O objetivo foi a inserção de boas práticas de cultivo e manejo integrado das propriedades, visando a melhoria na qualidade, aumento da produtividade e a diversificação da produção familiar. 2. A cessão de aparelho e antena para telefonia rural na comunidade, retira a comunidade de uma zona de isolamento, tendo oportunidades para se comunicar mais rápido, principalmente ajudando nos casos de emergência e saúde.

Cabe salientar que os impactos não se limitaram aos beneficiários das comunidades inseridas na Zona do Projeto, tais como as ações de ATER, treinamentos e capacitações, internet, telefonia rural e criação de conselhos comunitários. E que estes resultados estão demonstrados na seção 4.1.3.

4.1.2 Mitigação dos Impactos Negativos para a Comunidade (CM2.2)

Conforme já esperado o Projeto REDD+ Jari Pará não proporcionou impactos negativos para o bem-estar das comunidades locais, principalmente para aquelas que participam do projeto. O impacto negativo mais relevante identificado na elaboração do projeto, seria a falta de interesse de outras partes interessadas e o aumento do número da população local devido à migração para a área do Projeto, o que foram mitigados pelas seguintes medidas:

- Foi garantido e incentivado o envolvimento de diversas partes interessadas nos processos de tomada de decisão, participando principalmente de oficinas, cursos, treinamentos e diagnósticos realizados pela Fundação Jari. Somado a isso também foi realizado o monitoramento e aprimoramento constante dos canais de comunicação existentes e implantados durante o período monitorado.
- Para a mitigação dos riscos de invasão da propriedade e assegurar que atividades ilegais que ameaçassem os recursos naturais não ocorressem, o projeto apoiou e deu todo suporte

⁴¹ O Ramal Domingos Reis não é uma comunidade formalizada.

necessário para a equipe de vigilância realizar suas patrulhas de campo por vias fluviais e terrestres atuando no combate de atividades ilegais. Além disso, como previsto, o movimento populacional por conta das atividades do projeto e seus impactos relacionados não ocorreram, pois, somente as comunidades já estabelecidas e consolidadas na área puderam participar das atividades do projeto.

Para manutenção e melhoria da Área de Alto Valor para Conservação (AAVC), foram realizadas fiscalizações fundiárias in loco, e remotamente por imagens de satélite. O monitoramento da AAVC Nascente é realizado a partir de vistorias para averiguação da integridade estrutural do habitat no entorno da nascente e da análise da qualidade da água produzida no local, conforme procedimento descrito no item 5.1.4.

Destaca-se que embora as ações do Projeto não tenham gerado um impacto negativo nas comunidades, foi identificado no estudo de Avaliação de Impacto de Projetos Sociais nas comunidades, uma certa insatisfação de alguns comunitários que fizeram parte da amostra. Essa percepção apresentada no estudo reflete principalmente uma certa falta de entendimento do Projeto REDD+, o que não invalida os apontamentos apresentados pelos comunitários e que serão acompanhados pela equipe da Fundação Jari. Em especial, o processo de Consulta Pública frequente que os proponentes passarão a implantar a partir de 2023 será essencial para esclarecer a importância das atividades do Projeto e seu escopo de atuação, bem como o uso do Guia de Monitoramento, documento que trata das definições, informações, responsabilidades e procedimentos relacionados ao Projeto REDD+.

4.1.3 Bem-estar Líquido Positivo para a Comunidade (CM2.3, GL1.4)

As condições socioeconômicas das comunidades impactadas pela execução do Projeto REDD+ Jari Pará são positivas comparando-se um cenário sem o projeto. Os impactos positivos, que ocorreram dentro do período monitorado, estão relacionados com as diversas atividades desenvolvidas e estruturadas nos eixos principais: Assistência Técnica e Extensão Rural, Organização Social e Fortalecimento técnico, apoio nas melhorias de infraestrutura das comunidades, gestão eficiente e processos de transparência.

Durante o período monitorado o Projeto realizou um processo de desenvolvimento socioeconômico para as comunidades engajadas, focando em especial na consolidação das organizações sociais locais, melhoria na infraestrutura das comunidades e o fornecimento de uma ATER diferenciada com foco na diversificação, aumento e comercialização da produção, associadas a atividades com foco social e ambiental.

Nesse intuito treinamentos e capacitações diretas aos produtores foram realizadas a partir estratégias participativas com a construção conjunta de conhecimentos e das técnicas mais apropriadas para as comunidades, maximizando os resultados a serem obtidos e envolvendo continuamente os produtores na gestão.

A metodologia aplicada nessas ações parte do aprimoramento do conhecimento já dominado pelos produtores integrado a informações complementares, dando assim mais autonomia aos produtores. Desse modo, o projeto propiciou os seguintes impactos positivos:

- I. Produtores capacitados em melhores técnicas de produção e beneficiamento de produtos agrícolas;
- II. Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural direcionadas a realidade de cada comunidade;
- III. Criação de novos espaços de participação gerando oportunidades de comunicação direta com outras partes interessadas;
- IV. Acesso a oficinas e treinamentos em técnicas agroflorestais e agrícolas, dando acesso a diversas tecnologias de produção;
- V. Aumento do conhecimento e habilidades em sistemas agroflorestais, produção agrícola e REDD+;
- VI. Educação ambiental em diversos temas, auxiliando os processos do indivíduo e a coletividade construírem conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente;
- VII. Facilitação no acesso a políticas públicas;
- VIII. Conhecimento em técnicas de controle de queimadas e manejo de fogo;
- IX. Criação de Conselhos Comunitários;
- X. Melhoria dos sistemas de energia e comunicação e infraestrutura das comunidades, beneficiando diretamente 655 famílias.

Já os principais impactos positivos indiretos atingidos nesse período de monitoramento foram: Empoderamento da gestão dos recursos, aumento da autoestima e confiança, maior acesso a políticas públicas locais, maiores oportunidades de acesso a créditos (empréstimos), recursos naturais utilizados de forma consciente, fixação da comunidade rural no campo e conseqüente redução do êxodo rural e marginalização urbana, atenuação de riscos de eventos climáticos extremos, aumento da disponibilidade e acesso seguro à alimentos, aproximação e diálogo com agentes públicos, redução da pobreza, aumento do poder do consumidor e aumento do bem-estar social.

4.1.4 Outros Impactos Sociais Gerados na Comundiade

Além das atividades desenvolvidas objetivando os benefícios esperados pelo projeto REDD+ Jari Pará, a Fundação Jari, desenvolve outras atividades com foco na promoção do desenvolvimento humano nas comunidades situadas na região em que o Grupo Jari atua.

Durante o período monitorado, os proponentes compreenderam que a atuação da Fundação Jari não se limita ao trabalho com comunitários no campo e na proteção direta da floresta. Sendo assim, as atividades e indicadores dos projetos REDD+ que ocorrem no Vale do Jari, foram incorporados na estrutura organizacional da Fundação. De forma que, além da demonstração de resultado com o trabalho de

conservação da floresta direta, o projeto incentiva outras ações com outras partes interessadas, principalmente de cunho de assistência social, que geram um impacto positivo indireto ao projeto.

Isso ocorre através da atuação da Fundação Jari para o desenvolvimento humano e sustentável, que é promovida por meio de Programas e Projetos de forma gratuita, priorizando além das ações no campo da geração de trabalho e renda como estratégia para o combate à pobreza, atua também na base do desenvolvimento, incentivando e fortalecendo Políticas Públicas e Organizações Sociais nos campos da Garantia de Direitos, Saúde, Educação, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura. Objetivando-se democratizar o acesso à informação para as pessoas das comunidades locais oferecendo serviços de orientações para o conhecimento dos direitos básicos e das políticas públicas disponíveis, fortalecer o acesso aos serviços públicos e ações de cidadania e bem-estar social através do assessoramento aos conselhos setoriais e de direitos e iniciativas de educação social, de forma integrada com ações de qualificação profissional, inclusão produtiva e assistência Técnica e Extensão Rural.

Somado a isso, a Fundação Jari é reconhecida como Entidade de Assistência Social, atua em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Resolução-CNAS nº 27/2011 e Recomendação da Nota Técnica nº 10/2018- - Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos, Nota Técnica nº 03/2017 – Atividades e Serviços Socioassistenciais executados no Meio Rural.

Para contribuir com fortalecimento das políticas públicas e do processo de organização das comunidades, nos três níveis do desenvolvimento humano e sustentável (Social Econômico e Ambiental); a Fundação Jari atua como agente facilitador de oportunidades, por meio de medidas de articulação institucional público-privada; da capacitação e desenvolvimento de lideranças sociais; da qualificação profissional e empreendedorismo local, da geração de trabalho e renda; e da educação e mobilização social para a conservação da floresta. Com a implementação dessas diferentes medidas, de maneira integrada, é possível influenciar mudanças de comportamento por parte das famílias e comunidades, com relação à superação da condição de pobreza e de violação dos seus direitos sociais.

Com isso, os outros impactos sociais gerados às comunidades podem ser identificados através das seguintes atividades:

O **Projeto Estação de Direitos** se propõe a contribuir com a Política de Assistência Social no Vale do Jari, fazendo parte da rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Obedecendo os parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme a Resolução CNAS nº 109/2009, atuando com oferta de serviços gratuitos de Assessoramento Defesa e Garantias de Direitos, em três frentes: Balcão de Direitos, Escritório Social e Controle Social.

O **Balcão de Direitos**, que é uma estratégia da Fundação Jari de atuar na orientação ao acesso às políticas públicas para toda comunidade, há a mediação, orientações e encaminhamentos para rede socioassistencial, mediante as violações dos direitos fundamentais humanos e de maneira especial às crianças, adolescentes e famílias.

Entre as atividades realizadas no período monitorado, objetivando suprir as necessidades da comunidade em diversos aspectos foram realizados atendimentos nos escopos:

Saúde: apoio no agendamento de consultas médicas, cirurgias e direito a tratamentos e serviços médicos especializados, atividades de prevenção (palestras, rodas de conversa).

Social: encaminhamento a assistência social, orientação para obtenção documentos, apoio em ações junto ao conselho tutelar, orientação para denúncias, entre outros.

Trabalho: elaboração de currículos, apoio nas inscrições para cursos profissionalizantes, impressão de documentos.

O **Escritório Social**, realiza assessoramentos técnicos as instituições sociais, focados nas capacitações de equipes, elaboração de planejamentos, escrita, atualização de projetos para captação de recursos financeiros, editais de fomento e mobilização de recurso. A Fundação Jari analisa e prioriza as entidades que já estejam desenvolvendo algum projeto na comunidade tanto na área da Assistência Social, quanto na área de Sistema de Garantia de Direitos. O público-alvo direto das entidades assessoradas são preferencialmente, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoa com deficiência, LGBTQIA+ e idosos, e indiretamente, suas famílias. O assessoramento é realizado de forma gratuita as entidades e organizações, sendo o único quesito obrigatório para receber o assessoramento é que essas entidades ofertem também serviços gratuitos à comunidade.

Quanto a atuação no **Controle Social**, com participação ativa da Fundação Jari como representante da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais de Assistência Social, nos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescentes, Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Redes de Enfretamento ao abuso e exploração sexual de Criança e Adolescente e Comissões Intersetoriais do SELO UNICEF, através de ações conjuntas a nível Inter setoriais com o poder público e sociedade civil organizada, fortalecendo o Sistema de Garantia e Proteção dos direitos-SGD. A Figura 9 apresenta um resumo do alcance dessas atividades.

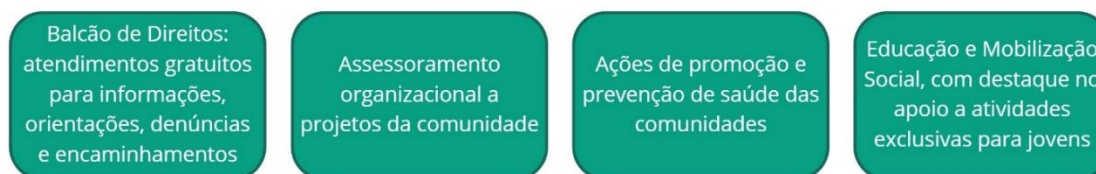


Figura 9. Resumo das atividades desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento comunitário.

Além das atividades mencionadas, a Fundação realizou ações de doações de cesta básica para comunitários em situação de vulnerabilidade e doação de materiais para atividades produtivas, bem como, doações de equipamentos a importantes instituições das comunidades.



Figure 10. Projeto Menino Nota 10, organização assessorada pelo Escritório Social.



Figure 11. Assistência à saúde, entrega de medicamentos.



Figure 12. Divulgação de atividades de formação de jovens para liderança.



Figure 13. Cestas básicas para doação.

4.1.5 Proteção de Altos Valores de Conservação (CM2.4)

Durante o período monitorado não foram identificados impactos nos atributos de alto valor para a conservação relacionados as questões sociais (AAVCs 5 e 6). No entanto, caso estes venham a ser identificados em algum momento futuro, medidas devem ser tomadas para a garantia de que não haja impactos líquidos negativos aos atributos.

Destaca-se uma atenção especial aos Castanhais. A castanha-do-brasil merece um cuidado especial principalmente, pois juntamente com outros produtos florestais não-madeireiros, como copaíba e

andiroba, possuem uma importância como fonte de recursos de renda para as comunidades tradicionais locais. Por essa razão, qualquer espécie de árvore valiosa para o sustento das comunidades deve ser protegida. E, além do compromisso do Grupo Jari, a castanha-do-brasil ainda é protegida por lei federal brasileira (Decreto Federal nº 5.975 de 30 de novembro de 2006), o que configuraria uma atividade ilegal a derrubada desta árvore. Os castanhais das comunidades Cafezal e Arumanduba já possuem seu mapeamento total realizado.

Atualmente os mapeamentos de perímetro dos castanhais vem ocorrendo por demandas nas comunidades, muitas vezes geradas em conflitos que são mediados pelo Núcleo Intersectorial de Mediação de Conflito da Fundação Jari, que atua na busca de solução conciliatória para disputas entre civis, por direito de posse ou de uso de recursos naturais (limites de terreno e direito de uso de castanhais). Atividades desenvolvidas pelo Núcleo vão desde a realização de audiências de mediação, coleta de pontos (GPS) com coordenadas em UTM do perímetro do castanhal para elaboração de mapas e coletas de pontos (GPS) delimitação correta das divisas de posses legítimas, conforme documento Oficial do Estado.

No âmbito dos Conselhos Comunitários, foi construído o documento das Regras de Uso de Castanhais, um instrumento formal, elaborado de forma participativa na comunidade entre as famílias, onde se estabeleceram regras de convivência que visem o respeito no uso coletivo dos recursos naturais pela comunidade. O manejo sustentável dessas áreas é primordial para garantia da continuidade da sua produção.

4.2 Impactos Sobre Outros Atores

4.2.1 Mitigação dos Impactos Negativos sobre Outros Atores (CM3.2)

Considerando as ações implementadas no Projeto REDD+ Jari Pará, não eram esperados impactos negativos sobre outros atores, e os mesmos não foram identificados no período monitorado.

Todavia, como medida mitigadora de possíveis impactos, o Projeto apresenta como estratégia envolver a participação de diversos atores nas atividades e nos processos de tomada de decisão. Além disso, há o procedimento de resolução de conflitos, que tem se mostrado efetivo, e atores externos dispõem de diversos canais, seja por telefone, e-mail ou presencialmente para apontamento de críticas e/ou sugestões.

4.2.2 Impactos Líquidos sobre Outros Atores (CM3.3)

Conforme descrito e detalhado na seção 4.2.1, outros impactos negativos ao bem estar de outros grupos de atores locais não são previstos, e nem ocorreram no período monitorado, já que o Projeto não limita o acesso aos recursos naturais na área do Projeto de nenhum agente originalmente dependente desses recursos, e as atividades a serem realizadas em relação às comunidades do entorno se baseiam, principalmente, em articulação com órgãos governamentais e outras instituições locais justamente para a

promoção de melhoria nas condições de vida, maior acesso a políticas públicas e a extensão e assistência técnica rural. As atividades delineadas e propostas para este Projeto anseiam apenas impactos que promovam a inclusão e o bem-estar às comunidades e às outras partes envolvidas.

4.3 Monitoramento dos Impactos sobre as Comunidades

4.3.1 Plano de Monitoramento para as Comunidades (CM4.1, CM4.2, GL1.4, GL2.2, GL2.3, GL2.5)

O monitoramento de impactos do Projeto sobre as comunidades e outros atores é uma importante ferramenta de gestão, possibilitando a avaliação da eficácia das atividades na obtenção dos objetivos propostos.

Foi desenvolvido o Guia de Monitoramento Programa REDD+ Vale do Jari, que será a principal ferramenta do monitoramento e tem como objetivo descrever, institucionalizar e orientar o controle e registro entre as partes interessadas de como deve ser realizado o monitoramento dos projetos REDD+ estabelecidos no Vale do Jari, levando em consideração as adaptações necessárias a realidade, bem como o estabelecimento de atribuições e responsabilidades de forma mais precisa e transparente de cada parte interessada nesse processo, e detalha como deve ser o método de levantamento das evidências para cada indicador. Durante o período monitorado, o registro das evidências do monitoramento foi realizado pelos técnicos da Fundação Jari.

As atividades realizadas pelo Projeto REDD+ Jari Pará, assim como o monitoramento visam acessar a efetividade das intervenções focadas: **engajamento de atores locais e partes interessadas, fortalecimento do associativismo, promoção da assistência técnica rural, fortalecimento da Fundação Jari e melhorias nos sistemas de comunicação e energia**. O monitoramento dos benefícios às comunidades apresenta cinco componentes:

- Monitoramento do **engajamento de atores**, que visa monitorar a implementação das atividades vinculadas à articulação e engajamento de instituições e entidades (governamentais, não-governamentais e privadas) para facilitação das comunidades no acesso a políticas públicas, serviços básicos e desenvolvimento rural, a partir da constituição das câmeras técnicas;

- Monitoramento do **fortalecimento do associativismo**, com foco nas atividades (cursos, treinamentos e articulações) desenvolvidas para o fortalecimento do associativismo, seus resultados e impactos;

- Monitoramento das **atividades para articulação dos serviços de assistência técnica rural**, monitorando o resultado no aumento da diversificação, da produtividade agroextrativista e implementação de técnicas e tecnologias mais sustentáveis, bem como o acesso ao mercado;

- Monitoramento das atividades de **Fortalecimento da Fundação Jari**, monitorando o resultado no aumento da eficácia das ações de desenvolvimento de negócios de impacto juntamente com as comunidades;

- Monitoramento das atividades de melhorias no fornecimento de energia e comunicação para as comunidades, monitorando os resultados dos esforços de articulação junto ao poder público para o acesso ao programa Luz para Todos e os resultados da instalação dos pontos de acesso a telefonia e internet nas comunidades.

A seguir são apresentados os resultados do período monitorado.

Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável:

Diversas ações do Projeto buscaram apoiar o fortalecimento da agricultura familiar e o extrativismo sustentável, fazendo com que as famílias permaneçam no campo, com a aplicação de técnicas de manejo sustentável do solo, aliado à conservação dos recursos naturais, considerando ainda aspectos sociais e econômicos, como a cultura da agricultura familiar e a independência para comercialização dos produtos.

Destacam-se neste período as assessorias ATER, que incluíram desde a visitas técnicas para apoio e disseminação de conhecimento nas atividades diárias no campo, à auxílio voltado a regularização ambiental das propriedades (realização de Cadastro Ambiental Rural – CAR), apoio na obtenção de crédito rural (emissão de laudos), apoio na obtenção de licenças para atividades produtivas (Licença Ambiental Rural – LAR) e apoio na emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, documento de identificação da agricultura familiar, fundamental para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e também pelo menos outras 15 Políticas Públicas do Governo Federal, incluindo o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). No ano de 2021 o Projeto deu assistência para 05 agricultores familiares, de 04 comunidades, acessarem o PNAE como fornecedores no ano de 2021.



Figura 14. Assistência Técnica Rural: Unidade de multiplicação de estacas de mandioca na comunidade Cafezal.

Além disso as ações ATER são estendidas para as atividades de doação de adubos e insumos para os produtores, objetivando auxiliar a produção agrícola, sendo um dos meios de garantia da manutenção de subsistência e geração de renda. Na sequência estão detalhados os indicadores e resultados obtidos pelo Projeto. No período monitorado, aproximadamente 900 pessoas receberam assistência técnica voltada para as atividades de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Extrativismo Sustentável.

Dado/ Parâmetro	Número de produtores beneficiados pelo Projeto REDD+													
Unidade do Dado	Número de pessoas envolvidas													
Fonte do Dado	Fichas de assessoramento ATER e listas de presença													
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foi contabilizado o número de pessoas que receberam atendimento ATER voltado as atividades de agricultura familiar e extrativismo sustentável, com base nas fichas de assessoramento ATER e listas de presença													
Frequência de monitoramento/ registro	Anual													
Valor monitorado	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Nº de pessoas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>402</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>303</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>254</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>60</td> </tr> </tbody> </table>		Ano	Nº de pessoas	2018	402	2019	303	2020	42	2021	254	2022	60
Ano	Nº de pessoas													
2018	402													
2019	303													
2020	42													
2021	254													
2022	60													
Método de cálculo	Contagem das pessoas envolvidas													
Comentários	<p>O número de pessoas foi contabilizado pelos nomes presentes nas fichas de assessoria ATER e lista de presença relacionadas as atividades de assistência técnica voltada para a agricultura familiar e extrativismo, tais como: atendimentos em campo, doação de insumos, inventário florestal, atendimentos para emissão de CAR, DAP, crédito rural, reuniões de assessoria.</p> <p>Cabe ressaltar que as fichas são preenchidas a mão, sendo assim, em alguns casos não foi possível compreender nome e/ou assinatura, o que resulta em uma margem de erro na contabilização do dado, expressa para menos. Com a implantação do aplicativo ATER, para o próximo período monitorado, estes dados serão extraídos de forma digital, diminuindo assim essas inconsistências nos dados.</p>													

Adicionalmente, cursos e capacitações foram oferecidos em temas diversos: avicultura, açaicultura, cacaucultura, piscicultura, manejo, beneficiamento, processamento, entre outras, capacitando

os comunitários com técnicas mais produtivas e sustentáveis, apresentando possibilidades de diversificação de renda. Bem como, palestras e reuniões foram oferecidas a respeito de algumas temáticas, incluindo: obtenção de crédito rural e políticas públicas, embora não sejam denominados como cursos e treinamentos, essas atividades são importantes ferramentas para a capacitação do produtor rural, pois são o espaço onde todas as informações e orientações são apresentadas, sendo o canal mais acessível para sanar as dúvidas dos produtores. Mais do que ofertar apoio as partes interessadas (o que é feito no âmbito das atividades ATER), estas palestras e reuniões objetivam disseminar o conhecimento e torná-los aptos a buscar o acesso tanto as políticas públicas, quanto ao crédito rural.

Dado/ Parâmetro	Número de cursos e capacitações												
Unidade do Dado	Número												
Fonte do Dado	Lista de Presença												
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foi contabilizado o número de cursos e capacitações realizados objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e extrativismo sustentável, tais como treinamentos, oficinas, workshops, reuniões, entre outros.												
Frequência de monitoramento/ registro	Anual												
Valor monitorado	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Nº de capacitações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>7</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Nº de capacitações	2018	18	2019	7	2020	0	2021	8	2022	7
Ano	Nº de capacitações												
2018	18												
2019	7												
2020	0												
2021	8												
2022	7												
Método de cálculo	Contagem do número de cursos e capacitações por meio das listas de presença e fichas de inscrição												
Comentários													

Dado/ Parâmetro	Número de participações
Unidade do Dado	Número
Fonte do Dado	Atas, lista de presença
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foi contabilizado o número de participações nas capacitações oferecidas. Algumas capacitações foram oferecidas com mais de um dia de duração, nesses casos, foi obtida uma média do número de participações considerando todos os dias.
Frequência de monitoramento/ registro	Anual

Valor monitorado	Ano	Nº de participações
	2018	387
	2019	137
	2020	0
	2021	146
	2022	87
Método de cálculo	Contagem do número de pessoas capacitadas por meio das listas de presença. Em casos de cursos de longa duração, foi considerada a média de participação de todos os dias para obtenção do número.	
Comentários		

Por meio da assistência técnica oferecida 10 cadeias produtivas foram implementadas/incentivadas, sendo elas: açaicultura, avicultura, cacauicultura, extrativismo de castanha, fruticultura, horticultura, mandiocultura, piscicultura, silvicultura, suinocultura, visando a diversificação da produção agrícola familiar e atividades de uso sustentável da floresta, aumento da produtividade familiar e da geração de renda, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e garantia de segurança alimentar e econômica para as famílias.



Figura 15. Açaicultura: cadeia produtiva incentivada pelo Projeto REDD+ Jari Pará.

Dado/ Parâmetro	Quantidade de cadeias produtivas implementadas e/ou incentivadas pelo Projeto
Unidade do Dado	Quantidade de produtos

Fonte do Dado	Fichas de assessoramento ATER e relatórios	
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foram contabilizadas as cadeias produtivas implementadas por meio das fichas de assessoramento ATERs e relatórios de atividades e ATER	
Frequência de monitoramento/ registro	Anual	
Valor monitorado	Ano	Nº de cadeias
	2018	6
	2019	8
	2020	3
	2021	9
	2022	3
Método de cálculo	Contagem de cadeias implementadas (por produto)	
Comentários		

Programa de Educação Ambiental

Diversas estratégias foram utilizadas para a promoção da educação ambiental, em especial o controle do fogo e prevenção de incêndios foi o tema mais abordado nas campanhas, objetivando reduzir o número de focos de incêndio nas propriedades rurais, por se tratar de uma questão de preocupação dos comunitários, as palestras tinham como foco orientar ações preventivas e de combate ao fogo, incentivando o uso de técnicas e alternativas de manejo menos agressivas ao meio ambiente,

Também foram realizadas palestras com fogo no consumo consciente, na regularização ambiental e recuperação de áreas degradadas, algumas destas atividades se estenderam a escolas da região, alcançando assim um público maior, que poderá ser multiplicador dessas informações principalmente para o futuro da região.

No total foram 38 ações de educação ambiental, que alcançaram um número expressivo de 768 participações nas atividades, que se dividiram em: 27 palestras sobre prevenção de incêndio, controle e combate ao incêndio florestal; 04 palestras sobre consumo consciente de energia elétrica e água; 02 palestras sobre Áreas de Proteção Permanente, Unidades de Conservação e Reserva Legal; 05 ações de cinema comunitário.

Espera-se com isso, aumentar a sensibilização dos comunitários frente as questões ambientais, bem como, proporcionar a eles um maior conhecimento de técnicas mais sustentáveis de manejo, e das políticas ambientais, tornando as comunidades protagonistas e fortalecendo o desenvolvimento de políticas públicas estratégicas locais.

Dado/ Parâmetro	Número de cursos e capacitações (Palestras, campanhas e workshops com o tema educação ambiental sobre degradação ambiental, recuperação de áreas degradadas, prevenção de incêndios, adaptação à legislação ambiental, entre outros)
-----------------	--

Unidade do Dado	Número												
Fonte do Dado	Atas, Relatórios de atividades, Lista de Presença												
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foi contabilizado o número de atividades realizadas com foco na educação ambiental (palestras e cinema comunitário)												
Frequência de monitoramento/ registro	Anual												
Valor monitorado	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Nº de cursos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>24</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Nº de cursos	2018	14	2019	24	2020	0	2021	0	2022	0
Ano	Nº de cursos												
2018	14												
2019	24												
2020	0												
2021	0												
2022	0												
Método de cálculo	Contagem do número de cursos e capacitações												
Comentários													

Dado/ Parâmetro	Número de participações												
Unidade do Dado	Número												
Fonte do Dado	Lista de presença												
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foi contabilizado o número de participações as atividades de educação ambiental por meio das listas de presença.												
Frequência de monitoramento/ registro	Anual												
Valor monitorado	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Nº de participações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>271</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>497</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Nº de participações	2018	271	2019	497	2020	0	2021	0	2022	0
Ano	Nº de participações												
2018	271												
2019	497												
2020	0												
2021	0												
2022	0												
Método de cálculo	Contagem do número de participações												
Comentários													

Fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades:

Foram contabilizadas todas as ações que visaram a promoção do fortalecimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades, desde reuniões a cursos sobre o tema, especialmente as atividades realizadas no âmbito das associações já consolidadas, buscando fortalecer ainda mais essa estrutura organizacional.

Dado/ Parâmetro	Número de cursos e capacitações
Unidade do Dado	Número

Fonte do Dado	Atas, relatórios de atividades, listas de presença		
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foram contabilizados os cursos e atividades que estavam atreladas ao associativismo e cooperativismo, entre elas: cursos realizados no âmbito das associações, oficinas com comunitários e reuniões com as lideranças e associações.		
Frequência de monitoramento/ registro	Anual		
Valor monitorado	Ano	Nº de atividades	
	2018	4	
	2019	0	
	2020	0	
	2021	33	
	2022	5	
Método de cálculo	Contagem do número de cursos e capacitações realizados		
Comentários			

Dado/ Parâmetro	Número de participações		
Unidade do Dado	Número		
Fonte do Dado	Atas, relatórios de atividades, listas de presença		
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foram contabilizadas as participações em atividades que estavam atreladas ao associativismo e cooperativismo, entre elas: cursos realizados no âmbito das associações, oficinas com comunitários e reuniões com as lideranças e associações.		
Frequência de monitoramento/ registro	Anual		
Valor monitorado	Ano	Nº de capacitações	
	2018	87	
	2019	0	
	2020	0	
	2021	527	
	2022	65	
Método de cálculo	Contagem do número de participações		
Comentários			

A participação de mulheres sempre é incentivada nas atividades do Projeto, principalmente para ocupar cargos de liderança. Até o momento as Atas de assembleia e de constituição são os únicos instrumentos disponíveis para mensurar o número de mulheres envolvidas nas associações/ cooperativas beneficiadas, o que justifica que nos anos em que a informação está indisponível, reflete a ausência deste

registro e não necessariamente a falta de ações neste escopo. A justificativa da metodologia de contabilização deste indicador também está expressa detalhadamente na seção Pequenas Alterações na Descrição do Projeto (*Rules 3.5.6*)2.1.2.

Dado/ Parâmetro	Número de mulheres envolvidas nas associações/ cooperativas beneficiadas pelo Projeto REDD+													
Unidade do Dado	Número													
Fonte do Dado	Atas das associações/ cooperativas													
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	O levantamento foi feito através da contabilização das atas que indicavam mulheres nos cargos das associações/cooperativas													
Frequência de monitoramento/ registro	Anual													
Valor monitorado	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Nº de mulheres</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>31</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		Ano	Nº de mulheres	2018	0	2019	0	2020	0	2021	31	2022	0
Ano	Nº de mulheres													
2018	0													
2019	0													
2020	0													
2021	31													
2022	0													
Método de cálculo	Número de mulheres em cargos nas associações/cooperativas													
Comentários														

Estruturação dos Núcleos cooperativos das Comunidades:

No total, 10 associações/ cooperativas foram beneficiadas no período monitorado, sendo 06 que receberam assessoramento: COOPMAR – Cooperativa dos Produtores Extrativistas de Madeira de Almeirim e Região; COOPNHARIN – Cooperativa de Trabalho e Artefatos Naturais do Rio das Castanhas; CYPOS; Extrativistas de Açaí; Grupo SEARA e Agulhas Versáteis. E 04 associações receberam apoio para regularização: APROSAN – Associação dos Produtores Agroextrativistas e Pescadores Artesanais da comunidade Santa Luzia do Taiassuy; APRAFA – Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Agricultura Familiar; ATEAEPa – Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Pará e Amapá e COPABAM - Cooperativa Dos Produtores e Produtoras Agroextrativistas do Baixo Amazonas.

Dado/ Parâmetro	Número de associações/cooperativas beneficiadas pelo Projeto REDD+
Unidade do Dado	Número de associações/ cooperativas
Fonte do Dado	Relatórios de atividades

Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	O levantamento foi feito por meio da contabilização dos relatórios de atividades	
Frequência de monitoramento/registro	Anual	
Valor monitorado	Ano	Nº de associações
	2018	2
	2019	3
	2020	3
	2021	10
	2022	3
Método de cálculo	Contagem do número de associações/cooperativas beneficiadas	
Comentários		

Instalação de eletricidade nas comunidades:

Desde 2017 que a Fundação vem ativamente contribuindo na inclusão das comunidades rurais do Município de Almeirim na política pública de democratização do acesso à energia rural, realizando atividades de mapeamento das comunidades e melhorias de ramais e estradas para as Empresas de energia elétrica implantarem o programa "Luz para todos", realizando a extensão da rede elétrica.

Durante o período monitorado 10 comunidades foram beneficiadas com implantação do sistema de energia elétrica, sendo elas: Braço, Bandeira, Vila Nova, Repartimento, Vila dos Gatos, Ting Lingue, São Miguel, Pedral, São Militão e Bananal (MTD), resultando na melhoria das condições de vida de 504 famílias.

Dado/ Parâmetro	Número de produtores beneficiados pelo Projeto REDD+
Unidade do Dado	Número de famílias envolvidas
Fonte do Dado	Relatórios de atividades
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foi contabilizado o número de comunidades que foram beneficiadas pela instalação de energia elétrica por meio dos relatórios de atividades da Fundação Jari, e o número de famílias foi contabilizado de acordo com o último levantamento do estudo socioambiental (iniciado em 2019 e concluído em 2022).
Frequência de monitoramento/registro	Anual

Valor monitorado	Ano	Nº de comunidades
	2018	0
	2019	116
	2020	388
	2021	0
	2022	0
Método de cálculo	Contagem do número de famílias beneficiadas	
Comentários		

Instalação de infraestrutura de comunicação para as comunidades:

Foi implantado sistema de telefonia rural via celular nas comunidades: Itaninga, Acarapi, Santa Rosa (2019), e Buritizal I, Vila dos Gatos, Palheta, Matadouro, Estrada da Bauxita⁴², Bananal (MTD) e Bandeira (2021). E Internet nas comunidades: Santa Rosa, Cafezal, Bananal (Rio Parú) (2020), Braço e Bandeira (2021) e Vila Nova e Repartimento (2022).

No total, 14 comunidades tiveram melhorias de infraestrutura nos seus meios de comunicação, beneficiando 442 famílias.

Dado/ Parâmetro	Número de produtores beneficiados pelo Projeto REDD+	
Unidade do Dado	Número de famílias envolvidas	
Fonte do Dado	Relatórios de atividades e termos de cessão e uso de equipamentos	
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Foi contabilizado o número de comunidades beneficiadas com melhorias na comunicação por meio dos relatórios de atividades da Fundação Jari e termos de cessão de equipamentos. O número de famílias foi contabilizado de acordo com o último levantamento do estudo socioambiental (iniciado em 2019 e concluído em 2022)	
Frequência de monitoramento/ registro	Anual	
Valor monitorado	Ano	Nº de comunidades
	2018	0
	2019	57
	2020	73
	2021	285
	2022	60
Método de cálculo	Contagem do número de famílias beneficiadas	

⁴² A Estrada da Bauxita (Ramal Domingos Reis) não é uma comunidade formalizada, por esse motivo o número de famílias que ocupam a região não foi levantamento pelo diagnóstico socioambiental neste momento, sendo assim número de famílias beneficiadas nesta localidade não está expresso no indicador.

Comentários

4.3.2 Disseminação do Plano de Monitoramento (CM4.3)

Como já descrito na seção 3.3.2, o Projeto REDD+ Jari Pará implementou três métodos de comunicação, visando garantir o acesso aos documentos e a todas as outras informações do Projeto às comunidades e outros atores através da forma oral, escrita e virtual. Destaca-se o Guia de Monitoramento, como uma das ferramentas de divulgação/ disseminação, apresentando atividades, indicadores e práticas para realizar o monitoramento de atividades.

Os resultados foram divulgados em uma versão virtual onde os documentos relacionados ao monitoramento foram disponibilizados através do site e website da Verra, newsletter e mídia social da Biofílica, e oralmente das apresentações sobre os resultados do projeto, durante o processo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), assim como, está planejado que os resultados serão divulgados às comunidades de forma mais didática, por meio de um resumo do Guia de Monitoramento e na realização de consultas públicas anuais, onde será discutido os resultados do Projeto, promovendo uma avaliação participativa das entregas e sugestões, e serão levantados pontos de melhoria que poderão ser incrementados no planejamento do ano posterior, garantindo o engajamento das comunidades no processo decisório.

4.4 Opcional: Benefícios excepcionais para a comunidade

Não se aplica. Este projeto não pretende ser validado para o Nível Ouro desta seção.

5 BIODIVERSIDADE

5.1 Impactos Líquidos positivos sobre a biodiversidade

5.1.1 Mudanças na Biodiversity (B2.1)

Mudança na Biodiversidade	Redução do desmatamento e degradação florestal				
Mudança Monitorada	Durante o período monitorado, foi identificado que o desmatamento previsto na linha de base era maior do que o ocorrido, em outras palavras, houve uma redução do desmatamento não evitado e não planejado tanto na área do projeto quanto no cinturão de vazamento.				
	Ano	Área do Projeto		Cinturão Vazamento	
		Área desmatada projetada	Área desmatada ocorrida	Área desmatada projetada	Área desmatada ocorrida

	2018	1.306	578	2.464	257
	2019	1.399	420	2.411	678
	2020	1.394	609	2.319	288
	2021	1.547	305	2.246	415
	2022	1.615	327	2.210	167

Uma mudança total de 7.261 ha na Área de Projeto e 11.650 ha no Cinturão de Vazamento, causada pelo desmatamento, foi prevista na linha de base. Entretanto, de acordo com os dados de monitoramento desde relatório, a mudança total que realmente ocorreu foi de 2.238 ha na Área de Projeto e 1.805 ha no Cinturão de Vazamento, representando 69% e 85% menos do que o esperado, respectivamente.

A consequente redução de áreas desmatadas implicou também em mudanças qualitativas, como a conservação e manutenção da integridade da floresta e dos processos ecológicos existentes, reduzindo a erosão do solo, contribuindo para a conservação da qualidade hídrica, mantendo a variabilidade genética das espécies vegetais e animais, importante para a resiliência a pragas e doenças, polinização e regulação climática, reduzindo os riscos de extinção e conservando a cobertura florestal, que atua como um escudo protetor contra ventos e tempestades.

Justificativa da mudança

O levantamento dos dados de desmatamento e a verificação de acuraria, via imagens de satélite e em campo são descritos no MR-VCS detalhadamente. Além do monitoramento da cobertura florestal por imagens de satélite, outras atividades influenciaram nos resultados obtidos durante o período monitorado: a realização frequente de rondas de patrulhamento pela equipe de vigilância, que fortalece a governança da propriedade, e o maior alinhamento com as comunidades nas atividades de assistência técnica e extensão rural, oficinas e treinamentos e na melhoria dos canais de comunicação.

Mudança na Biodiversidade	Conservação da Biodiversidade
Mudança Monitorada	Os resultados do monitoramento de biodiversidade realizado no período monitorado estão em fase final de avaliação e consolidação, por isso, os dados finais atualizados do monitoramento realizado pelo IFAP na Zona do Projeto será incluso na versão final da documentação do CCB, bem como será disponibilizado ao VVB.
Justificativa da mudança	Como conclusão da análise do monitoramento de biodiversidade, é esperado que se demonstrem os impactos positivos sobre a conservação da biodiversidade como resultado das ações de contenção do desmatamento, e pela realização de atividades junto às comunidades, focando no uso sustentável dos recursos naturais e na manutenção da floresta, e pelo desenvolvimento

	das pesquisas científicas que resultam em conhecimento da biodiversidade local.
--	---

5.1.2 Ações Mitigadoras (B2.3)

O projeto REDD+ Jari Pará atua principalmente na manutenção do habitat das espécies presentes na zona do Projeto, buscando reduzir e controlar as ameaças sofridas pela comunidade biótica presente na área. Os dados levantados para os estudos relacionados à biodiversidade, no início da concepção do projeto, foram satisfatórios no sentido de avaliar o atual contexto de conservação da biodiversidade na Zona do Projeto, entorno, e com foco para a Área do Projeto.

Visto esse contexto, com o objetivo de avaliar as variações que ocorre na comunidade biótica ao longo das modificações florestais, foi firmada uma parceria com o Instituto Federal do Amapá (IFAP) que realizará os monitoramentos frequentes de fauna e flora na região, até a conclusão desse draft a análise das campanhas de monitoramento realizadas não foram concluídas, porém os resultados obtidos, bem como a análise de potenciais impactos causados à biodiversidade local, espécies chaves para a conservação (disparadoras), e atributos de alto valor de conservação (HCVs), serão inclusos na documentação final do relatório e serão disponibilizados ao VVB.

Adicionalmente, de forma a mitigar impactos negativos sobre a biodiversidade e manter ou melhorar os Atributos de Alto Valor de Conservação na área de Cerrado (AAVC 3 - Ecossistemas e Habitats Raros) e na nascente (AAVC 4 - Serviços Ambientais e AAVC 5 – Necessidades dos povos locais), foram realizados monitoramentos pela Equipe de Segurança da Fundação Jari. A fiscalização contínua das áreas, permite, além de um acompanhamento das características do ambiente ao longo do tempo, a inibição de atividades predatórias e ilegais nos perímetros delimitados.

5.1.3 Impactos líquidos positivos sobre a biodiversidade (B2.2, GL1.4)

As atividades propostas pelo Projeto REDD+ Jari Pará buscam gerar diversos benefícios ao clima, às comunidades e à biodiversidade. Os principais benefícios gerados à biodiversidade estão ligados à redução do desmatamento e degradação florestal e conservação da biodiversidade e dos habitats.

A implementação das atividades do Projeto impacta direta e positivamente a biodiversidade, atuando na manutenção da cobertura da vegetação e a conservação da biodiversidade, uma vez que age diretamente contra a perda de habitats e fragmentação da cobertura da vegetação local. Esses impactos positivos são decorrentes principalmente do desmatamento evitado, do monitoramento do desmatamento e da biodiversidade, da assistência técnica e de extensão rural e das oficinas de educação ambiental.

A área desmatada entre 2018 e 2022 na área do projeto foi 69% menor do que previsto no cenário de linha de base. No Cinturão de Vazamento, área também pertencente ao Grupo Jari, a redução foi de 85%. O desmatamento não apenas reduz diretamente o número de espécimes de plantas, incluindo espécies ameaçadas de extinção, mas também ameaça a diversidade da fauna, pela perda e degradação

do habitat. A maioria das espécies animais tem uma relação estreita e específica com o ambiente em que vivem, e a perda de habitats pode levar à extinção não só das espécies diretamente dependentes desse meio, mas também de espécies a ele relacionadas, causando um efeito cascata. A perda, degradação e fragmentação dos habitats também podem levar ao efeito de borda, à dominância de espécies invasoras e à maior susceptibilidade aos efeitos das mudanças climáticas. Todos esses efeitos combinados potencializariam o processo de extinção de espécies mais sensíveis e endêmicas.

Nesse sentido, espera-se como principal conclusão do monitoramento da biodiversidade sejam resultados positivos, que demonstrem que todos os impactos negativos não gerados ao ecossistema sejam considerados como benefícios gerados ou pelo menos mantidos pelo Projeto.

Outras ações de cunho socioambiental desenvolvidas pelo Projeto refletem em impactos positivos à biodiversidade (e conseqüentemente a um menor desmatamento), como a doação de mudas, a instalação de Unidades Demonstrativas, as oficinas de educação ambiental e as assistências técnicas e de extensão rural, realizados em sua maioria pela Fundação Jari. Todas essas atividades desenvolvidas são abordadas ao longo desse Relatório de Monitoramento em outras seções.

Desse modo, o projeto espera demonstrar diversos impactos positivos gerados e/ou mantidos relacionados à biodiversidade, que vão além da redução do desmatamento e da degradação da floresta dentro da Área do Projeto, abrangendo todos os impactos positivos indiretos, relacionados tanto à redução do desmatamento como ao fortalecimento do componente socioambiental.

5.1.4 Atributos de Alto Valor para Conservação Protegidos (B2.4)

A área do Projeto conta com duas Áreas de Alto Valor de Conservação, as duas áreas são monitoradas de acordo com o Procedimento de Fiscalização das Áreas Fundiárias do Grupo Jari, prescreve as condições de patrulhamento nas terras da Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A., por meio rodoviário e fluvial.

Uma delas corresponde a uma área de 212,6 hectares de Cerrado, a qual foi identificada como de excepcional importância devido sua pequena expressividade em uma paisagem com predomínio de florestas ombrófilas densas, classificada como AAVC 3 (áreas de floresta que contêm ou estão contidas em ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo).

A fim de garantir a manutenção e melhoria das características naturais do ecossistema de Cerrado identificado dentro da área do projeto, a área de conservação é monitorada pela Equipe de Segurança do Grupo Jari. O monitoramento in loco ocorreu em 2017, e o monitoramento remoto, por imagens de satélite de alta resolução é contínuo, a fim de garantir que não ocorreram ações de desmatamento na área (Figura 16).

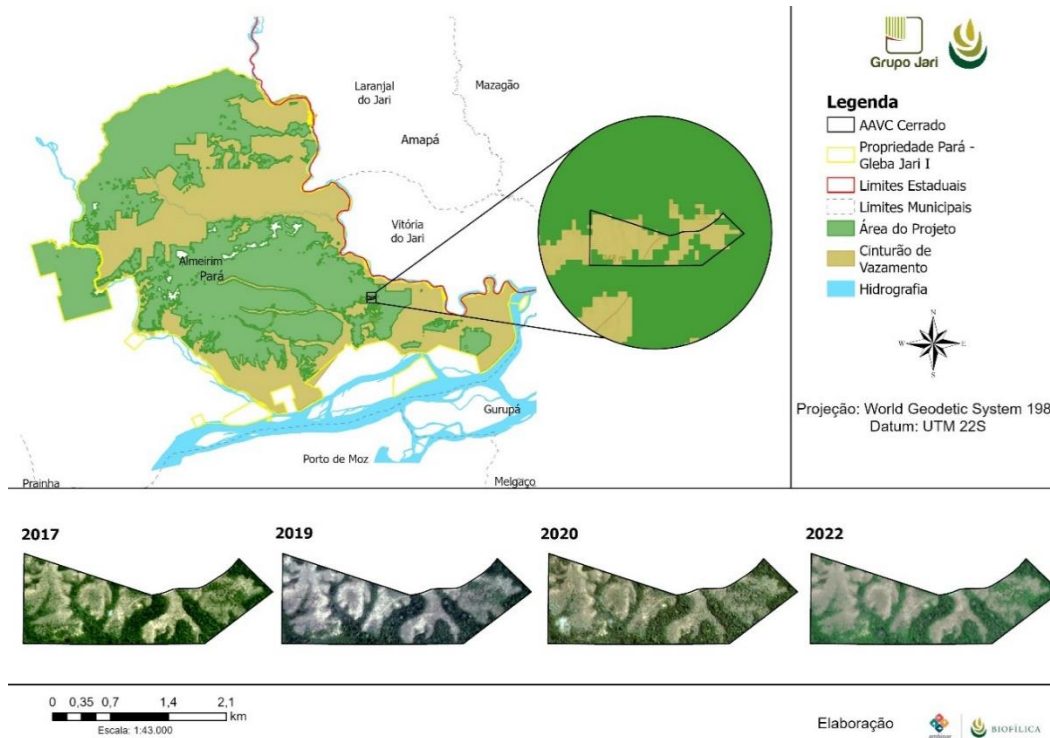


Figura 16. Monitoramento AAVC Cerrado para os anos de 2017, 2019, 2020 e 2022.

A outra AAVC identificada na área do Projeto é uma nascente localizada próximo à Vila do Planalto, a qual fornece recurso fundamental para as necessidades da comunidade local (AAVC 5) e encontra-se em situação crítica (AAVC 4), com comprometimento da sua integridade devido a intenso processo de intemperismo químico favorecido pela declividade do terreno e eventos pluviométricos muito concentrados.

Em especial na nascente da Vila Planalto, são observadas a existência dos seguintes itens: erosão, deslizamentos, desmatamentos, invasão, princípio de incêndio florestal, confecção de caieiras, retirada de madeira, odor e coloração da água. O monitoramento da área é realizado a partir de vistorias para averiguação da integridade estrutural do habitat no entorno da nascente também pela Equipe de Segurança do Grupo Jari. Durante o período monitorado foram realizadas de duas a três vistorias por ano, com exceção do ano de 2020, em que a área não foi monitorada in loco devido a problemas financeiros enfrentados pelo Grupo ocasionando indisponibilidade de veículo para a realização das vistorias. A Localização da nascente está apresentada na Figura 17.

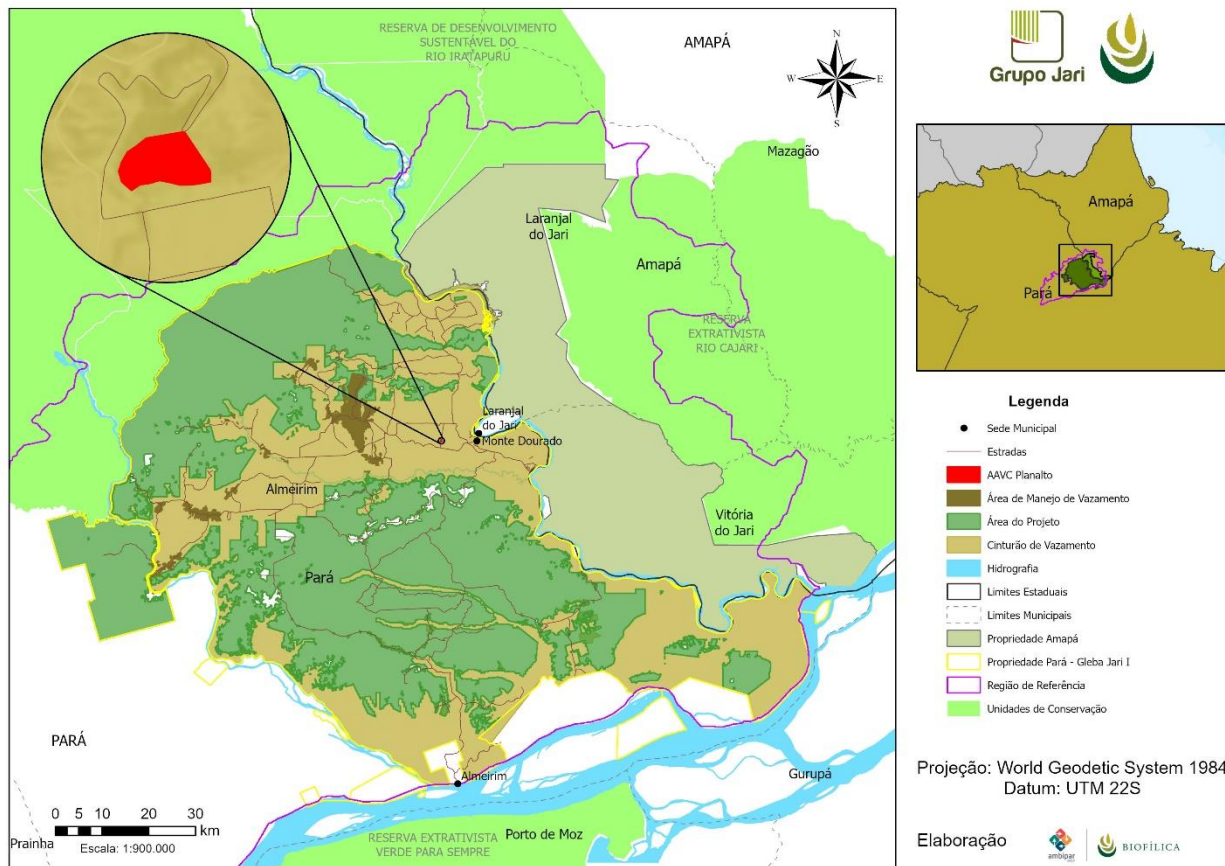


Figura 17. Localização da AAVC Nascente Planalto.

Salienta-se que o Grupo Jarí reconhece o direito de posse e uso dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros pelas comunidades locais para fins de subsistência desde que não caracterize atividade ilegal. Sendo permitidas:

- Extrativismo comunitário dos moradores das comunidades locais identificadas nas áreas de atuação do grupo Jarí.
- Caça e pesca não predatórias para subsistência das comunidades locais;
- Acesso controlado de pessoas autorizadas (funcionários, visitantes autorizados e acompanhados de funcionários, e pesquisadores).
- Inventários florestais, com a instalação de parcelas permanentes com fins de monitoramento.
- Pesquisas relativas às atividades de monitoramento e estudo da flora e fauna.
- Localização de trilhas ecológicas;
- E demais atividades que não afetem os atributos ambientais dessas áreas.

5.1.5 Espécies Invasoras (B2.5)

Apesar do projeto encorajar o uso de espécies nativas pelas comunidades rurais, como por exemplo a castanha, o açaí, a mandioca, o cupuaçu, entre outros, algumas espécies não-nativas são usadas pelas famílias agricultoras, como milho, arroz, melancia e feijão. Essas espécies agrícolas são espécies alimentares domesticadas em todo o mundo e foram introduzidas na região durante o século passado (não devido às atividades do projeto) e são uma importante fonte de alimento e renda para as comunidades rurais e urbanas da região, além de fazerem parte da cultura local. Amplamente cultivadas em outras regiões do Brasil, essas espécies não são reconhecidas por ameaçarem alguma espécie nativa.

Adicionalmente, espécies agrícolas citadas são globalmente domesticadas e não são listadas como espécies invasivas pelo Programa Global de Espécies Invasivas da IUCN. Dessa forma, não representam ameaça direta aos ecossistemas naturais, sendo espécies que necessitam de tratamentos culturais realizados pelo homem, como manejo do solo, irrigação e controle de plantas daninhas. Ademais, têm-se que estas espécies não são adaptadas às condições climáticas da região amazônica, assim como vêm sendo cultivadas na região há centenas de anos sem que se tenha detectada característica invasiva.

O uso dessas espécies é justificado tanto pela importância que conferem às comunidades, sendo estas fontes de alimento e renda, como pelo baixo risco em causar impactos negativos sobre espécies nativas e/ou em introduzir e facilitar a dispersão de doenças. Ademais, é importante salientar que as áreas em que estas espécies são cultivadas não estão localizadas em áreas de floresta, ou mesmo, não são apoiadas atividades de degradação florestal para a implantação desses cultivos. O projeto promove o seu plantio em locais já degradados, que hoje são manejadas por agricultores familiares.

5.1.6 Impactos das espécies não-nativas (B2.6)

Como mencionado anteriormente (Seção 5.1.5 – Espécies Invasoras), o Projeto REDD+ Jari Pará encoraja o uso de espécies nativas pelas comunidades locais. Além disso, as principais culturas agrícolas e fonte de renda dos produtores atendidos pelo Projeto são baseadas no desenvolvimento e produção de espécies nativas (castanha-do-Brasil, açaí, mandioca, farinha de mandioca, cupuaçu, entre outras).

Nota-se que as poucas espécies não-nativas que são utilizadas pelas comunidades locais são utilizadas em pequena escala e não apresentam um impacto adverso no meio ambiente. Novamente, citando o texto acima, essas espécies são cultivadas há anos, fazendo parte da história cultural da região e servindo como fonte de subsistência para essas comunidades, não sendo incentivada a utilização pelo Projeto REDD+ Jari Pará.

Ademais, de forma a aumentar a segurança alimentar, a renda do pequeno produtor e a sustentabilidade e diversificação dos sistemas de produção de alimentos (e, por consequência, diminuir a dependência pelos recursos da floresta, como madeira e caça), o Projeto vem trabalhando junto aos agricultores com os Sistemas Agroflorestais. Algumas espécies exóticas, inclusive produzidas e doadas pelo Viveiro do Grupo Jari, são plantadas nesses SAF's, como a mangueira, a laranjeira e o limoeiro. É

importante frisar que o cultivo dessas espécies exóticas não é realizado dentro das florestas da Área do Projeto, mas nas áreas previamente degradadas e que são ocupadas por famílias de agricultores.

5.1.7 Exclusão de OGMs (B2.7)

Por meio do Projeto REDD+ Jari Pará, foi garantido que nenhum Organismo Geneticamente Modificado (OGM) foi utilizado. Também é garantido que as sementes e mudas de espécies florestais e agrícolas fornecidas às comunidades não são OGMs. A redução ou remoção das emissões de gases de efeito estufa foi alcançada por meio da redução do desmatamento e da degradação florestal.

A Fundação Jari, no papel de assistência técnica rural que exerce na região do Projeto, não recomenda nem estimula o uso de espécies geneticamente modificadas. Foram distribuídas nesse período de monitoramento apenas espécies puras ou, no caso das espécies desenvolvidas pela Embrapa, geneticamente melhoradas (não modificadas): Banana BRS Conquista, Banana Pacová (Terra Maranhão), Banana Pacovan Ken, Banana Anã Prata, Cupuaçu BRS Carimbó e Açaí BRS Pará.

Além de não terem sido distribuídas mudas ou sementes de espécies geneticamente modificadas (tanto florestais como agrícolas) nesse período de monitoramento, também não faz parte do escopo do Projeto estimular, produzir ou doar mudas e/ou sementes de OGM nos próximos anos do Projeto.

5.1.8 Justificativa do uso de insumos (B2.8)

O principal fertilizante usado no Projeto foi o composto orgânico. Além de evitar a decomposição anaeróbica dos resíduos orgânicos disponíveis nas propriedades rurais (como esterco e palha), as emissões de gases de efeito estufa e a contaminação da água, se bem conduzido, o composto orgânico resulta em um adubo orgânico de excelente qualidade, com taxa ideais de carbono e nitrogênio

Os fertilizantes químicos foram utilizados minimamente, com suas recomendações baseadas nas análises de solo realizadas e focalizadas em cada tipo de sistema produtivo desenvolvido pelos produtores. Além disso, a fertilização recomendada não continha nitrogênio na formulação, sendo este nutriente fornecido através do composto orgânico, como mencionado na tabela abaixo.

Com isso, foi possível evitar efeitos adversos, como poluição, emissões de gases causadores do efeito estufa e eutrofização dos corpos d'água e dos lençóis freáticos.

Nome	Composto Orgânico
Justificativa de Uso	O processo de compostagem, quando realizado adequadamente, provém um fertilizante orgânico de notável qualidade, com taxas ideais de carbono e nitrogênio, além de impedir que a decomposição anaeróbica do resíduo orgânico disponível nas propriedades rurais, como palhada e esterco, emitam gases do efeito estufa e contaminem a água.

Potencial Efeito Adverso	Desconhecido
--------------------------	--------------

5.2 Impactos Externos sobre a Biodiversidade

5.2.1 Impactos Negativos sobre a Biodiversidade Externa (B3.1) e Ações de Mitigação (B3.2)

Como esperado, até o presente momento de elaboração desse relatório, não foram detectados impactos negativos na biodiversidade fora da Zona do Projeto causados pelas atividades desenvolvidas, da mesma forma que não foram detectados vazamentos durante o período monitorado, sendo assim, a tabela sugerida para esta seção com os impactos negativos na biodiversidade fora da Zona do Projeto e ações de mitigação não foi preenchida.

Essa ausência de impactos negativos deriva principalmente do fato da Zona do Projeto ser cercada por áreas protegidas (Unidades de Conservação) e, pelas atividades sociais realizadas serem projetadas para mitigar possíveis vazamentos que possam ocorrer, mantendo as pessoas no campo e em harmonia com a floresta, essas ações foram explicadas nas seções e 4.1.3 e 4.3.1. Os principais impactos observados na biodiversidade externa foram a manutenção da Área e Zona de Projeto como um corredor ecológico e como uma zona tampão para os riscos e ameaças ao mosaico de áreas protegidas do norte do estado do Pará.

5.2.2 Benefícios Líquidos sobre a Biodiversidade Externa (B3.3)

Como mencionado na seção acima, até o presente momento de elaboração desse relatório, não foram detectados impactos negativos na biodiversidade da Zona do Projeto causados pelas atividades desenvolvidas, da mesma forma que não foram detectados vazamentos. Portanto, as ações mitigadoras não foram necessárias, porém, as atividades de monitoramento da cobertura florestal por imagens de satélite, a realização frequente de rondas de patrulhamento pela equipe de vigilância patrimonial, fortalecendo a governança da propriedade e buscando o mínimo de impacto à biodiversidade, a melhoria dos canais de comunicação com outras partes interessadas, e o maior alinhamento com as comunidades locais nas atividades de assistência técnica e extensão rural, oficinas e treinamentos, focando no uso sustentável dos recursos naturais e na manutenção da floresta, promoveram a conservação da biodiversidade na região.

Os impactos gerados por essas atividades promoveram a conservação da biodiversidade na área que serve como um corredor ecológico para as Unidades de Conservação da região, como demonstrado no monitoramento da biodiversidade realizado no período monitorado. Essa conectividade entre os fragmentos constitui um grande e resiliente sistema de conservação, realizando melhorias significativas na qualidade de vida das populações locais e funcionando como uma zona de amortecimento dos riscos e ameaças para o mosaico de áreas protegidas no Vale do Jari.

5.3 Monitoramento dos Impactos sobre a Biodiversidade

5.3.1 Plano de Monitoramento para a Biodiversidade (B4.1, B4.2, GL1.4, GL3.4)

Ferramenta fundamental, o monitoramento da biodiversidade viabiliza mensurar os impactos das atividades possíveis causadas pelo Projeto sobre a biodiversidade, proporcionado a realização de ajustes e reparos relevantes na busca dos objetivos desejados.

Para o Projeto REDD+ Jari Pará, o monitoramento da Biodiversidade foi realizado a partir da consolidação da parceria entre Fundação Jari e IFAP, e abrange como principais ações: incentivar o envolvimento de alunos, professores do IFAP e comunidade em geral nas atividades de pesquisa e extensão na região do Vale do Jari, desenvolver atividades de pesquisa, extensão e capacitação nas comunidades do Vale do Jari, realizar o estudo de dinâmica da vegetação arbórea, mapear e monitorar espécies arbóreas significativas para comunitários como a castanha-da-amazônia, a andiroba e a copaíba nas áreas de manejo, realizar o estudo fitossociológico da vegetação arbórea; realizar o estudo da riqueza e diversidade da flora, fauna e avifauna, do número de táxon monitorados, identificar as Áreas de Alto Valor de Conservação – AAVC, realizar a publicação conjunta de artigos científicos com os dados da região, realizar a implementação de Parcelas Permanentes para realização de estudos de Riqueza da comunidade vegetal e animal, realizar o estudo de fauna com a identificação de espécies ameaçadas de extinção com a atualização do status de espécies de relevância na lista vermelha de espécies ameaçadas da IUCN, e realizar expedições científicas frequentes para levantamento da biodiversidade na região.

Destaca-se que o Projeto REDD+ Jari Pará situa-se em uma estratégica região voltada à conservação – entre diversas Unidades de Conservação (de Proteção Integral e de Uso Sustentável), muitas vezes compondo a zona de amortecimento e estabelecendo conexão florestal entre UCs. Com isso, a região onde encontra-se instalado o Projeto REDD+ Jari Pará conta com uma rica biodiversidade e a ocorrência de um significativo número de espécies, além de se estender por variadas fitofisionomias florestais, as quais contribuem no aumento da biodiversidade local.

O Plano de monitoramento desenvolvido durante o período monitorado tem como objetivo aprimorar os conhecimentos sobre a biota da região, de acordo com as necessidades e demandas dos padrões CCB objetivando-se a manutenção da riqueza local e de espécies ameaçadas chaves para Gold Level e os atributos de alto valor de conservação (HCVs). Para a fauna, foram planejadas campanhas que acompanhem os períodos de baixa e alta pluviosidade, a fim de avaliar a dinâmica sazonal das espécies, estas se iniciaram em 2022. Para a flora, foram revisitadas as parcelas permanentes implementadas durante o período de concepção do projeto, com remedição a cada cinco anos, a fim de avaliar a dinâmica florestal (taxas de recrutamento, mortalidade, substituição de espécies) e variações no estoque de carbono, a primeira reavaliação foi realizada em 2022.

O trabalho em parceria com o IFAP objetiva desenvolver, para a região, um banco de dados sistematizado com todos os dados até o momento coletados nas florestas do Grupo Jari, com a realização

da sua atualização de forma frequente a partir da realização de novas campanhas de campo. Essa base de dados servirá de subsídio para diversos programas de cunho socioambiental, além de orientações para ações sustentáveis. Na tabela abaixo são apresentadas as propostas de monitoramento da biodiversidade para o Projeto REDD+ Jari Pará, com definição da periodicidade, objetivo, indicadores e os impactos positivos acarretados pelo Projeto, a atualização dessas propostas será realizada após a consolidação do relatório de monitoramento que está sendo elaborado pelo IFAP.

Monitoramento	Frequência (campanhas sistemáticas)	Objetivo	Impactos (Implicação positiva)	Indicadores
Flora	Uma a cada 5 anos	Avaliação da estrutura e composição	Manutenção da integridade florestal	- Riqueza (número de espécies); - Recrutamento e mortalidade.
Aves	Duas anuais	Avaliação da riqueza e composição	Conservação da biodiversidade	- Curva de acúmulo; - Riqueza (número de espécies); - Abundância de espécies sensíveis; - Abundância de espécies dependentes de ambientes florestais.
Mamíferos	Duas anuais	Avaliação da riqueza e composição	Conservação da biodiversidade	- Curva de acúmulo; - Riqueza (número de espécies); - Composição; - Frequência de ocorrência.
Espécies vulneráveis (VU)	Duas anuais	Manutenção de espécies-chave	Manutenção do <i>Gold Level</i>	- Presença de >10 pares ou 30 indivíduos de queixada (<i>Tayassu pecari</i>); - Presença de >10 pares ou 30 indivíduos de poranga (<i>Crax alector</i>) *.
Espécies em perigo (EN) ou criticamente ameaçadas (CR)	Duas anuais	Manutenção de espécies-chave	Manutenção do <i>Gold Level</i>	- Presença de cuxiú-preto (<i>Chiropotes satanas</i>) *; - Presença de ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>) *.
Atributos da AAVC de cerrado	Uma a cada 5 anos (flora) e 2 anuais (fauna)	Manutenção das AAVCs	Manutenção de ecossistema raro	- Indicadores de flora, avifauna, mastofauna e herpetofauna citados acima; - Presença de espécies ameaçadas de extinção.

Além do plano de monitoramento retratado, a parceira com o IFAP também objetiva a implementação de um programa de monitoramento participativo, no qual alguns moradores da comunidade

são selecionados e treinados para realização de coleta de informações na região. Informações sobre presença de espécies endêmicas e incluídas em listas de espécies ameaçadas e presença de espécies exóticas invasoras, bem como aumento ou redução de observações podem ser produzidas pelos comunitários. Essa possibilidade será avaliada após a conclusão da análise de resultados, onde o IFAP realizará uma devolutiva com os comunidade e o plano de implantação dessa atividade será desenvolvida, essa ação está planejada para iniciar em 2023. Os indicadores contemplados como resultados do monitoramento da fauna e flora, serão incorporados a versão final desse relatório bem como será disponibilizado ao VVB.

Monitoramento da AAVC

A descrição detalhada dessa atividade, bem como os resultados encontrados estão no item 5.1.4 desse MR. Abaixo segue a avaliação do indicador monitorado.

Dado/ Parâmetro	AAVC de Cerrado
Unidade do Dado	Número
Fonte do Dado	Imagens de satélite e monitoramento in loco
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	O monitoramento in loco foi realizado em 2017, nos anos subsequentes o monitoramento foi realizado via imagens de satélite de alta resolução
Frequência de monitoramento/ registro	Uma vez a cada 5 anos (flora) e 2 vezes anuais (fauna)
Valor monitorado	Área com características preservadas
Método de cálculo	Verificação das condições da área por imagem de satélite
Comentários	

Uso de organismos geneticamente modificados (OGMS)

A descrição detalhada dessa atividade, bem como os resultados encontrados estão no item 5.1.7 desse MR. Abaixo segue a avaliação do indicador monitorado.

Dado/ Parâmetro	Uso de organismos geneticamente modificados (OGMS)
Unidade do Dado	Número
Fonte do Dado	O uso ou não de OGMS foi aferido pelos relatórios da Fundação Jari. O método consistiu na busca de presença e/ou ausência do uso nos relatórios da fundação Jari e também nas listas de doação de mudas.
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	Relatórios de atividades

Frequência de monitoramento/ registro	Anual												
Valor monitorado	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Uso</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>Ausente</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>Ausente</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>Ausente</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>Ausente</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>Ausente</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Uso	2018	Ausente	2019	Ausente	2020	Ausente	2021	Ausente	2022	Ausente
Ano	Uso												
2018	Ausente												
2019	Ausente												
2020	Ausente												
2021	Ausente												
2022	Ausente												
Método de cálculo	Identificação de informação do uso de OGMs nos relatórios.												
Comentários													

Uso de pesticidas químicos, agentes de controle biológico ou outros tipos de insumos

A descrição detalhada dessa atividade, bem como os resultados encontrados estão no item 5.1.8 desse MR. Abaixo segue a avaliação do indicador monitorado.

Dado/ Parâmetro	Uso de pesticidas químicos, agentes de controle biológico ou outros tipos de insumos												
Unidade do Dado	Número												
Fonte do Dado	Relatórios de atividades												
Descrição dos meios de medição e procedimentos a serem aplicados	O uso ou não de pesticidas químicos, agentes de controle biológico ou outros tipos de insumos foi aferido pelos relatórios da Fundação Jari. O método consistiu na busca de presença e/ou ausência do uso nos relatórios da Fundação Jari.												
Frequência de monitoramento/ registro	Anual												
Valor monitorado	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Uso</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>Presente</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>Presente</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>Presente</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>Presente</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>Presente</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Uso	2018	Presente	2019	Presente	2020	Presente	2021	Presente	2022	Presente
Ano	Uso												
2018	Presente												
2019	Presente												
2020	Presente												
2021	Presente												
2022	Presente												
Método de cálculo	Identificação de informação do uso de agentes de controle biológico ou outros tipos de insumos nos relatórios.												
Comentários													

5.3.2 Disseminação do Plano de Monitoramento da Biodiversidade (B4.3)

Como já descrito no item 2.3.1, o Projeto REDD+ Jari Pará implementou três métodos de comunicação, visando garantir o acesso aos documentos e a todas as outras informações do Projeto às

comunidades e outros atores através da forma oral, escrita e virtual. Destaca-se o Guia de Monitoramento, como uma das ferramentas de divulgação/ disseminação, apresentando atividades, indicadores e práticas para realizar o monitoramento de atividades.

Os resultados foram divulgados em uma versão virtual onde os documentos relacionados ao monitoramento foram disponibilizados através do site e website da Verra, newsletter e mídia social da Biofílica, e oralmente das apresentações sobre os resultados do projeto, durante o processo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), assim como, está planejado que os resultados serão divulgados às comunidades de forma mais didática, por meio de um resumo do Guia de Monitoramento e na realização de consultas públicas anuais, onde será discutido os resultados do Projeto, promovendo uma avaliação participativa das entregas e sugestões, e serão levantados pontos de melhoria que poderão ser incrementados no planejamento do ano posterior, garantindo o engajamento das comunidades no processo decisório.

5.4 Critério Opcional: Benefícios excepcionais para a biodiversidade

5.4.1 Tendências das Populações de Espécies de Gatilho (GL3.3)

Os resultados do monitoramento de biodiversidade realizado no período monitorado estão em fase final de avaliação e consolidação, por isso, os dados finais atualizados do monitoramento realizado pelo IFAP na Zona do Projeto será incluso na versão final da documentação do CCB, bem como será disponibilizado ao VVB. As espécies gatilho principais identificadas pelo Projeto REDD+ são listadas abaixo, a sua descrição no cenário atual do projeto será atualizada após o recebimento dos dados finais do monitoramento realizado. Adicionalmente, essa lista poderá ser atualizada, a depender das espécies de fauna e flora identificadas durante o monitoramento realizado.

Espécies de Gatilho	<i>Chiropotes satanas</i>
Cenário com Projeto	Com o Projeto REDD+ Jari Pará, o qual projeta a mitigação e a redução do desmatamento e da degradação florestal, pretende-se a minimização da perda de habitat e consequente melhora na conservação da biodiversidade. Além disso, o Projeto fomenta pesquisas que auxiliem também na identificação e conservação destes ambientes. Portanto, espera-se com o Projeto, que ocorram melhorias na tendência da população de <i>Chiropotes satanas</i> .

Espécies de Gatilho	<i>Pteronura brasiliensis</i>
Cenário com Projeto	Com o Projeto REDD+ Jari Pará, o qual projeta a mitigação e a redução do desmatamento e da degradação florestal, pretende-se a minimização da perda de habitat e consequente melhora na conservação da biodiversidade. Além disso, o Projeto fomenta pesquisas que auxiliem também na identificação e conservação destes ambientes. Portanto, espera-se com o Projeto, que ocorram melhorias na tendência da população de <i>Pteronura brasiliensis</i> .

Espécies de Gatilho	<i>Tayassu pecari</i>
Cenário com Projeto	Com o Projeto REDD+ Jari Pará, o qual projeta a mitigação e a redução do desmatamento e da degradação florestal, pretende-se a minimização da perda de habitat e consequente melhora na conservação da biodiversidade. Além disso, o Projeto fomenta pesquisas que auxiliem também na identificação e conservação destes ambientes. Portanto, espera-se com o Projeto, que ocorram melhorias na tendência da população de <i>Tayassu pecari</i> .

Espécies de Gatilho	<i>Crax alector</i>
Cenário com Projeto	Com o Projeto REDD+ Jari Pará, o qual projeta a mitigação e a redução do desmatamento e da degradação florestal, pretende-se a minimização da perda de habitat e consequente melhora na conservação da biodiversidade. Além disso, o Projeto fomenta pesquisas que auxiliem também na identificação e conservação destes ambientes. Portanto, espera-se com o Projeto, que ocorram melhorias na tendência da população de <i>Crax alector</i> .

5.4.2 Eficácia das Ações de Redução de Ameaças (GL3.4)

Os resultados do monitoramento de biodiversidade realizado no período monitorado estão em fase final de avaliação e consolidação, por isso, os dados finais atualizados do monitoramento realizado pelo IFAP na Zona do Projeto será incluso na versão final da documentação do CCB, bem como será disponibilizado ao VVB.

6 INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Não aplicado. Para a elaboração do draft não foram levantadas informações adicionais de implementação do projeto necessárias para serem apresentadas. Para a documentação final, caso seja necessário, serão incorporados dados adicionais.

7 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O IMPACTO DO PROJETO

Não aplicado. Para a elaboração do draft não foram levantadas informações adicionais de impacto do projeto necessárias para serem apresentadas. Para a documentação final, caso seja necessário, serão incorporados dados adicionais.

APÊNDICES

Apêndice 1: Tabela de Riscos do Projeto

Abaixo estão descritos os potenciais riscos identificados para o projeto durante o período monitorado, complementares aos dados da seção 2.1.4, bem como as medidas de mitigação elaboradas pelos proponentes para evitar a sua ocorrência.

Risco Identificado	Impacto potencial do risco nos benefícios do clima, da comunidade e/ou da biodiversidade	Ações necessárias para mitigar o risco
1	Falta de interesse das partes interessadas em participar das atividades do Projeto, principalmente comunidades e órgãos públicos	Fortalecimento e estímulo para maior envolvimento de todas as partes envolvidas nos processos de desenho e tomada de decisões em relação às atividades do Projeto por meio de Consultas Públicas, escuta e diálogo realizados principalmente pelas visitas ATER, sendo este um espaço para a consulta, reclamações e sugestões para as partes interessadas e na melhoria e disseminação das ferramentas de comunicação e diálogo aberto existentes entre os atores envolvidos, como Ouvidoria Interna, Canais de Informação, Sistema de Feedback e procedimentos de reparo de reclamações.
2	Risco de mercado - Dificuldade na comercialização dos créditos de carbono verificados	A Biofílica possui um departamento de receitas, com times comercial, marketing, comunicação e inteligência de mercado, responsáveis exclusivamente por desenvolver materiais de divulgação do projeto, participar de eventos nacionais e internacionais relacionados a REDD+ e mercados de carbono a fim de divulgar o projeto, estabelecer e ampliar a rede de contatos comerciais com potenciais compradores dos créditos de carbono a serem feitas nos melhores preços possíveis que garantam a sustentabilidade financeira do Projeto e da Biofílica. O time comercial conta com profissionais que se dividem para atender clientes nacionais e internacionais, que entregam os créditos à empresas e instituições comprometidas com a efetiva conservação de suas áreas e os co-benefícios para comunidades e biodiversidade. Além disso a Biofílica está sempre em busca de alternativas de financiamento, como doações e parcerias para implementação direta das atividades do projeto (não necessariamente vinculadas a venda de créditos).

Risco Identificado	Impacto potencial do risco nos benefícios do clima, da comunidade e/ou da biodiversidade	Ações necessárias para mitigar o risco
3	Migração da população para a área do projeto em busca dos benefícios gerados durante a execução de atividades, aumentando potencialmente a demanda de recursos naturais.	A primeira atividade que impede a migração e/ou invasão da população na área do projeto é a realização das patrulhas territoriais e de vigilância conduzidas pela equipe do Grupo Jari que puderam identificar possíveis novos casos de invasão e desmatamento, atuando de forma efetiva com denúncias aos órgãos responsáveis. Além disso, o Grupo Jari, principalmente a Fundação Jari atua através da aplicação de procedimentos de gestão de conflitos para impedir e conduzir da melhor maneira possíveis invasões que possam ocorrer na área. Esse trabalho é realizado pelo Núcleo Intersetorial de Mediação de Conflitos, que surgiu como instrumento de pacificação nas comunidades rurais atuando em duas frentes: mediação com foco em direitos de posse e mediação com foco em direitos de uso. Além da Fundação Jari, as ações contam com a participação das seguintes instituições: Polícia Militar, Agência Distrital de Monte Dourado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Conselho de Segurança Comunitário, Ministério Público e Cartório de Civil. Adicionalmente, os comunitários que se localizam na área do projeto possuem um engajamento junto à Fundação Jari de realizar denúncias sobre invasões que possam ocorrer em sua vizinhança. Por fim, para a participação de novas famílias e/ou comunidades no projeto é necessário que os interessados façam a aderência por meio de um Termo de Adesão, onde o indivíduo ou família deverá concordar em manter as áreas florestais de sua propriedade em pé, por meio do uso sustentável do solo e da floresta, e respeitando a legislação do código florestal vigente.
4	Aumento da pressão dos agentes de desmatamento com atividades ilegais de exploração de madeira.	As principais atividades realizadas para mitigar esse risco se relacionaram com a melhoria e aprimoramento da vigilância patrimonial, bem como de sua infraestrutura (com a contratação de imagens de satélite de alta resolução e investimento em equipe) e a articulação da Fundação Jari com órgãos ambientais (ICMBio e Ibama) para identificação e autuação dos infratores, trabalhando em ações conjuntas de contenção de invasores na área.
5	Falta de alinhamento entre as partes para a tomada de decisão e distribuição	Devido à ausência da atividade de Câmara Técnica, medidas foram tomadas para a mitigação desses riscos, destacas a seguir: Atendimentos ATER como ponto focal na comunicação com os comunitários, estes representaram importante

Risco Identificado	Impacto potencial do risco nos benefícios do clima, da comunidade e/ou da biodiversidade	Ações necessárias para mitigar o risco
	de recursos a serem investidos nas atividades.	momento de troca, onde os comunitários eram informados das ações do Projeto, bem como, faziam solicitações com base em suas demandas e essas eram encaminhadas à Fundação Jari; Realização de Oficinas e palestras nas quais o espaço de troca é aberto para as partes interessadas, onde foram apresentados inclusive resultados de atividades do Projeto; Realização de reuniões entre proponentes e outras instituições sempre que necessárias, e uma importante ferramenta criada em 2022 foi a newsletter Jari News, que apresenta para todos os envolvidos mais diretamente nas atividades do Projeto (Biofílica, Fundação Jari, Grupo Jari e IFAP) a sua evolução semanal. Além das estratégias destacadas, há diversos canais de comunicação ativos e disponíveis para a troca de informações entre as partes interessadas.